

Melissa de Araujo Sousa

ENTRE TOMBAMENTOS

**UM ESTUDO SOBRE O CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ
E A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM NA RUA 13 DE JUNHO**

GOIÂNIA

2025

PPGPROCIDADE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM PROJETO E CIDADE

FAV

FACULDADE DE
ARTES VISUAIS



UFG

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS

MELISSA DE ARAUJO SOUSA

Entre tombamentos:

Um estudo sobre o Centro Histórico de Cuiabá e a construção da paisagem na Rua 13 de Junho

GOIÂNIA

2025

Processo:

Documento:

23070.029498/2025-21

5510223



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Melissa de Araujo Sousa

3. Título do trabalho

Entre tombamentos: um estudo sobre o Centro Histórico de Cuiabá e a construção da paisagem na Rua 13 de Junho

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Melissa De Araujo Sousa, Usuário Externo**, em 18/07/2025, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eline Maria Mora Pereira Caixeta, Professora do Magistério Superior**, em 19/07/2025, às 09:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5510223** e o código CRC **53A9E8AF**.

MELISSA DE ARAUJO SOUSA

Entre tombamentos:

Um estudo sobre o Centro Histórico de Cuiabá e a construção da paisagem na Rua 13 de Junho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade, da Faculdade de Artes Visuais, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de mestra em Projeto e Cidade. Área de concentração: projeto, teoria, história e crítica.

Orientadora: Profa. Dra. Eline Maria Mora Pereira Caixeta

Coorientadora: Profa. Dra. Ana Amélia de Paula Moura Ribeiro

GOIÂNIA

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Sousa, Melissa de Araujo

Entre tombamentos [manuscrito] : um estudo sobre o Centro Histórico de Cuiabá e a construção da paisagem na Rua 13 de Junho / Melissa de Araujo Sousa. - 2025.

160 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Eline Maria Mora Pereira Caixeta; co orientadora Dra. Ana Amélia de Paula Moura Ribeiro.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Artes Visuais (FAV), Programa de Pós-graduação em Projeto e Cidade, Goiânia, 2025.

Bibliografia.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Centro Histórico de Cuiabá. 2. Setores de entorno e o Setor 13 de Junho. 3. Rua 13 de Junho. 4. Morfologia e Paisagem Urbana. 5. Preservação Patrimonial. I. Caixeta, Eline Maria Mora Pereira, orient. II. Título.

CDU 72



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 003/2025 da sessão de Defesa de Dissertação de Melissa de Araujo Sousa, que confere o título de Mestre em Projeto e Cidade, na área de concentração em **Projeto, Teoria, História e Crítica**.

Aos **vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e cinco**, a partir das **nove horas**, na **Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“Entre tombamentos: um estudo sobre o Centro Histórico de Cuiabá e a construção da paisagem na Rua 13 de Junho”**. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora **Eline Maria Mora Pereira Caixeta (FAV/UFG)** e a Professora Doutora **Ana Amélia de Paula Moura Ribeiro (FAV/UFG)**, coorientadora, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora **Milena d’Ayala Valva (CCET/UEG)**, membro titular externo; Professora Doutora **Adriana Mara Vaz de Oliveira (FAV/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora **Eline Maria Mora Pereira Caixeta (FAV/UFG)**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e cinco**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Eline Maria Mora Pereira Caixeta, Professora do Magistério Superior**, em 25/06/2025, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Amélia De Paula Moura Ribeiro, Professora do Magistério Superior**, em 30/06/2025, às 08:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Mara Vaz De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 30/06/2025, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Milena d’Ayala Valva, Usuário Externo**, em 01/07/2025, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5418555** e o código CRC **53DEC4D9**.



Entre uma quadra e outra, uma praça
Entre tantas fachadas, um ritmo
Portas e janelas se abrem para a rua
Ora agitada, ora pacata, tem em sua forma a pátina
A tinta velha, o povo e seu rito registram
Como uma sucessão de cenas, velozes no tempo, idades várias
Entre um ponto e outro, um apagamento
Da memória que repousa sobre a vegetação crescente
Naquele velho telhado.

Melissa de Araujo Sousa

Agradecimentos

A concepção deste trabalho foi viabilizada pela dedicação de muitas frentes. Por isso agradeço a todos que fazem parte do meu vínculo pessoal e acadêmico e que, cada um a seu modo, me muniram de validação e legitimação intelectual para trilhar essa fabulosa caminhada que é a pesquisa.

Aqueles que a tornaram mais instigante, obrigada!

O olhar metódico da minha orientadora, Eline Caixeta, foi essencial para alcançar o rigor e seriedade dessa produção. Não poderia deixar de atribuir tal realização, também, a minha co-orientadora, Ana Amélia Ribeiro, presente em todo o processo, com escuta e recomendações valiosas.

Tenho imensa consideração pelas palavras construtivas e inspiradoras da banca que viu essa pesquisa nascer e tomar forma. Solícita com o processo e certa das descobertas e aprofundamentos que ainda estavam por vir.

Aqueles que, em todo esse tempo, o fizeram mais calmo e prazeroso, obrigada!

Escrever sobre um caminho de relevância histórica do ponto de vista patrimonial é compreender que memória é construção.

Reuni aqui a história e memória de uma rua, mas sobretudo, da vida como pesquisadora.

Dos levantamentos *in loco* com meus pais até os debates com uma grande amiga, também arquiteta, pude registrar uma visão não só minha, mas de construção coletiva – e especialmente afetuosa –, obrigada!

Resumo

Essa pesquisa tem como objetivo compreender o processo de conformação da Rua 13 de Junho ou do popular “caminho do porto”, de modo a atestar as razões da sua forma atual e de mostrar as reminiscências que revelam sua idade e significação. A base para a demonstração do valor documental que possui é, então, reforçada pela sua condição geográfica – a de trajeto direto entre os dois eixos de crescimento de Cuiabá –, além do caráter que assume ao comportar, em parte, setores de entorno, possibilitando o encadeamento dos fatos históricos. O estudo traz à tona os possíveis desdobramentos que o tombamento tardio da porção antiga da cidade tenha provocado para o atual aspecto da via que, diante da expressiva descaracterização arquitetônica, comprometeu a identificação de camadas históricas. A pesquisa utiliza-se de procedimentos metodológicos pautados pelo potencial qualitativo e descritivo, cujo conjunto de instrumentos envolve a revisão histórica e levantamento da área. Desse modo, são contempladas, no primeiro momento, as transformações urbanas mais significativas, as quais impactam a paisagem. É dada atenção às perdas dos referenciais urbanos e aos elementos remanescentes inseridos no contexto socioespacial. Somam-se a essas observações, a apreensão de como a perspectiva de preservação dialoga com os instrumentos do planejamento urbano, considerando a articulação entre novo e antigo. Uma grande ambição da pesquisa é contribuir para o entendimento sobre o que essa paisagem nos comunica, confrontando formas passadas e funções em transformação. Por fim, o trabalho aborda os aspectos que qualificam a rua e que favorecem (ou não) sua valorização, por meio de permanências formais e/ou pelas atividades que reforçam a dinamicidade da área antiga para o contexto da cidade.

Palavras-chave: Centro Histórico de Cuiabá; Setores de entorno e o Setor 13 de Junho; Rua 13 de Junho, Morfologia e Paisagem Urbana; Preservação Patrimonial.

Abstract

This research aims to understand the process of formation of Rua 13 de Junho, or the popular “port path,” in order to attest to the reasons for its current form and to show the reminiscences that reveal its age and significance. The basis for demonstrating its documentary value is, therefore, reinforced by its geographic location – that of a direct route between the two axes of growth of Cuiabá –, in addition to the character it assumes by including, in part, surrounding sectors, enabling the chain of historical facts. The study brings to light the possible consequences that the late listing of the old part of the city may have caused for the current appearance of the road which, given the significant architectural loss of character, has compromised the identification of historical layers. The research uses methodological procedures guided by qualitative and descriptive potential, whose set of instruments involves historical review and survey of the area. In this way, the most significant urban transformations that impact the landscape are considered at first. Attention is given to the loss of urban references and to the remaining elements inserted in the socio-spatial context. In addition to these observations, the understanding of how the preservation perspective dialogues with the instruments of urban planning, considering the articulation between new and old, is also sought. A major ambition of the research is to contribute to the understanding of what this landscape communicates to us, confronting past forms and changing functions. Finally, the work addresses the aspects that qualify the street and that favor (or not) its valorization, through formal permanences and/or activities that reinforce the dynamism of the old area for the context of the city.

Key words: Historic Center of Cuiabá; Surrounding Sectors and the 13 de Junho Sector; 13 de Junho Street, Morphology and Urban Landscape; Heritage Preservation.

Abreviaturas e siglas

CIAM – Congresso Internacional da Arquitetura Moderna

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

CPA – Centro Político Administrativo

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IAB/MT – Instituto dos Arquitetos do Brasil, departamento Mato Grosso

IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPDU – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

IHGMT – Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo

NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional / UFMT

PCH – Programa das Cidades Históricas

PD – Plano Diretor

PEP – Programa de Especialização em Patrimônio

REDM – Revista Eletrônica Documento-Monumento

SEMOB – Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana

SESC – Serviço Social do Comércio

SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UnB – Universidade de Brasília

ZAC – Zona de Área Central

ZIH – Zona de Interesse Histórico

ZRG – Zona de Restrição de Gabarito

Lista de figuras

Figura 1 – Localização da Praça Alencastro (1) que estabelece uma relação com a Rua 13 de Junho pela proximidade, bem como as praças situadas ao longo da via: Praça da República (2), Praça Ipiranga (3) e Praça Maj. João Bueno (4). Fonte: Mapa do Google Earth editado pela autora, fotos do acervo pessoal, 2024. 26

Figura 2 – Imagem aérea da cidade, por volta da primeira metade do século XX. Na fotografia, à esquerda, se visualiza a Matriz, ainda com as características barrocas preservadas; ao centro, a Praça da República. Fonte: Biblioteca do IBGE. 27

Figura 3 – Fachada da nova Matriz, ainda em obras, a partir da Av. Getúlio Vargas no início da década de 1970. Fonte: Freitas, Maria Auxiliadora de., 2011, p.252. Foto: Lázaro Papazian. Acervo: Ndihr/UFMT. 28

Figura 4 – Antigo Palácio Alencastro (sede da Prefeitura Municipal) no período que antecede a sua demolição, provavelmente fotografado na primeira metade do século XX. Fonte: Biblioteca do IBGE. 29

Figura 5 – Novo Palácio Alencastro (sede da Prefeitura Municipal) em 1960. Fonte: Freitas, Maria Auxiliadora de., 2011, p.245. Foto: Lázaro Papazian. Acervo: Cineclube Coxiponês/ UFMT e Misc. 30

Figura 6 – Rua 13 de Junho, ao centro, visualiza-se a linha de bonde que cortava a rua de um ponto a outro. Fonte: AYALA & SIMON (1914, p.316 apud Freitas, Maria Auxiliadora de., 2011, p.52). 43

Figura 7 – Mesmo trecho da rua, em 1920. Neste período, os trilhos já haviam sido retirados. Em primeiro plano, no canto esquerdo, observa-se um poste de iluminação elétrica em substituição aos antigos lampiões de gás acetileno. Fonte: Freitas, Maria Auxiliadora de., 2011, p.53. Acervo: Maria de Lourdes da Silva Ramos/ C&C. Foto: Raimundo Bastos. 43

Figura 8 – Linha do bonde até a área portuária em 1900. Fonte: Freitas, Maria Auxiliadora de., 2011, p.129. Foto: s/a. Acervo: Elysio de Oliveira Belchior. 44

Figura 9 – Demarcação da Rua 13 de Junho em linha branca tracejada e sua relação com os principais marcos visuais de forte pregnância para localizar-se no Centro da cidade. Fonte: Google Earth com edição da autora, 2024.

1 Colina do Rosário, registrando o ritual da lavagem da escadaria, 2019. Fonte: Guimarães (2023, p.45).

2 Vista panorâmica do Centro da cidade a partir do Morro da Luz. Fonte: Processo 1180- T- 85, Vol I.

- 3 Igreja Matriz ladeada pelo Palácio da Instrução, 2023. Fonte: acervo pessoal, 2023.
- 4 Correios, no Largo da Matriz, 2021. Fonte: acervo pessoal, 2021.
- 5 Praça Ipiranga e edifício do Ganha Tempo, 2023. Fonte: acervo pessoal, 2023.
- 6 SESC Arsenal, antigo Real Trem de Guerra, 2023. Fonte: acervo pessoal, 2023.
- 7 Praça Dutrinha, a qual na atualidade funciona como estacionamento, localizada em frente ao SESC Arsenal, 2023. Fonte: acervo pessoal, 2023.
- 8 Casa do Artesão localizada em frente à Praça Major João Bueno, 2023. Fonte: acervo pessoal, 2023.
- 9 Museu e Orla do Porto, às margens do rio Cuiabá, na porção que finda a Rua 13 de Junho. Fonte: acervo pessoal, 2021. 45
- Figura 10 – No primeiro plano, o conjunto antigo, onde situava o velho Palácio Alencastro, ao fundo, o novo em construção em meados de 1960. Fonte: Guimarães (2023). Foto: Lázaro Papazian. 47
- Figura 11 – Igreja Matriz, 1914. Fonte das figuras 5, 6 e 8: Mendonça (1978, p.08 apud Romancini, 2015, p.80). 48
- Figura 12 – Igreja Matriz, 1940. Fonte das figuras 5, 6 e 8: Mendonça (1978, p.08 apud Romancini, 2015, p.80). 48
- Figura 13 – Demolição da Matriz, 1968. Fonte: Instagram Cuiabá Antiga. 48
- Figura 14 – Igreja Matriz, 2023. Fonte das figuras 5, 6 e 8: Mendonça (1978, p.08 apud Romancini, 2015, p.80). 48
- Figura 15 – Antigo Quartel, a direita e Thesouro do Estado em 1910, a esquerda. Localizados no largo da Sé, atual Praça da República. Fonte: Freitas, Maria Auxiliadora de., 2011, p.132. Acervo: Iphan/MT. 49
- Figura 16 – Palácio da Instrução, vizinho à Matriz, na Praça da República. Fonte: acervo pessoal, 2023. 49
- Figura 17 – Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, década de 1940. Trecho inicial da Rua 13 de Junho e parte do largo da Matriz. Fonte: Freitas, Maria Auxiliadora de., 2011, p.214. Foto: Lázaro Papazian. Acervo: Névio Lotufo/ C&C. 50
- Figura 18 – Correios, no largo da Matriz com parte da pavimentação original substituída pela concretagem. Fonte: acervo pessoal, 2021. 50
- Figura 19 – Cenário na Orla do Porto, denominado “Vila Cuiabana” inicialmente confeccionado em madeira. No entanto a fotografia trata-se do cenário reformado três anos mais tarde, que

garantiu uma estrutura em alvenaria. Fonte: Guimarães (2023). Foto: Maria Bárbara Thame Guimarães, 2022. 60

Figura 20 – Terreno de esquina, onde situava o Hotel Centro América, 1990. Acervo: Museu Histórico de Mato Grosso. Fonte: Freitas (2011, apud Guimarães, 2023, p.83). 67

Figura 21 – Hotel Centro América na década de 1950. Fonte: Freitas, 2011, p.241, com intervenção elaborada pela autora para enfatizar o alongamento de quadra. Foto: Lázaro Papazian. Acervo: Museu Histórico/MT. 68

Figura 22 – No lado esquerdo, visualiza-se o edifício da Riachuelo construído onde situava o referido hotel. Em frente, o Palácio do Comércio constitui um marco visual, no Centro, por ousar no gabarito. O campo visual, a partir da Av. Getúlio Vargas já evidencia a comunicação com a Prainha à frente. Fonte: acervo pessoal, 2023. 68

Figura 23 – Demarcação de vias. Em preto, a Avenida Getúlio Vargas; em branco, a Rua 13 de Junho e; em verde, a Avenida da Prainha. A mancha em amarelo corresponde à posição onde localizava o antigo Hotel Centro América; no local, atualmente, situa o edifício da Riachuelo. Fonte: Google Earth com edição da autora, 2024. 69

Figura 24 – Nas imagens aéreas à esquerda, os lotes de que tratam as fotografias estão marcados em laranja, de modo a situá-los ao longo da Rua 13 de Junho, identificada pela linha amarela. Fonte: Google Earth, editado pela autora, 2024. 71

Figura 25 – Propaganda do edifício Maria Joaquina, em 1960, a partir de um recorte de revista sem identificação, na qual sua construção foi veiculada. Fonte: Freitas, Maria Auxiliadora de., 2011, p.248. 76

Figura 26 – Praça e Palácio Alencastro, em cuja vizinhança erguia-se, em 1968, o Edifício Maria Joaquina, no lado direito. Fonte: Biblioteca do IBGE. 76

Figura 27 – Edifício Maria Joaquina à direita e o Palácio Alencastro à esquerda, cujas fachadas principais são voltadas para a Praça Alencastro. Fonte: acervo pessoal, 2023. 77

Figura 28 – Palácio do Comércio, localizado no cruzamento da Avenida Getúlio Vargas com o calçadão da Galdino Pimentel, já no alinhamento da Rua 13 de Junho, o que faz do edifício um importante marco visual no trecho inicial da via, marcando sua posição em relação ao Centro Antigo. Fonte: acervo pessoal, 2023. 77

Figura 29 – Palácio do Comércio ao fundo, a partir da Praça da República; à esquerda visualiza-se a Matriz. Fonte: acervo pessoal, 2023. 78

Figuras 30 e 31 – Eixos de crescimento em Cuiabá, à esquerda, delimita-se o Centro Político Administrativo em relação ao Centro e Porto, marcados em amarelo e laranja, respectivamente;

no mapa à direita, está demarcada a área do Coxipó, 2024. Fonte: Google Earth com edição da autora, 2024. 79

Figura 32 – Ponte sobre o córrego da Prainha. Fotografia tirada a partir da margem direita, revelando como plano de fundo a Colina do Rosário, à margem esquerda, posterior à ponte. Fonte: Freire, 1997, p.41, s/a. 81

Figura 33 – Antigas habitações que margeavam o córrego, 1940. Fonte: Freitas, Maria Auxiliadora de., 2011, p.68. Foto: Castro Faria. Acervo: Iphan/DID/ANS-RJ. 81

Figura 34 – Córrego da Prainha, à direita, a torre da Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, década de 1930. Fonte: Freitas, Maria Auxiliadora de., 2011, p.209. Foto: Castro Faria. Acervo: Iphan/ARN/RJ. 82

Figura 35 – Rua 13 de Junho. Fonte: Biblioteca do IBGE. 95

Figura 36 – Rua 13 de Junho. Na lateral direita da foto, no final da perspectiva, aparece a Praça Ipiranga, 1955. Fonte: Biblioteca do IBGE. Foto: Jablonsky, Tibor; Kuhlmann, Edgar. 95

Figura 37 – Rua 13 de Junho em 1930, cujas quadras iniciais são vistas a partir da Praça da República. Como ponto de referência, tem-se, à direita, o edifício dos Correios, de modo que, na quadra esquerda identifica-se edifícios que não existem mais. Fonte: Freitas, Maria Auxiliadora de., 2011, p.215. Acervo: Museu Histórico/MT. 104

Figura 38 – Fotografia da mesma localização da Rua 13 de Junho, já na década de 1940, à direita situa o edifício dos Correios e à esquerda, entre o casario, existia a casa comercial Renascença. Fonte: Freitas, Maria Auxiliadora de., 2011, p.215. Acervo: Museu Histórico/MT 104

Figura 39 – Rua 13 de Junho em 1937, na lateral esquerda, ao fundo, visualiza-se as palmeiras imperiais da Praça Ipiranga, antiga Marquês de Aracati. Fonte: Lévis-Strauss (1994, p.86 apud Freitas, Maria auxiliadora de., 2011, p.170). 107

Figura 40 – Ilustração da ponte de pedra sobre o Córrego Cruz das Almas, no cruzamento da Generoso Ponce com a Rua 13 de Junho, na década de 1910. Na direita, ao fundo, visualiza-se as palmeiras imperiais da Praça Ipiranga. Fonte: Alencastro, Aníbal, 2006, p.139. 115

Figura 41 – Igreja Presbiteriana localizada na Rua 13 de Junho, próximo à Praça da República. Fonte: acervo pessoal, 2023. 116

Figura 42 – Seleção de elementos identificados como casos de rugosidades ao longo da via. Fonte: acervo pessoal, 2023. 120

Figura 43 – Conjunto comercial na porção inicial da Rua 13 de Junho, próximo à Praça da República. A planta guia, ao lado, demarca a sua posição em relação à porção em que esse padrão é identificado. Fonte: acervo pessoal, 2023. 122

Figura 44 – Entre as lojas e o comércio de ambulantes na calçada, é notório um grande movimento que caracteriza a porção inicial da Rua 13 de Junho, conforme a planta guia. Fonte: acervo pessoal, 2023. 122

Figura 45 – Porção inicial da Rua 13 de Junho no final de semana, que demonstra o aspecto da via com as lojas fechadas. Quadras predominantemente comerciais, conforme a planta guia. Fonte: acervo pessoal, 2021. 123

Figura 46 – Hospital Geral, localizado na esquina da Rua 13 de Junho com a Rua Ten. Thogo da Silva Pereira. A planta guia, ao lado, demarca a sua posição em relação à porção em que esse padrão é identificado. Fonte: acervo pessoal, 2023. 124

Figura 47 – Hemocentro localizado ao longo da Rua 13 de Junho, conforme a planta guia. Fonte: acervo pessoal, 2023. 124

Figura 48 – Estacionamento rotativo, condição que se repete ao longo de quase toda a via. O caso exposto localiza-se na porção de uso misto da Rua 13 de Junho, conforme a planta guia. Fonte: acervo pessoal, 2023. 125

Figura 49 – Conjunto misto ao longo da Rua 13 de Junho, conforme a planta guia. Fonte: acervo pessoal, 2023. 125

Figura 50 – Trecho que apresenta uso misto, localizado entre o Sesc e as quadras finais da Rua 13 de Junho. A planta guia, ao lado, demarca a sua posição em relação à porção em que esse padrão é identificado. Fonte: acervo pessoal, 2023. 127

Figura 51 – Conjunto residencial na Rua 13 de Junhos, próximo à área portuária, conforme a planta guia. Fonte: acervo pessoal, 2023. 127

Figura 52 – Representação panorâmica de Cuiabá em 1790. Fonte: Ilustração da autora a partir da releitura de imagem adquirida em Reis Filho (2000). 129

Figura 53 – Setores de entorno que abrangem parcialmente a Rua 13 de Junho, a qual possui saídas para a via paralela por meio das travessas apresentadas. Fonte: Google Earth com edição da autora, 2024. 133

Figura 54 – Rua 13 de Junho na década de 1920. Fonte: Freitas, Maria Auxiliadora de., 2011, p.136. Acervo: Ademar Poppi/C&C. Foto: Wessel. 138

Figuras 55 e 56 – Edifício na parte inicial e predominantemente comercial da Rua 13 de Junho. Atualmente funciona a loja “China Bazar”, em frente à Galeria GG. Fonte: Google Maps, imagem do Street View, 2024. 141

Figuras 57 e 58 – O mesmo edifício, no ano de 2011. É evidente uma distinção grosseira na dimensão e altura da fachada em relação à sua forma em 2024, quando a mudança na linha de coroamento é reforçada pela manutenção da altura dos edifícios vizinhos. Fonte: Google Maps, imagem do Street View, 2011. 141

Figura 59 – Edifício na esquina da Rua 13 de Junho com a Av. Generoso Ponce, em frente à Praça Ipiranga. Fonte: Google Maps, imagem do Street View, 2024. 142

Figura 60 – Edifício na esquina da Rua 13 de Junho com a Rua Ten. Thogo da Silva Pereira em frente ao Hospital Geral. Fonte: Google Maps, imagem do Street View, 2024. 142

Figura 61 – Descaracterização comum na Rua 13 de Junho, dado o forte perfil comercial, com a alteração da dimensão das aberturas. Edifício comercial na esquina da Rua 13 de Junho com a Travessa João Dias, primeira quadra (sentido Centro-Porto), em frente aos Correios. Fonte: Google Maps, imagem do Street View, 2024. 143

Figura 62 – Edifício comercial ao longo da Rua 13 de Junho, segunda quadra (sentido Centro-Porto). Fonte: Google Maps, imagem do Street View, 2024. 143

Lista de mapas

- Mapa 1 – Traçado das primeiras ruas de Cuiabá no século XVIII. Fonte: Ilustração da autora a partir da releitura de imagem adquirida em Coelho (2001, p.137). 22
- Mapa 2 – Delimitação da área de interesse. A rua, marcada em vermelho, expressa sua inserção nesse contexto entre tombamentos, abrangendo três setores de entorno: Setor República, Setor 13 de Junho e Setor Ipiranga. Fonte: Elaborado pela autora, a partir da base cadastral da cidade de Cuiabá, 2025. 24
- Mapa 3 – Esquema do Zoneamento Urbano e a localização da Rua 13 de Junho. Fonte: Prefeitura Municipal de Cuiabá com edição da autora, 2021. 40
- Mapa 4 – Primeira proposta de tombamento (1985). 1 Igreja do Rosário; 2 Igreja da Boa Morte; 3 Igreja Matriz. Em azul escuro, registra-se o perímetro a ser tombado e, em azul claro, a respectiva área de entorno. A linha bordô corresponde à Rua 13 de Junho, em ambas as propostas ocupada apenas pela mancha de entorno. Fonte: Guimarães (2023, p.70) com edição da autora objetivando a localização do interesse no mapa. 63
- Mapa 5 – Proposta de tombamento provisório (1989). 1 Igreja do Rosário; 2 Igreja da Boa Morte; 3 Igreja Matriz. Em azul escuro registra-se o perímetro a ser tombado e, em azul claro, a respectiva área de entorno. A linha bordô corresponde à Rua 13 de Junho, em ambas as propostas ocupada apenas pela mancha de entorno. Fonte: Releitura de Guimarães (2023, p.74) a partir do Processo 1180- T-85 Vol 1 p.129, com edição da autora objetivando a localização do interesse no mapa. 63
- Mapa 6 – Delimitação da poligonal de tombamento e setores de entorno. Fonte: Iphan, s/a. 72
- Mapa 7 – Levantamento de construções (em tonalidades azuis) e de demolições (em tonalidades vermelhas) de 1950 a 2000. Fonte: Guedes, 2017. 101

Lista de croquis

- Croqui 1 – Planta de Cuiabá com registro de seu crescimento entre os séculos XVIII e XIX (s/d).
Fonte: Freitas, Maria Auxiliadora de., 2011, p.36. Acervo: APMT. 79
- Croqui 2 – Proposta de reurbanização na Rua 13 de Junho por meio do alargamento de calçadas e adição de cobertura ao longo do caminho. Fonte: IPDU, 1996. 93
- Croqui 3 – Proposta de reurbanização da Rua 13 de Junho, a partir do qual também prevê um tratamento paisagístico. Fonte: IPDU, 1996. 94
- Croqui 4 – Anúncio perpendicular à fachada. Fonte: Anexo 4 da Instrução Normativa do Iphan, 1994. 145
- Croqui 5 – Anúncio sobre a alvenaria da fachada. Fonte: Anexo 4 da Instrução Normativa do Iphan, 1994. 146
- Croqui 6 – Modelo permitido para toldos, com largura que acompanhe o vão da abertura. Fonte: Anexo 4 da Instrução Normativa do Iphan, 1994. 147

Lista de quadros

- Quadro 1 – Cronologia de políticas e instrumentos da proteção e do planejamento urbano de Cuiabá. 96
- Quadro 2 a – Levantamento de demolições e de construções na Rua 13 de Junho no período de 20 anos, a partir da seleção dos trechos que compõem o primeiro conjunto da análise: compreendendo as quadras entre o limite da Praça da República e da Praça Ipiranga. 102
- Quadro 2 b – Levantamento de demolições e de construções na Rua 13 de Junho no período de 20 anos, a partir da seleção dos trechos que compõem o segundo conjunto da análise: compreendendo as quadras entre o limite da Praça Ipiranga até o cruzamento da Rua Maj. Gama. 105
- Quadro 2 c – Levantamento de demolições e de construções na Rua 13 de Junho no período de 20 anos, a partir da seleção dos trechos que compõem o terceiro conjunto da análise: compreendendo as quadras entre o cruzamento da Rua Maj. Gama e o Sesc Arsenal. 108
- Quadro 2 d – Levantamento de demolições e de construções na Rua 13 de Junho no período de 20 anos, a partir da seleção dos trechos que compõem o quarto conjunto da análise: compreendendo as quadras entre o Sesc Arsenal até o final da rua, que culmina na Orla do Porto. 110

Sumário

Introdução	20
Capítulo 1:	
A história entre dois pontos não é linear: marcas de um caminho da cidade nascente	39
1.1. O Setor 13 de Junho e o processo de salvaguarda do Centro Antigo	40
1.1.1 O perfil do tombamento na esfera nacional: os avanços da preservação na cidade-documento.....	55
1.1.2 O perfil do tombamento na esfera municipal: uma cidade mineradora no centro do país.....	61
1.2. A rua sob a perspectiva da preservação patrimonial	74
Capítulo 2:	
Tombamento e planejamento urbano: um debate sobre a transformação da paisagem	91
2.1 Modificações em uma área de transição	92
2.2 Permanências como testemunho histórico	114
Capítulo 3:	
Considerações sobre os aspectos que qualificam a rua: da função articuladora ao valor histórico	128
3.1 A forma da rua e sua dimensão simbólica	129
3.2 Continuidades e descontinuidades: a dialética do entorno	137
Considerações finais	149
Referências bibliográficas	153



Introdução

A pesquisa tem como ponto de partida estudar os fenômenos que implicam na forma do caminho articulador entre os dois núcleos que estruturaram a cidade de Cuiabá¹: Centro Norte e Orla do Porto. O conjunto urbano que costura esse percurso investigativo nasceu como Arraial do Senhor Bom Jesus de Cuiabá às margens do Córrego da Prainha² em meados de 1719. Para além desse, a Orla do Porto, de caráter mais comercial e margeada pelo rio Cuiabá, foi se estabelecendo enquanto segundo polo de desenvolvimento. O incipiente povoado, em 1727, já experimentou a transição de arraial à Vila e se constituiu como cidade no ano de 1818.

Ao considerar algumas dessas datações que simbolizam marcos importantes para a leitura sobre os acontecimentos na área de estudo, adota-se a cronologia apresentada por Júlio De Lamônica Freire³ (1997), a partir das influências geopolíticas que o autor destaca para compor o que chama de “ciclos”. Desse modo, o primeiro momento da evolução urbana configura o “ciclo da mineração” (1722-1820). A expansão descontínua do território, as monções paulistas, a influência construtiva dos bandeirantes, por meio do manuseio da taipa e pau-a-pique, bem como a economia das minas do Córrego da Prainha, são características decisivas para a consolidação (1722) dos dois polos de atração de crescimento da Villa: mina do Rosário (à margem esquerda do córrego) e Porto Geral, localidades que, mais tarde, contribuem para a estruturação de duas vias de ligação: 13 de Junho e Dom Aquino.

O “ciclo da sedimentação administrativa” (1820-1968) constitui o período em que ocorre a abertura do portal mato-grossense para a Amazônia e a cidade recebe incentivos do poder público para as construções de grande porte: praças e definição de malhas viárias modificam a fisionomia da cidade. Freire (1997) então, define três momentos de transformação urbana: euforia pela mudança da capital e estagnação da mineração (séc. XIX); surto açucareiro, extrativismo da borracha (séc. XX), além de um marasmo econômico que assola a primeira metade do século e por fim; a interventoria do Estado Novo até 1960, momento em que foi aberta uma grande avenida a partir da Praça da República, a que se deu o nome de Getúlio Vargas.

Na sequência desses acontecimentos, o ano de 1968 é emblemático para o encerramento desse ciclo e o início do próximo, pela agitação que significou a demolição da Matriz no Centro Antigo da cidade, com desdobramentos que serão aprofundados mais a diante. Esse marco introduz o “ciclo da modernização”, momento em que a construção de Brasília também exerce influência para o fortalecimento da ocupação da região Centro-Oeste. A verticalização, as transformações na Praça Alencastro, a edificação da Ponte Nova sobre o rio Cuiabá, o fechamento do tráfego de veículos para dar lugar a calçadas em alguns trechos do

¹ No século XIX, se tornou capital da Capitania de Mato Grosso, título anteriormente conferido à Vila Bela da Santíssima Trindade.

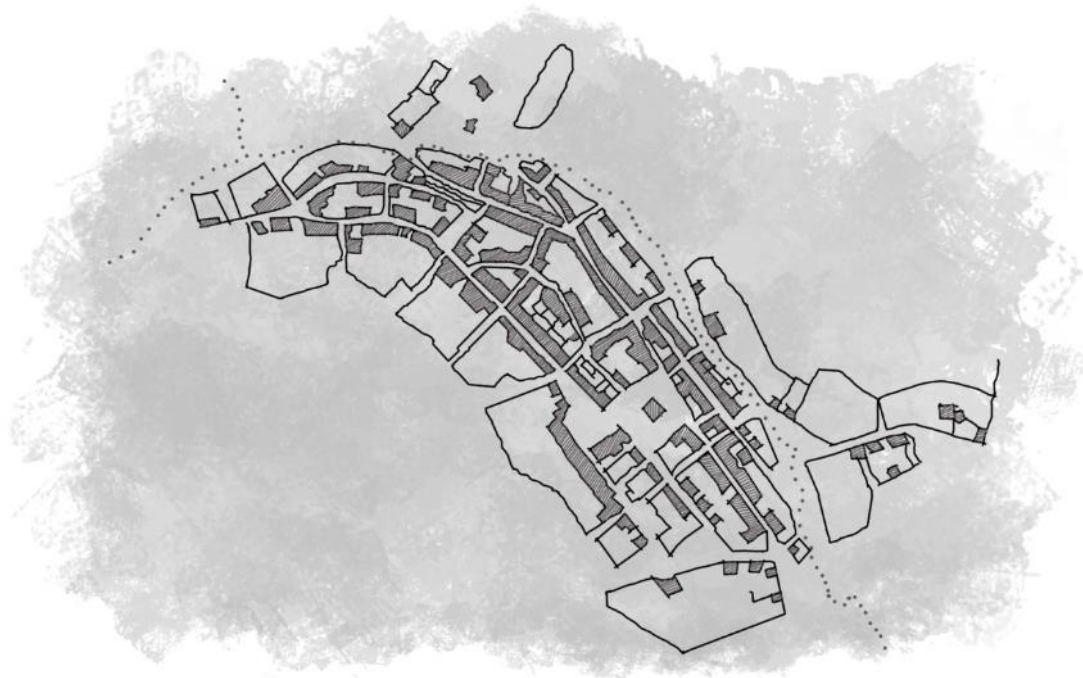
² O córrego que, em outrora proporcionou a exploração aurífera, atualmente está canalizado e tamponado.

³ Arquiteto e Urbanista, professor que ajudou na fundação do curso de arquitetura da UFMT, além de membro no movimento preservacionista do Centro Histórico de Cuiabá, ativo no IAB e um dos autores na elaboração da Instrução Normativa do Iphan (1994).

núcleo antigo e sua perda como espaço de poder com a formação do Centro Político Administrativo (CPA) são algumas intervenções desse processo espacial pós 1970.

Feita essa revisão geral dos momentos que caracterizam a capital desde à sua feição como Vila, vale ressaltar que o traçado de ruas estreitas e de relativa irregularidade, acompanhando o curso do Córrego da Prainha, afluente do rio Cuiabá (Mapa 1), marca essa cidade do século XVIII que é alicerçada por dois núcleos importantes, Centro e Porto, posteriormente incorporados à Legislação Municipal (década de 1990) que demarcou as Zonas de Interesse Histórico. Caracterizados por dinâmicas e organizações próprias, o Centro, porção exposta no mapa abaixo com o desenho das ruas pioneiras, compõe a Zona de Interesse Histórico I (ZIH I) e o Porto, área não contemplada pelo referido desenho, a Zona de Interesse Histórico II (ZIH II).

Mapa 1 – Traçado das primeiras ruas de Cuiabá no século XVIII.



Fonte: Ilustração da autora a partir da releitura de imagem adquirida em Coelho (2001, p.137).

No contexto da evolução urbana, a Rua 13 de Junho caracteriza um recorte singular do Centro Antigo⁴, por originar a partir da ligação dos dois núcleos, os quais foram desenvolvidos de maneira confluyente, interligados pela dinâmica de outros dois elementos significativos: o Córrego da Prainha e o Rio Cuiabá. Diferentemente da Av. Dom Aquino, interrompida pela Av. XV de Novembro, a Rua 13 de Junho faz o caminho direto entre as duas zonas. Dado o seu

⁴ Nessa pesquisa o entendimento de Centro Antigo abrange o perímetro de tombamento federal e os setores de entorno: porção que preserva os fundamentos urbanísticos da cidade tradicional, conforme o artigo: “A Quantas Andam nossas Políticas de (des) Valorização do Patrimônio Cultural Material em Cuiabá/MT?” trabalhado por Doriane Azevedo e Gabriela Silva Leite Guedes (2017).

papel funcional evidente na mobilidade e diálogo entre os dois territórios, destaca-se que, antes de adquirir tal nomenclatura, a rua não possuía um nome oficial, era identificada como Cruz das Almas ou Caminho do Porto, denominação que sugere a sua relevância para a dinâmica dos núcleos urbanos iniciais.

Outra designação popular foi Bella do Juiz, em referência ao caso amoroso entre uma cuiabana residente na via e um Juiz que não era da cidade, mas se hospedava na mesma rua à trabalho, culminando, então, no encontro que marca a história do lugar⁵. Em “Ruas de Cuiabá” o historiador Rubens de Mendonça (1969) observa, de modo geral, que o nome de uma rua sempre se relaciona a um fato. Com a Rua 13 de Junho não é diferente, seu nome rememora o dia da Retomada de Corumbá durante a Guerra do Paraguai, no ano de 1867, razão pela qual a data tornou-se também feriado estadual.

O caminho estudado apresenta uma intensa atividade comercial em edifícios térreos que pouco preservam as características da arquitetura setecentista, sobretudo nas quadras mais próximas ao Centro Norte. Essa condição já não se mantém a mesma ao perceber o meio da via: entre edifícios térreos e outros chegando em torno de sete pavimentos, aparecem diversas atividades (Hospital Geral, Hemocentro, SEMOB, DNIT). As modificações mais expressivas, portanto, se encontram na forma de implantação, agora isolada no lote, que apresenta dimensões maiores se comparado aos terrenos do trecho inicial da rua.

Nas proximidades da Orla prevalecem os edifícios remanescentes da Cuiabá antiga, em lotes alongados, de casas sem recuos laterais e acompanhando o alinhamento da via pública⁶. As fachadas, enquanto elemento delimitador entre instâncias públicas e privadas⁷, sugerem a forma pela qual a via foi consolidada, uma vez que a relação do edifício com o terreno manifesta os princípios arquitetônicos de diferentes períodos, o que revela o potencial que uma rua antiga tem de demonstrar a evolução da cidade, ainda que esses aspectos sejam identificados a partir de fragmentos.

O Centro Antigo da cidade só foi tombado a nível federal em 1992, como Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico, por meio da delimitação do perímetro que envolve as ruas pioneiras. Posteriormente, a normatização do Iphan (1994) estabeleceu regras para o tratamento do conjunto e sua vizinhança, e definiu os setores de entorno que correspondem a subgrupos morfológicos, classificados a partir de sua tipologia, historicidade e uso, de acordo

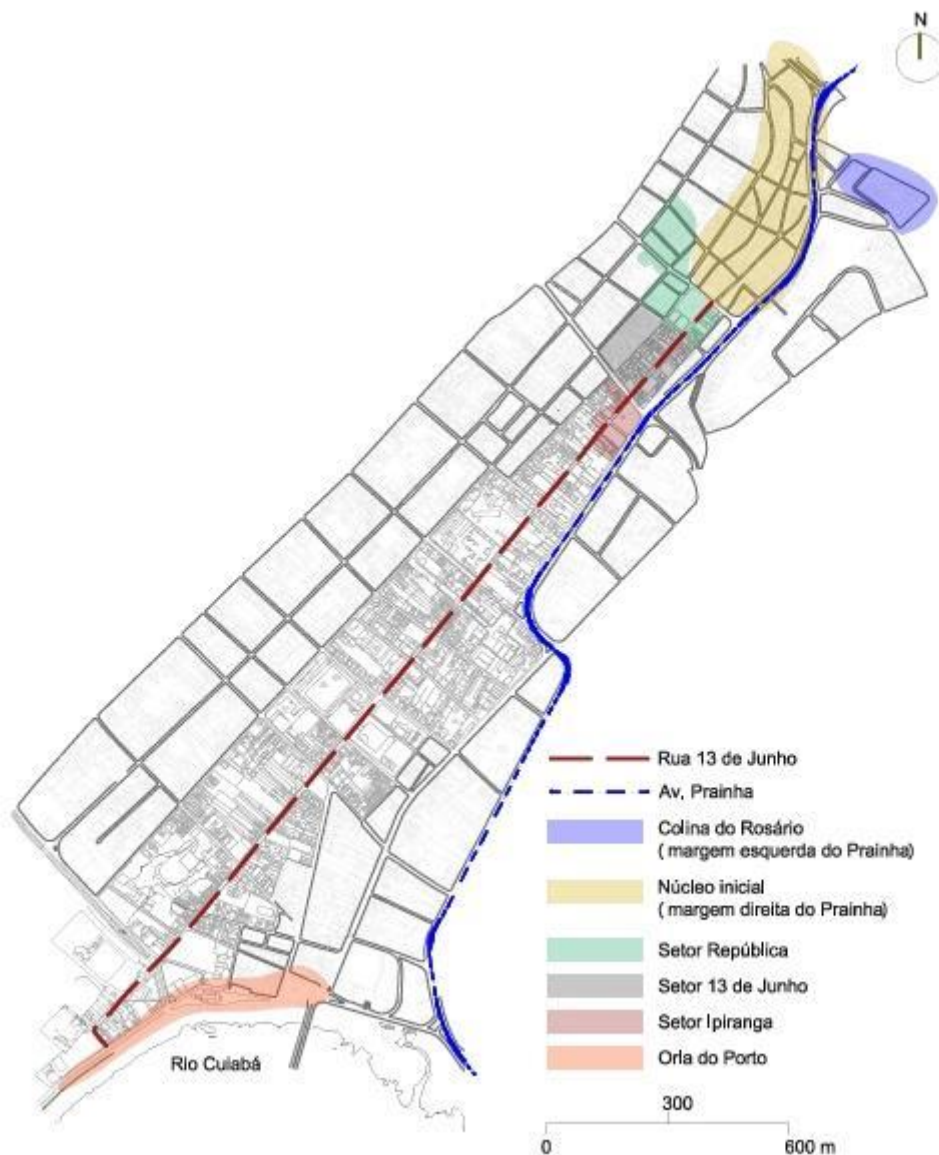
⁵ Na obra “Cuiabá: de vila a metrópole nascente”(2006) os nomes que a referida rua já adquiriu, a identificava por trechos. Isto é: entre a Praça da República e a Praça Ipiranga era denominada Bella do Juiz, já que foi no primeiro casarão da esquina da Praça da República, atual Correios, que os juizes se hospedavam. Ademais, da Praça Ipiranga até o Asilo Santa Rita, o trecho já fazia referência ao Córrego Cruz das Almas que cruzava a rua, hoje não mais aparente. Desse asilo até o Sesc Arsenal, chamava-se Lavra Pau; dali até o final, Capim Branco.

⁶ Reis Filho (1970) constrói sua pesquisa focalizada no período colonial e identifica que, no primeiro momento, as residências eram construídas sobre o alinhamento da via pública em lotes alongados, fator que influencia diretamente na disposição da planta da casa, que mais tarde recebe a novidade do jardim lateral.

⁷ A fachada constitui uma das categorias estruturais da morfologia urbana apresentada por Kohlsdorf (1996).

com o texto da Instrução. Curiosamente, dentre os dez setores delimitados, está o Setor 13 de Junho, envolvendo parte da rua (de mesmo nome). Considerada uma área de transição comercial, já teve parte de seus edifícios demolidos e/ou descaracterizados, fator que conduz, conseqüentemente, o estudo sobre os impactos que a regulamentação traz, na prática, para suas modificações. No mapa a seguir, é possível identificar o Centro, núcleo inicial que recebeu o tombamento federal; a relação estabelecida com a Rua 13 de Junho, principalmente como área de amortecimento e; sua conexão com a área portuária, posteriormente preservada sob a instância de tombamento estadual em 2007.

Mapa 2 – Delimitação da área de interesse. A rua, marcada em vermelho, expressa sua inserção nesse contexto entre tombamentos, abrangendo três setores de entorno: Setor República, Setor 13 de Junho e Setor Ipiranga.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir da base cadastral da cidade de Cuiabá, 2025.

Atualmente observa-se na Rua 13 de Junho diferentes condições que revelam uma falta de diálogo entre as formas e os usos que lhe são atribuídos. Funções que foram se perdendo ou sendo substituídas por outras no decorrer do tempo evidenciam, na materialidade da cidade, algumas desarticulações, como é o caso de ruínas que mantêm de pé apenas a fachada, resultando no interior do lote livre para a inserção de atividades diversas, principalmente a de estacionamentos rotativos.

Com o reconhecimento das características do sítio, das implicações no estado de preservação, bem como os fatores de impactos na paisagem, sejam urbanísticos ou ambientais, acredita-se que tais descaracterizações apresentam indícios sobre a ausência de valoração dos edifícios remanescentes. Nesse sentido, existem alguns elementos, destrinchados a diante, que reforçam a perda de unidade, influenciando na associação, não a um caminho historicamente relevante, mas a uma rua comum, desprovida de elementos significativos que lhe assegurem valor cultural.

Normalmente, o processo de valoração de um bem é vinculado à atributos artísticos e culturais. A identificação de tais atributos também contou com diferentes correntes de pensamento, como Riegl (1903) expõe ao abordar os valores de memória. Como área de transição, a Rua 13 de Junho, mesmo que não represente um conjunto arquitetônico expressivo e homogêneo, ainda é significativa para a leitura do traçado inicial da cidade, principalmente pela forma como a via começa – alinhada ao calçadão da Galdino Pimentel – e termina, culminando na Orla do Porto (Mapa 2). Existe, portanto, uma lógica de organização espacial que permanece entre os dois núcleos fundantes.

Essa dicotomia entre as noções do que vem a ser considerado valor artístico ou valor histórico, atravessa as discussões desde a década de 1980, quando a Prefeitura Municipal de Cuiabá deu foco para as ações em benefício da preservação do patrimônio arquitetônico da cidade. Estudos voltados para as peculiaridades da área resultaram no desenvolvimento de critérios pelo Iphan para a seleção do sítio urbano. Esses apontamentos, no entanto, foram embasados muito mais no seu valor documental, já que, nesse período o Centro Antigo não contava mais com uma linguagem homogênea da paisagem em que os casarões estão inseridos. Essa nova postura no tratamento da área antiga se tornou essencial para a sua identificação e frear, em certa medida, as descaracterizações, ao valorar outros aspectos, como o traçado urbano e a topografia, assim como a volumetria dos edifícios. Resta atentar, no entanto, para a repercussão que isso causou aos olhos dos demais seguimentos da sociedade na época, principalmente aqueles que, não habituados ao âmbito das discussões preservacionistas, manifestaram dificuldade em reconhecer nesses elementos, valor artístico (Guimarães, 2023).

A partir dessa reflexão, se até a poligonal⁸ que mais tarde recebe o tombamento federal, não preserva em seu conjunto esses aspectos visualmente mais atrativos em centros históricos, como imponentes ornamentações remetendo ao período colonial; a Rua 13 de Junho, encontra uma multiplicidade de impasses, diante da ausência desses elementos. Nesse caso específico, o valor histórico está muito mais vinculado à afetividade e à capacidade que a via ainda tem de evidenciar essa articulação entre os dois núcleos iniciais, do que ao valor artístico em si.

Assim sendo, o peso dado ao valor documental por meio da valoração de outros atributos constitui um viés frutífero para pensar as áreas de entorno que, mesmo com essas ambiências descaracterizadas e sem a possibilidade da identificação de valores artísticos, são espaços de transição decisivos na paisagem. Para essa leitura, merecem destaque os principais logradouros, os quais exercem papel importante no reconhecimento da área e constituem dois espaços de poder no Centro Antigo: a Praça da República, localizada na parte de origem nobre da via e a Praça Alencastro, ladeada pela Av. Getúlio Vargas. Ainda é possível conferir uma visibilidade à Praça Ipiranga (que se une à entrada do edifício onde funciona no Ganha Tempo⁹) e à Praça Maj. João Bueno, em frente ao antigo Colégio “Peixe Frito”, atual Casa do Artesão; ambos são largos situados ao longo da Rua 13 de Junho e que, de certa maneira, também exercem uma função social sobre o caminho e os edifícios que se voltam para esse espaço (Figura 1).

Figura 1 – Localização da Praça Alencastro (1) que estabelece uma relação com a Rua 13 de Junho pela proximidade, bem como as praças situadas ao longo da via: Praça da República (2), Praça Ipiranga (3) e Praça Maj. João Bueno (4).



Fonte: Mapa do Google Earth editado pela autora, fotos do acervo pessoal, 2024.

⁸ Entende-se poligonal como a área demarcada a partir de estudos técnicos de preservação. A definição do polígono é feita por meio da delimitação de eixo de via, de modo a contemplar todas as quadras e linha de fundo de lotes considerados integrantes do conjunto a ser preservado.

⁹ Repartição pública vinculada à Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social, local de acesso à informação e de prestação de serviço à população.

Durante muitos anos esses logradouros e suas imediações se mantiveram preservados, principalmente pela manutenção do gabarito dos edifícios envolventes, cuja altura ainda não havia ultrapassado a da Matriz (Figura 2). Foi no ano de 1968 que se vislumbrou a efervescência de grandes modificações, quando, em frente à Praça da República, as mudanças na fisionomia da referida igreja, que até então era um exemplar da arquitetura setecentista e cartão postal da cidade, torna símbolo de uma nova mentalidade de modernização e rompimento com o estigma de isolamento, influenciando, de certo modo, outras intervenções de alto impacto em sua vizinhança (Figura 3).

Figura 2 – Imagem aérea da cidade, por volta da primeira metade do século XX. Na fotografia, à esquerda, se visualiza a Matriz, ainda com as características barrocas preservadas; ao centro, a Praça da República.



Fonte: Biblioteca do IBGE.

Figura 3 – Fachada da nova Matriz, ainda em obras, a partir da Av. Getúlio Vargas no início da década de 1970.



Fonte: Freitas, Maria Auxiliadora de., 2011, p.252. Foto: Lázaro Papazian. Acervo: Ndihr/UFMT.

Nesse sentido, o interesse do estudo reside na identificação dos elementos morfológicos que caracterizam a estruturação, não dos polos em si, mas do principal caminho terrestre que articula as duas áreas: a Rua 13 de Junho. A condição geográfica da via constitui o pontapé inicial para propor a realização de uma leitura da paisagem, sob o contexto de núcleos históricos e de outras complexidades que envolvem a área central de uma cidade de crescimento espontâneo. Desse modo, tem-se como fio condutor a consideração de alguns aspectos que saltam aos sentidos do passante ao longo dos 2,5 km de via, tais como a relação estabelecida entre edifício e lote urbano, os elementos remanescentes nos espaços das praças mais antigas, além da conformação de usos e apropriações que qualificam a sua dinâmica.

A variação das quadras, então, representa um convite para pensar no rompimento de um estudo linear sobre o processo histórico de ocupação da área e questionar como essas discontinuidades podem potencializar a reflexão, construindo uma investigação através da materialidade e do que a cidade tem a nos comunicar. Ao partir da observação da mudança de característica ao longo das quadras, que diversificam desde suas funções até a forma física aos olhos do caminhante mais desatento, tem-se como uma provocação imaginar o que tais inflexões

representam para a história do lugar na sua aparência e conseqüentemente, para a leitura da paisagem de uma área antiga, com valor histórico e capaz de documentar o processo de consolidação da sociedade cuiabana. Considerando os ciclos definidos por Freire (1997) com o destaque para marcos decisivos, junto a essas inflexões da/na história, a pesquisa se aproxima também dos agentes que estão por trás desses fenômenos.

Com o exercício de tornar a história mais espacializada, é possível avançar um campo crítico que, no primeiro momento, parece banal ou desprezioso, ao constatar que todas essas transformações ocorreram no período que antecede a efervescência e, sobretudo, os efeitos e ganhos das ações preservacionistas: as políticas de preservação só vieram anos depois das intervenções modernizantes iniciadas com a construção do novo Palácio Alencastro (1959), um verdadeiro “aval” para a mentalidade que se firmava na época. Nas fotografias a seguir, observa-se um comparativo entre o antigo palácio¹⁰ (Figura 4) e o edifício que foi implantado em seu lugar (Figura 5). Para além do processo que envolveu a demolição de todo um conjunto que envolvia o prédio antigo, a sua relação com o jardim e os caminhos de acesso ao novo palácio também se modificam.

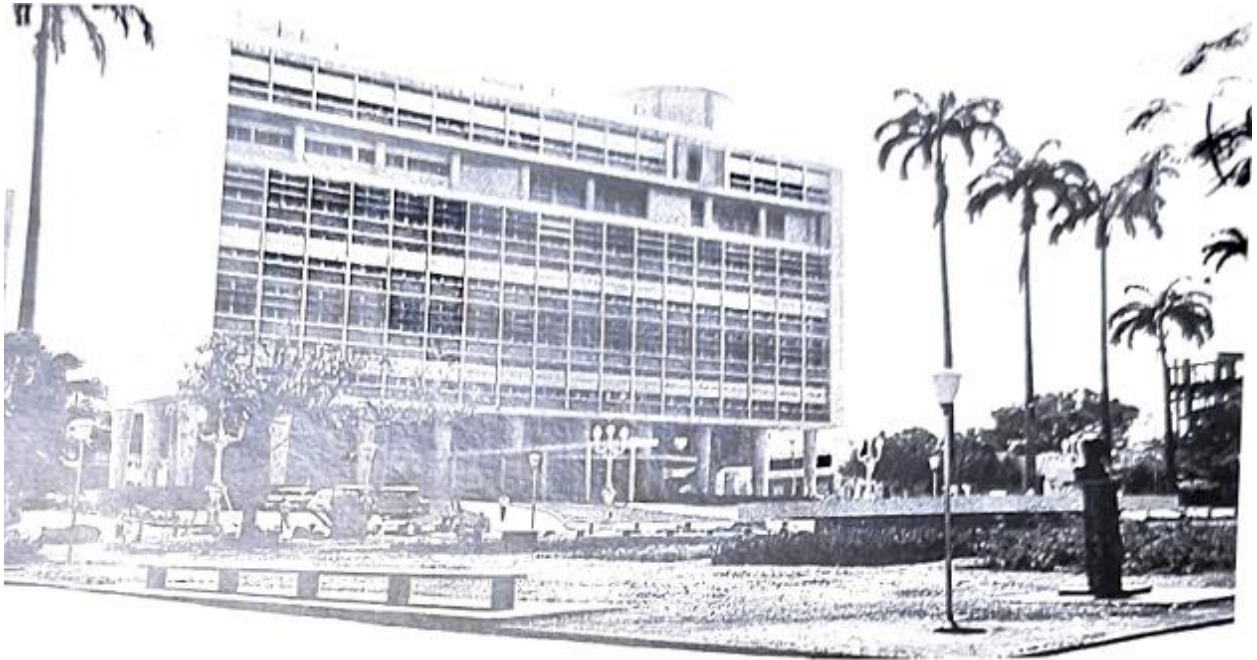
Figura 4 – Antigo Palácio Alencastro (sede da Prefeitura Municipal) no período que antecede a sua demolição, provavelmente fotografado na primeira metade do século XX.



Fonte: Biblioteca do IBGE.

¹⁰ De acordo com nota disponibilizada pela biblioteca IBGE (referente à figura 4) a Praça Alencastro, onde situa o palácio homônimo, foi construída no século XIX e inicialmente era chamada de Praça Real, ponto marcado por apresentações teatrais e de touradas. No local foram construídos cinco bustos de personalidades importantes para a história da cidade: Marechal Rondon, Arnaldo Estêvão de Figueiredo, Joaquim Murtinho, Eurico Gaspar Dutra e Estêvão de Mendonça, os quais permanecem até os dias atuais.

Figura 5 – Novo Palácio Alencastro (sede da Prefeitura Municipal) em 1960.



Fonte: Freitas, Maria Auxiliadora de., 2011, p.245. Foto: Lázaro Papazian. Acervo: Cineclube Coxiponês/UFMT e Misc.

Essas primeiras aproximações com o tema nos levam a questionar as razões pelas quais a área tem o traço atual. Com o reconhecimento da importância histórica que a Rua 13 de Junho exerce (ou deveria exercer), espera-se encontrar materializada na paisagem as marcas de seu crescimento, onde as camadas de temporalidade possam ser melhor apreendidas. Como isso não é evidente, a falta de compreensão da via enquanto uma unidade torna uma provocação em busca de respostas sobre como ocorreu o processo de ocupação e quais fatores influenciaram sua consolidação.

Imagina-se que o caminho entre as duas zonas, inicialmente, caracterizava um trajeto importante entre a comunidade que crescia ao longo do córrego e a área portuária em torno do mercado público, permanecendo com a função de passagem por algum tempo. Atualmente, como uma rua local de comércio varejista, a via não possui estrutura que comporte um crescimento vertical de seus edifícios, fator que não difere das condições das ruas do perímetro tombado, cujo modelo de cidade era pensado para o fluxo de pedestres, carros de boi, além da linha de bonde que ligava a comunidade à área do Porto, tendo seu terminal na Praça da Mandioca, hoje, incluído no perímetro preservado sob o tombamento federal.

O caráter de passagem da Rua 13 de Junho enquanto um caminho de ligação, portanto, sugere que sua consolidação não tenha se firmado pela necessidade de expansão dos dois núcleos de formação (como a atividade mineradora motivou o estabelecimento da comunidade no Centro Antigo, bem como as trocas comerciais movimentando o trabalho no Porto). Esse fator pode oferecer uma direção sobre o modo – disperso – como a via foi formada, lida por meio do

contraste entre os diferentes aspectos que apresenta, passando de conjunto comercial para institucional até residencial, assim como as mudanças na relação entre edifício e lote urbano, também resultante de algumas demolições.

Como um dos principais fenômenos observados atualmente são as áreas subutilizadas, um dos questionamentos para essa condição descortina a possibilidade desse aspecto ser produto do modelo de apropriação da área que faz o caminho entre tombamentos, ou apenas resultante de posteriores demolições. Para esse segundo caso, o modo de expansão (descontínua) de Cuiabá não exerceria impactos diretos sobre a forma que tem.

A partir de uma paciente busca em documentos históricos e do resgate de obras importantes para compreender o processo de evolução urbana, tais como Júlio De Lamônica Freire (1997) e Rubens de Mendonça (1969) mencionados anteriormente, é notória a lacuna existente para a leitura da área em questão, mesmo em revisão de trabalhos mais atuais, como é o caso da dissertação de Guimarães (2023) que aborda políticas públicas e preservação do patrimônio urbano de Cuiabá. A esse fato, acredita-se que seja necessário um estudo aprofundado, não mais sobre os territórios fundantes, mas do caminho, o qual ainda dispõe de poucos registros e estudos se comparado ao Centro Antigo e o Porto Geral. É com esse intuito que o trabalho visa trazer contribuições, atestando desse modo, a relevância que a Rua 13 de Junho possui para o conhecimento da real conformação da paisagem da Zona Central e, também, enquanto fonte/material acadêmico.

A pesquisa é fruto dos estudos iniciados no Trabalho Final de Graduação (2022), que foi motivado pelo interesse de compreender a porção antiga da cidade sensível às (des)articulações percebidas entre perímetro tombado e setor de entorno, além do trajeto (direto) entre Centro Antigo e Orla do Porto. A parte da rua que não contempla a delimitação da área de amortecimento do tombamento, por não dispor de maiores registros para a sua documentação, ainda constitui um hiato, o qual tornou-se focal para o conhecimento dessa área para além do seu aspecto aparente: uma via comum próxima à duas áreas de relevante preservação.

Nesse contexto, o aprofundamento do estudo sobre a antiga Bella do Juiz, atual Rua 13 de Junho, tem seu alicerce a partir de duas vertentes: um referencial que possibilite uma discussão inicial sobre qual o entendimento de morfologia que a pesquisa assume para debater sobre os aspectos valorados pelas políticas preservacionistas, e como o planejamento urbano e as legislações envolvidas contribuem para a gestão e planos de ações sobre o Centro Antigo; além de uma base conceitual para a leitura dessa paisagem em transformação, que, junto aos demais campos de investigação, torna possível ter uma maior noção sobre a condição do recorte e a relação que se altera ao longo do tempo entre sua forma e função. História, morfologia e paisagem urbana são os pontos primários para o desenvolvimento do trabalho e compreensão

do patrimônio edificado, bem como de políticas envolvidas nos critérios e nas práticas para o tratamento da poligonal de tombamento e sua ampliação para as áreas de entorno.

Como a identificação da relação estabelecida entre lote e edifício é basilar para perceber a mudança de forma sobre a rua, tem-se como parâmetro os estudos de Nestor Goulart Reis Filho (1970) em “Quadro da arquitetura no Brasil”. A obra identifica o sentido pelo qual a materialização da arquitetura é apreendida de maneira mais rápida se comparada à do lote urbano, pelo fato de expressivas alterações no terreno implicarem em outros elementos que não poderiam ser notados a partir de ajustes pontuais, mas por transformações de parcelamento ao longo do tempo, a não ser em novos loteamentos. Com o foco no período colonial (século XVI e XIX) relata que as residências não admitiam variações, ou eram urbanas ou rurais.

Reis Filho (1970) realiza pesquisas sobre a evolução da arquitetura brasileira, as quais colocam em evidência essas manifestações, a partir dos tipos arquitetônicos e da morfologia urbana. Tal rigor perceptivo contribui para o resgate de camadas de temporalidade que a Rua 13 de Junho, em potencial, também poderia indicar. O autor observa as transformações ocorridas, primeiramente, por meio do recuo lateral com a inserção do jardim na entrada da residência, posteriormente, o outro lado recebe um pequeno afastamento em relação ao limite do terreno, formando um corredor de serviço e, por último há o recuo frontal, modificação pela qual contribui na identificação da variação da largura de calçadas. Na rua 13 de Junho, sobretudo nas quadras mais próximas ao Porto, é perceptível o lote urbano descrito por Reis Filho nas primeiras fases: terrenos extremamente alongados e residências que ainda mantêm o alinhamento com a rua, outras já com os traços dessas alterações, com jardins e corredores.

Manuel C. Teixeira (2004) aborda “Os modelos urbanos portugueses da cidade brasileira” a partir de uma análise de padrões de ocupação. O autor destaca as características morfológicas¹¹ das cidades brasileiras (século XVI ao XVIII) e sua estreita relação com o território e, em que medida podem ser relacionar-se à casos portugueses, além do papel das praças para a estruturação do plano urbano, ao definir as principais direções, o traçado, bem como a implantação dos principais edifícios institucionais e aspectos de influência para sua identidade formal. Nota-se que o espaço livre dos logradouros, estrategicamente, valoriza a percepção da monumentalidade desses edifícios.

Em Cuiabá esse sistema torna evidente na Praça da República em frente à Matriz Bom Jesus de Cuiabá; na Praça Ipiranga, que abre caminho para o antigo edifício onde atualmente funciona o Ganha Tempo; embora sem tratamento paisagístico, na Praça Dutrinha que amplia o campo de visão do SESC Arsenal (antigo Real Trem de Guerra, de arquitetura neoclássica) e, finalmente; na Praça Major João Bueno, situada à mesma esquina que a Casa do Artesão,

¹¹ Compreendidas sem a rigidez das habituais dicotomias entre planejado/ não planejado, racional/ não racional e tradicional/ não tradicional.

conferindo destaque à sua fachada. O fato de o urbanismo português considerar o território onde intervém resulta em projetos de cidade em diálogo com o sítio. Essa integração pode ser percebida com as cidades que se desenvolveram junto aos cursos d'água, quando a primeira via acompanha, em nível, a mesma cota do rio e estrutura do terreno, pela facilidade de implantação (Teixeira, 2004, p.31).

Tanto Reis Filho (1970) como Manuel C. Teixeira (2004) trouxeram contribuições que permitiram estabelecer uma relação com aspectos identificados no objeto de pesquisa a partir de alguns elementos. O conhecimento sobre os princípios básicos que regeram a implantação das cidades brasileiras, ainda que muitos desses núcleos iniciais se firmassem nos litorais, oferece meios de reflexão sobre alguns fenômenos para entender o modo pelo qual a tricentenária Cuiabá absorveu esses modelos para sua estruturação.

Esses trabalhos dedicados a expressar os elementos que envolvem a estruturação do núcleo urbano estabelecem uma evidente articulação com a forma espacial. Para conceituar, então, o que se entende pela “forma” na leitura sobre o caminho, Maria Elaine Kohlsdorf (1996) contempla apontamentos pertinentes em “A apreensão da forma da cidade”. O ponto chave da obra está na importância dada às totalidades arquitetônicas e seus atributos morfológicos, considerando a natureza física e social do espaço, que é histórico. Como técnica de análise, apresenta a “sequência¹²”, expressão que indica uma série de sucessão de cenas estabelecendo uma conexão, ainda que tal efeito não se estabeleça por uma continuidade entre essas imagens/cenas. Esse recurso auxilia no exercício da imagem mental para a identificação dos elementos de pregnância. Em concordância com Lynch (1960¹³) visualiza uma das técnicas mais coerentes à caracterização morfológica, a partir dos cinco elementos elencados pelo autor, em razão do foco dado ao potencial das formas para a construção das representações mentais. São eles: caminhos, bairros, limites, pontos focais e marcos visuais (Kohlsdorf, 1996).

Assim como a significação da morfologia urbana para o estudo, o entendimento de paisagem possibilita, de maneira complementar, uma ampliação da leitura sobre esses fenômenos e as sucessivas transformações espaciais. Desse modo, toma-se emprestada a definição construída pela arquiteta paisagista Miranda Magnoli (2006) que auxilia a delinear uma análise macro sobre o objeto e treinar o olhar para uma visão de conjunto, nos colocando como agentes transformadores de uma paisagem que não se percebe estática. Além da autora, reconhece-se a contribuição de outros pesquisadores que se mostram atentos ao entendimento da paisagem urbana e apresentam aspectos interessantes para quem deseja estudá-la. Como

¹² Classificada, segundo Kohlsdorf em: (a) eventos gerais, que compreendem, por meio do movimento, o registro de estações e intervalos, (b) campos visuais, referente à porção de espaço que a visão alcança, niveladas em três zonas: primária, secundária e terciária e (c) efeitos visuais de campo amplo ou restrito, a depender de como a realidade é percebida.

¹³ Ano correspondente à publicação original do autor, no entanto, o texto consultado corresponde à edição de 1997 traduzida para o português.

Euler Sandeville (2004) em artigo que reúne um material elaborado para seus alunos, intitulado como “Um roteiro para estudo da paisagem intra-urbana” o qual destaca a precisão de lidar com um roteiro de modo criativo e não tomá-lo como método. Defende a importância da experiência direta com a paisagem a ser analisada, a partir da qual, o roteiro constitui apenas um elemento à disposição do que essas experiências irão demandar. Para além dessas referências, é curioso o olhar que Milton Santos (1988 e 1996) traz da geografia que, partilhando de uma experiência multidisciplinar, joga luz para outros aspectos do espaço.

O caminho – entre tombamentos – permite a apreensão de informações morfológicas da cidade, podendo confrontar suas características em épocas distintas e esclarecer os rumos do processo urbano. De modo que seja possível elucidar permanências e transformações sobre a rua, foram revisitados diferentes materiais como manchetes que noticiam fatos emblemáticos da cidade, alguns em comemoração aos seus trezentos anos, meio pelo qual relata, principalmente, as modificações que a área central passou. Alguns dos registros, foram consultados na Revista Eletrônica Documento- Monumento – REDM, sob realização do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, bem como a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT.

Com esse direcionamento, constata-se a inviabilidade de realizar experimentações que adotassem uma abordagem mais rígida, como nas estatísticas que oferecem dados fechados, mas antes, um tratamento subjetivo, observando aspectos que não são captados numericamente, e sim com uma apreensão espacial mais sensível. Por essa razão, evidentemente, trata-se de uma pesquisa qualitativa.

Ao pensar em maneiras de desenvolver a investigação considerando as modificações que ocorreram antes da eleição do patrimônio e após a delimitação do Conjunto a ser tombado, observa-se sucessivas descaracterizações da área que envolve seu entorno imediato, porção que deveria apresentar os aspectos dessa transição. A partir das questões elencadas para a análise adota-se um caráter descritivo para apreender os elementos que caracterizam a condição do objeto estudado e expliquem seu processo de ocupação e os fenômenos que o envolvem.

Como caminho metodológico, os recursos cabíveis para encontrar respostas a essas indagações podem ser reunidos no seguinte conjunto de instrumentos:

(a) revisão bibliográfica e histórica, para conhecer os fatores que condicionaram o estabelecimento dos dois núcleos e os eventos que explicam a forma da rua. Importa a construção de uma bagagem teórica com reflexões que contribuam para o entendimento dessa paisagem em transformação e para a compreensão dos fundamentos de estudos em morfologia urbana;

(b) pesquisa documental, de modo que o trabalho não se limite a uma mera remodelação de materiais que já disponibilizam uma análise (mesmo que sob outras objetivações), mas consulte diferentes documentos que ainda não tenham recebido tratamento analítico e, sobretudo, a partir da importância dada ao caminho entre as áreas de tombamento. Nesta etapa, encontra-se o aprofundamento da análise do processo histórico de urbanização da área;

(c) pesquisa de campo e levantamento fotográfico, para identificar a condição atual do objeto e seus elementos estruturadores, e posterior comparação com material iconográfico disponível em acervos mais antigos;

(d) interpretação dos fenômenos que envolvem o processo de ocupação da via e seu caráter híbrido de consolidação, fato que marca as manifestações sobre a rua ao longo da história, que se repetem e se modificam. Pensar sobre seus desdobramentos para a apreensão, de modo consistente, da forma atual, considerando: condição dos edifícios remanescentes e como se dão os usos e ocupações, além do entendimento sobre as informações morfológicas percebidas com a caminhada, as características do sítio e da vizinhança. Para, finalmente, sistematizar os aspectos responsáveis pelo significado atribuído à Rua 13 de Junho para sua valoração histórica.

O trabalho analisa, então, as causas pelas quais atualmente a rua apresenta esse arranjo e identifica os fatores que motivaram a sua forma urbana atual. As áreas subutilizadas constituem o fenômeno de maior expressividade ao longo do trajeto, já que se manifestam de várias maneiras. Seria esse um aspecto de uma ocupação descontínua desde sua origem ou, ainda, um processo lento que gera o enfraquecimento da leitura de conjunto e dos elementos dignos de preservação?

Diante dessas questões, torna-se importante compreender como se dá esse fenômeno que estrutura a rua, quais as consequências para a atual configuração da paisagem urbana e o significado dessa paisagem para o contexto da cidade. Em um segundo momento, ao pensar nas imbricações da sua consolidação para a eleição do patrimônio, vale conferir destaque às modificações que ocorreram ao longo do tempo, o que, de certa forma, entra em consonância para que tenha sido categorizada como setor de entorno.

Antes de questionar as razões pelas quais a rua tenha ficado do lado de fora nas decisões que selecionaram o perímetro representativo do núcleo antigo, preocupa-se em compreender as modificações da sua forma. Assim, acredita-se que ainda que um dia não tenha, de fato, contemplado um conjunto significativo e capaz de oferecer elementos o suficiente para se eleger valor artístico expressivo, a sua importância como caminho articulador é fato.

Como fio condutor da investigação, os objetivos estão pautados sob:

(a) a realização de uma busca histórica (formação, consolidação e fatores de influência para a materialização dos interesses de diferentes fases/ciclos) para demonstrar qual a natureza do valor que pode ser atribuído a rua e motivar, assim, a preservação dos edifícios e outros elementos remanescentes;

(b) a documentação dos principais marcos na paisagem para compreender como os frequentadores do Centro se orientam, no sentido de perceber quais elementos ainda são representativos para identificar essa área;

(c) o levantamento de material iconográfico para viabilizar uma análise comparativa de edifícios antigos com o que atualmente existe no local, constatando suas permanências (rugosidades¹⁴) e modificações;

(d) a análise dos aspectos, dentro desse processo de ocupação, que fazem dessa via um elemento importante de articulação, ainda que, atualmente, apresente um caráter híbrido/fragmentado;

(e) a verificação da influência que alguns elementos (topografia; rio; edifícios institucionais, religiosos, públicos e comerciais; espaços livres; travessas e calçadas¹⁵) têm na formação de conjuntos no referido trecho.

O primeiro capítulo desta dissertação vem como uma afirmativa: “**A história entre dois pontos não é linear: marcas de um caminho da cidade nascente**” e é dividido em duas partes. A primeira delas intitulada “O Setor 13 de Junho e o processo de salvaguarda do Centro Antigo” aborda o processo de conformação do núcleo urbano como meio de contextualizar o tema de interesse central: a função articuladora que a Rua 13 de Junho exerce, bem como o seu papel de entorno, ainda que parcialmente. Dedicar-se a esmiuçar as transformações urbanas mais significativas e que, de algum modo, tiveram impactos sobre a via. Na sequência, é discutido o processo tardio de tombamento do conjunto de uma cidade tricentenária.

Como o debate sobre o tombamento assume um espaço de peso nesta pesquisa, o capítulo abre margem para dois subitens com a finalidade de tratar sinteticamente a ampliação da área de preservação com início nos anos 1980 para uma noção do que significa, então, essa área envolvente. É apresentado o perfil do processo de tombamento desde as modificações e ampliações dos critérios preservacionistas do Iphan em escala nacional, até a atuação na esfera municipal, surtindo na sua homologação em 1992. A literatura base para essa abordagem constitui nos textos do Iphan e nas pesquisas desenvolvidas por Lia Motta (2012), bem como em

¹⁴ Conceito tratado com maior profundidade no capítulo 2.2 (Permanências como testemunho histórico) dessa dissertação.

¹⁵ Como o calçamento da R. Galdino Pimentel, na parte tombada, o qual segue o mesmo alinhamento da R. 13 de Junho.

autores consagrados para o entendimento dessa historicidade: Julio De Lamônica Freire (1997) e Rubens de Mendonça (1969) são alguns deles.

Com “A rua sob a perspectiva da preservação patrimonial” a segunda parte do capítulo é dedicada para demonstrar a importância da área de entorno na perspectiva de preservação e como tal questão entra em diálogo com o planejamento urbano. É pertinente observar, assim, como Gustavo Giovannoni (década de 1930) articula as velhas cidades e os “edifícios mortos” nos debates sobre o planejamento de cidades. Além disso, a pesquisa ganha uma maior dimensão ao realizar um exercício reflexivo sobre a manutenção (ou não) de um reconhecimento simbólico coletivo para a valoração histórica, sobretudo na área de entorno.

Para a segunda fase dessa discussão, tem-se o capítulo dois: “**Tombamento e Planejamento Urbano: um debate sobre a transformação da paisagem**” com o papel de desenvolver, na primeira parte que o compõe, uma observação sobre a repercussão dessa proteção, investigando se ela está ou não, articulada ao que o planejamento urbano apresenta. A chamada do texto “Modificações em uma área de transição” é um convite a pensar em que medida esses planos, como o Plano Diretor (2007) influenciaram e proporcionaram as mudanças que causam inquietação, isto é, que provocaram desarticulações entre os elementos remanescentes e demais aspectos da via que, se distanciando da sua forma original, acabam sendo sucessivamente descaracterizados, seja pelo uso ou pelas obras de manutenção. Neste momento demonstra-se a condição atual do objeto e as medidas que foram sendo articuladas ao longo do tempo até os planos que surgiram após o Estatuto da Cidade, arrebatados por meio dos instrumentos/intervenções na área central.

A partir de todo esse aparato teórico e reflexivo, a segunda parte do capítulo já trata das “Permanências como testemunho histórico” por meio de uma ampliação do estudo sobre o entendimento do que é essa paisagem. Para isso, a principal referência do capítulo está na literatura de Milton Santos (1996), principalmente nas obras que envolvem sua percepção em relação aos fluxos, usos e aos sentidos que o espaço pode despertar, como o olfativo, auditivo e visual. Espera-se que, por meio de uma maior sensibilidade a esses elementos seja possível abranger outros sentidos capazes de justificar a preservação da área, para além do valor artístico. Nesta etapa já aparecem, com maior enfoque, as contribuições que a pesquisa de campo oferece, observando o problema que as áreas sem uso e/ou subutilizadas, representam para o caminho entre tombamentos.

O terceiro e último capítulo, apresenta as contribuições que a pesquisa tenta (co)responder com base nos objetivos apresentados. Em “**Considerações sobre os aspectos que qualificam a rua: da função articuladora ao valor histórico**” são analisados os resultados obtidos e uma checagem de todo o conteúdo explorado. Essa apuração aparece em sua primeira parte “A forma da rua e sua dimensão simbólica” em que também é questionado se essas

mudanças identificadas com o referencial histórico foram as responsáveis pela forma como o objeto é atualmente percebido e tratado pelos órgãos de preservação. Em um segundo momento, tem-se exposto, por meio do levantamento em documentação e levantamento iconográfico, de que maneira os marcos na paisagem ajudam no reconhecimento do lugar e também como meio de acompanhar essas transformações e, finalmente, analisar os aspectos que qualificam a rua quanto à função (articulação) e ao valor (histórico, aparente na materialidade e/ou ocultado pelos usos e permanências).

Em “Continuidades e discontinuidades: a dialética do entorno” dedica-se a confrontar o que as discontinuidades da Rua 13 de Junho comunicam, afinal. Com o exercício iniciado pela ampliação (para o entendimento das influências que a área recebe) e, posteriormente, de aproximação (desse caminho entre tombamentos), verificou-se algumas variações formais. A análise oferece uma provocação que permeia desde as desarticulações entre forma e função avaliadas no capítulo dois (2.2 Permanências como testemunho histórico) até a avaliação apresentada no tópico anterior deste último capítulo (3.1 A forma da rua e sua dimensão simbólica) guiando esse resgate do seu sentido de continuidade histórica e, principalmente, a significação atual. Por fim, está a demonstração da sua importância como entorno na composição dessa paisagem envolvente, o seu valor documental para referenciar o processo de formação do núcleo inicial e também os impactos de suas rupturas.

Finalmente, no texto de considerações acredita-se que o alcance da dissertação seja pensar a área de entorno para além de normativas técnicas, enxergando então, como um lugar de pluralidades de elementos espaciais capazes de contar o crescimento do núcleo a partir da sua materialidade e forma.



capítulo 1

A história entre dois pontos não é linear:
marcas de um caminho da cidade nascente

1.1 O Setor 13 de Junho e o processo de salvaguarda do Centro Antigo

Com a compreensão de que o estudo sobre os dois pontos que marcam a origem da malha urbana constitui apenas uma face (ou duas faces) do que representa a construção da paisagem da cidade desde sua forma primitiva, considera-se uma ampliação do olhar para pensar sobre o que existe também entre ambas as áreas, isto é, trazer para a composição dessa narrativa histórica as diversas camadas que constroem o “caminho entre tombamentos”. Com a pesquisa partindo da evolução do núcleo urbano, é dado maior enfoque para os momentos emblemáticos que exercem influência sobre o setor de interesse (Mapa 3).

Mapa 3 – Esquema do Zoneamento Urbano e a localização da Rua 13 de Junho.



Fonte: Prefeitura Municipal de Cuiabá com edição da autora, 2021.

Marcado pela transferência da capital de Vila Bela da Santíssima Trindade para Cuiabá (meados de 1820) esse século da evolução urbana constitui o primeiro ciclo definido por Freire (1997) e já evidencia o sentido de expansão da cidade que cresce no eixo norte-sul, a partir do

qual se destaca dois polos de atração: Minas do Rosário¹⁶ e Porto. Essas duas áreas são demarcadas por funções distintas, que muito dialogam com as características do sítio.

Basilar para a urbanização da cidade, o “ciclo da mineração” (1722 – 1820) também experimentou períodos de alternância entre estabilidade e escassez que, para Freire (1997) atravessa o seu isolamento geográfico, mas se deve à posição que Cuiabá ocupava em relação ao sistema político-econômico. Com o abastecimento dependente das monções paulistas (século XVIII) e com o incipiente trabalho nas roças para o cultivo de alimentos, os habitantes, dedicados à mineração, passavam por condições de precariedade quando as cargas demoravam a chegar. Mesmo diante desse cenário, o ouro foi um grande atrativo para o aumento populacional (Freire, 1997).

Assim como a euforia da exploração aurífera para a formação da vila na colina do Rosário, o rompimento da expectativa de enriquecimento também tem efeitos sobre a vida urbana: com a oferta de casas e roças, bens antes privilegiados. Quando em 1730, as monções proporcionaram uma fase de grande fartura para o povoado, tal estabilidade favoreceu o início da construção de importantes obras públicas como a Cadeia, a Casa da Câmara e novas residências. Para além das fases de bonança e miséria que o comércio monçoeiro condicionava ao aglomerado, a depender do nível de dificuldade do transporte dos mantimentos, essa atividade também exerceu influência sobre a aparição das primeiras casas às margens do rio Cuiabá e próximo à desembocadura do Prainha. Essas casas apresentavam um padrão semelhante ao que era possível encontrar no centro da vila e do que é descrito por Reis Filho (1970), próximas umas das outras. Essa disposição, portanto, tinha a finalidade de garantir maior defesa e segurança ao povoado (Freire, 1997, p.44).

No que tange às atividades e usos que se estabeleceram em relação ao traçado, vale destacar a bipolarização dos espaços que margeiam o Córrego da Prainha. Como a margem direita apresenta, em sua origem, uma topografia mais plana, foi firmando instalações de ordem dominante, configurando um “espaço de poder”, com a implantação da Catedral, edifícios públicos e as residências do segmento mais abastado da população. Ao passo que na margem esquerda, pelo fato de o terreno ser íngreme, se destacou um território caracterizado pela presença de cidadãos negros, onde circulavam os escravizados e trabalhadores livres e pobres, que construíram suas habitações às margens do córrego, formando o “espaço de produção”, que nos primeiros anos do século foi movimentado pela exploração aurífera (Guimarães, 2023)¹⁷.

¹⁶ No alto da Colina do Rosário, a Igreja Nossa Senhora do Rosário foi o primeiro bem a ser tombado na cidade em 1975, embora a atuação do Iphan (e tentativas de tombamento) em Mato Grosso tenha se iniciado ainda na década de 1950.

¹⁷ A autora constrói sua narrativa com a definição do “espaço de poder” e “espaço de produção” a partir dos estudos do historiador Carlos Rosa (1985).

Com a posição e função de prestígio que Cuiabá adquiriu com a transferência da capital da Província, esse recorte temporal que se inicia, dado como “ciclo da sedimentação administrativa” (1820-1968), representa um momento de grandes incentivos do poder público para a fixação das características urbanísticas e maior requinte às construções. Ainda que o ouro de aluvião continuasse a ser o principal produto de exportação, a camada dominante da sociedade inicia uma maior diversificação em suas atividades, momento em que a produção agropastoril também ganha espaço (Freire, 1997). Concomitantemente a esse desabrochar da diversificação das funções comerciais e econômicas da cidade, também ganham contornos mais nítidos o repertório arquitetônico com modificações que têm seus reflexos por meio da definição do traçado urbano. Conforme Freire (1997) coloca:

A mancha urbana se adensa entre o largo da Mandioca (Pelourinho e Palácio dos Capitães Gerais) e os largos do Palácio Provincial e da Matriz. A malha viária central ganha contornos claros com a definição das ruas de Baixo, do Meio e de Cima. Esta última transforma-se na mais importante rua da Vila, tendo como concorrente mais próxima a rua Bella do Juiz, que se implantara na malha urbana como via nobre de ligação entre o largo da Matriz e o Porto Geral (Freire, 1997, p.54).

Nesse trecho o autor evidencia a importância da antiga Bella do Juiz como caminho de articulação entre os dois polos de atração e, de certa maneira, para o próprio adensamento da cidade, uma vez que oferecia atrativos para a população, constituindo-se como uma via de fluxo elevado. Outro fator que contribuiu para a consolidação da sua função foi a facilidade que a linha de bonde trouxe para dinamizar o acesso entre Centro e Porto (Figuras 6 e 8), tendo seu ponto terminal na Praça da Mandioca, no “coração” do conjunto tombado. Atualmente, ao percorrer a Rua 13 de Junho não é perceptível nenhum vestígio dessa herança, pela pavimentação asfáltica que provavelmente substituiu o piso mais antigo¹⁸. De todo modo, esse legado ficou marcado por meio de fotografias antigas e de descrições realizadas sobre trechos da rua, tal como expressa Aníbal Alencastro (2006):

A Rua 13 de Junho era, até meados do século XX, a principal artéria de interligação entre o centro e o Porto de Cuiabá. Trajeto longo e no início sem calçamento, era trafegado a pé ou a cavalo, o que causava desconforto aos moradores da capital. Para sanar esse problema, foi instalada, em 1891, a Companhia Progresso Cuiabano, sob a direção de Manuel da Silva Monteiro, responsável pela colocação de trilhos de bonde interligando as duas principais extremidades urbanas da capital [...]. Os trilhos, os burros e as locomotivas constituíram o mais importante meio de transporte até o ano de 1918, quando

¹⁸ Segundo Freire (1997) algumas dessas ruas mais antigas e centrais recebiam a pavimentação de pedra cristal.

chegaram a Cuiabá os primeiros automóveis e ônibus (Alencastro, Aníbal, 2006, p.136).

Figura 6 – Rua 13 de Junho, ao centro, visualiza-se a linha de bonde que cortava a rua de um ponto a outro.



Fonte: AYALA & SIMON (1914, p.316 apud Freitas, Maria Auxiliadora de., 2011, p.52).

Figura 7: Mesmo trecho da rua, em 1920. Neste período, os trilhos já haviam sido retirados. Em primeiro plano, no canto esquerdo, observa-se um poste de iluminação elétrica em substituição aos antigos lampiões de gás acetileno.



Fonte: Freitas, Maria Auxiliadora de., 2011, p.53. Acervo: Maria de Lourdes da Silva Ramos/ C&C. Foto: Raimundo Bastos.

Figura 8 – Linha do bonde até a área portuária em 1900.



Fonte: Freitas, Maria Auxiliadora de., 2011, p.129. Foto: s/a. Acervo: Elysio de Oliveira Belchior.

Somam-se a essas intervenções a introdução de novos materiais e técnicas construtivas para a aplicação nas habitações da população de maior poder aquisitivo, que ganham ornamentações mais elaboradas em suas fachadas, propiciada pela abertura fluvial no período que finda a Guerra do Paraguai. Mas, de acordo com Freire (1997) até o final do século XIX tais obras têm efeitos para o adensamento da cidade, sem que haja de fato uma expansão significativa do núcleo. É então, com a Marcha para o Oeste que, nos anos 1940 visualizam-se modificações de impacto na paisagem da Zona Central, principalmente com a abertura da Avenida Pres. Getúlio Vargas¹⁹, perpendicular à Rua 13 de Junho, além da construção do primeiro estádio esportivo da cidade que recebeu o nome do cuiabano Eurico Gaspar Dutra, popularmente conhecido como “Dutrinha”, localizado em frente ao antigo Real Trem de Guerra, atual SESC Arsenal.

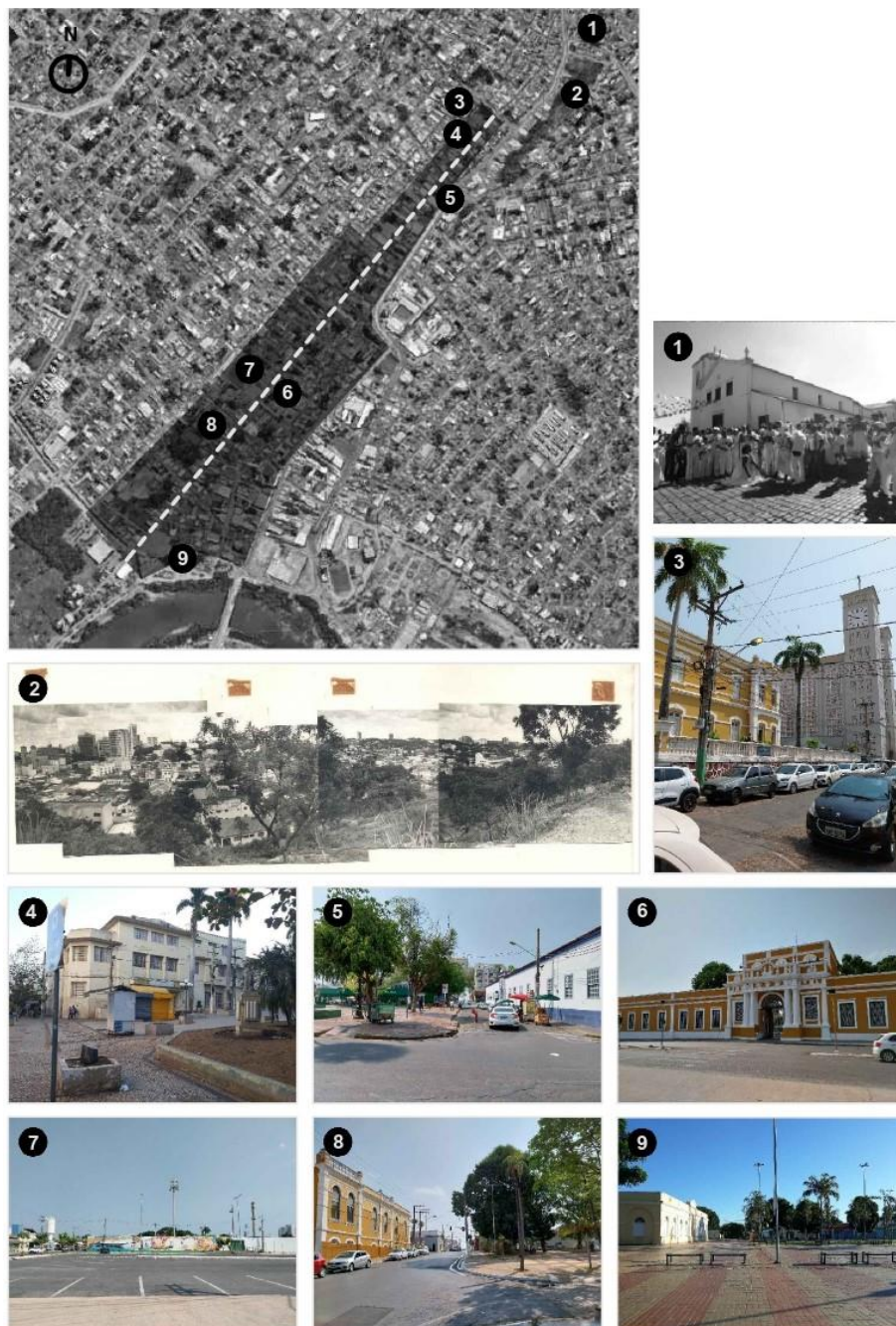
De modo geral, Freire (1997) destaca que o crescimento urbano que marca o ciclo da sedimentação (e continua com as modificações no ciclo seguinte) tem o seu eixo de desenvolvimento entre os dois polos de atração que, no ciclo anterior (da mineração) é estruturado. Assim, é possível identificar a influência que a construção de alguns edifícios provocou para a consolidação de vias que, mais tarde, adquiriram importância singular, conforme apresenta-se no trecho:

A construção do Arsenal de Guerra, do Quartel da Legião da 1ª Linha, do Laboratório Pirotécnico e da Cadeia Pública promoveu o ordenamento de importantes vias públicas que hoje recebem o nome de 13 de Junho e 15 de Novembro (antiga Conde D’Eu) (Freire, 1997, p.72).

¹⁹ A avenida foi aberta com caixa viária totalizando 17 metros, o que significou o rompimento com a estrutura tradicional das vias estreitas. Junto a tal inovação para a conceituação do que se tinha de mais moderno, foram construídos alguns edifícios de destaque como o Grande Hotel e o Cine Teatro (Freire, 1997).

Ainda que o crescimento da cidade não tenha se dado de modo uniforme, mas com seu desenvolvimento a partir de pequenos aglomerados, registra-se que os edifícios públicos mais importantes que foram construídos próximo ao Porto Geral²⁰, neste eixo norte-sul, localizam-se ao longo da Rua 13 de Junho (Figura 9). Esses fenômenos foram capazes de criar novos pontos de tensões, bem como a articulação com outras ruas, adensando a malha urbana entre os dois territórios (Freire, 1997).

Figura 9 – Demarcação da Rua 13 de Junho em linha branca tracejada e sua relação com os principais marcos visuais de forte pregnância para localizar-se no Centro da cidade.



²⁰ O antigo Real Trem de Guerra foi construído em 1818, cuja obra só é encerrada em 1849. Já a Cadeia Pública é referente ao período de 1858 e 1862, os dois edifícios são separados pelo Estádio Dutrinha, edificado posteriormente.

Fonte: Google Earth com edição da autora, 2024.

1 Colina do Rosário, registrando o ritual da lavagem da escadaria, 2019. Fonte: Guimarães (2023, p.45).

2 Vista panorâmica do Centro da cidade a partir do Morro da Luz. Fonte: Processo 1180- T- 85, Vol I.

3 Igreja Matriz ladeada pelo Palácio da Instrução, 2023. Fonte: acervo pessoal, 2023.

4 Correios, no Largo da Matriz, 2021. Fonte: acervo pessoal, 2021.

5 Praça Ipiranga e edifício do Ganha Tempo, 2023. Fonte: acervo pessoal, 2023.

6 SESC Arsenal, antigo Real Trem de Guerra, 2023. Fonte: acervo pessoal, 2023.

7 Praça Dutrinha, a qual na atualidade funciona como estacionamento, localizada em frente ao SESC Arsenal, 2023. Fonte: acervo pessoal, 2023.

8 Casa do Artesão localizada em frente à Praça Major João Bueno, 2023. Fonte: acervo pessoal, 2023.

9 Museu e Orla do Porto, às margens do rio Cuiabá, na porção que finda a Rua 13 de Junho. Fonte: acervo pessoal, 2021.

Até a segunda metade do século XX, Cuiabá, no entanto, passava pelo estigma de isolamento, fato que inflamou ainda mais a rivalidade com Campo Grande que se desenvolvia na região sul²¹. Este contexto marca o final do segundo ciclo de Freire (1997) e introduz o da modernização, caracterizado por duas modificações que impactaram os principais logradouros da área central: a reconstrução do Palácio do Governo no largo da Praça Alencastro (1959) e a demolição da antiga Matriz, para dar lugar a uma nova, com traços modernos, no largo da Praça da República (1968).

Como exposto anteriormente, essas duas substituições simbolizam o ideário de modernização do momento, constituindo as primeiras obras a romper com a leitura do tecido colonial. O novo palácio foi construído no mesmo terreno que situava o seu antecessor²², com uma implantação mais recuada e contando com sete pavimentos, o que, na fase de construção permitiu visualizar o contraste entre o moderno e o tradicional, quando, mais à frente, o antigo edifício, em processo de demolição, ainda expressava a linguagem do conjunto oitocentista composto pela Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional e o Telégrafo Nacional, todos demolidos (Figura 10).

²¹ Para esse fator do contexto histórico, será dado um enfoque mais adiante sobre os desdobramentos que seguiram com o período de divisão do estado entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1977).

²² Datado do final do século XVIII.

Figura 10 – No primeiro plano, o conjunto antigo, onde situava o velho Palácio Alencastro, ao fundo, o novo em construção em meados de 1960.



Fonte: Guimarães (2023). Foto: Lázaro Papazian.

Essas transformações levaram, além de uma nascente popularização de arranha-céus na cidade, também a uma repaginação no seu logradouro²³ que, ao passar por essas obras modernizantes contou com a transferência para a Praça Ipiranga, antiga Marquez de Aracay, de elementos originais (postes, coreto e fonte) elegendo a segunda como um espaço da saudade. Ao olhar criticamente, a maneira como essas intervenções foram conduzidas, é possível perceber que nunca existiu de fato a real valorização do antigo, uma vez que apenas a transferência desses objetos não é o suficiente para atestar compromisso com o passado, tampouco preservar o desenho e ambiência das referidas praças (Guimarães, 2023). O acúmulo (descontextualizado) dos elementos na Praça Ipiranga e o rearranjo promovido na Praça Alencastro apenas sinalizam os ideais modernizantes em foco.

As mudanças na fisionomia da Matriz do Bom Jesus antecederam o período em que emergem os ideais de modernização representativos dessa fase, mas aparecem desde antes, conforme retratam as figuras do início do século XX. Desde que Cuiabá se tornou capital da Província, a mentalidade que guia o embelezamento da cidade reflete-se na substituição da torre lateral (1868), além de sucessivas modificações tanto na fachada, quanto no seu interior (Figuras

²³ O Jardim Alencastro foi construído na segunda metade do século XIX.

11 a 14). Enquanto um referencial da arquitetura na cidade, o fato de receber tais intervenções acaba influenciando outras descaracterizações no Centro, justificadas pelo desestímulo em preservar o patrimônio, o que é agravado também pela falta de reconhecimento do seu valor documental. Somente anos mais tarde é que surgiram as primeiras iniciativas preservacionistas, abordadas com maior profundidade ao longo do capítulo.

Figura 11 – Igreja Matriz, 1914.



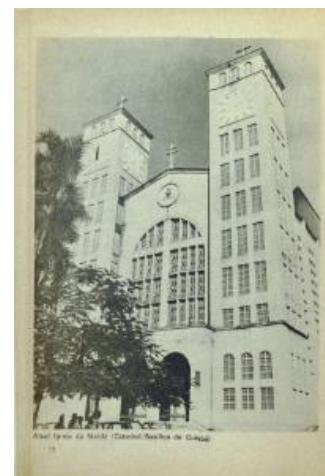
Figura 12 – Igreja Matriz, 1940.



Fonte das figuras 11, 12 e 14: Mendonça (1978, p.08 apud Romancini, 2015, p.80)

Figura 13 – Demolição da Matriz, 1968.

Figura 14 – Igreja Matriz, 2023.



Fonte: Instagram Cuiabá Antiga.

Embora o ano de 1968 tenha se tornado o grande símbolo que impactou a paisagem dessa porção da cidade, a reconstrução da igreja iniciou-se desde 1956, pelos fundos. Apenas anos mais tarde o edifício antigo foi implodido com dinamites, marcando o período na história, para dar lugar à nova fachada. O ocorrido teve o apoio do arcebispo da época, Dom Orlando Chaves que, pela vontade de deixar impresso no espaço a sua figura de representante da Igreja Católica, endossou e conferiu muito peso para a formação da opinião pública que foi favorável à intervenção. Cabe destacar a tentativa velada dessa decisão pela aplicação de uma consulta pública (por meio de voto pago), em que coube à população apenas a escolha do estilo da fachada, mas não opinar sobre a demolição em si (Lacerda, 2005 apud Guimarães, 2023).

No largo da igreja também registram outras substituições que provocam alterações em sua fisionomia, como é o caso do antigo Quartel que, em seu lugar, foi implantado o Palácio da Instrução, além do Tesouro, edifício do final do século XIX, erguido no mesmo largo e em frente ao Quartel (Figura 15), no período que antecede a sua demolição (Freire, 1997).

Figura 15 – Antigo Quartel, a direita e Tesouro do Estado em 1910, a esquerda. Localizados no largo da Sé, atual Praça da República.



Fonte: Freitas, Maria Auxiliadora de., 2011, p.132. Acervo: Iphan/MT.

Figura 16 – Palácio da Instrução, vizinho à Matriz, na Praça da República.



Fonte: acervo pessoal, 2023.

Outros edifícios lindeiros à Praça da República também influenciaram as mudanças em torno do largo, como é o caso das modificações do Correio²⁴ (Figuras 17 e 18), e a demolição do

²⁴ Terreno onde já funcionou o Liceu Cuiabano, criado através da Lei nº 536 de 03/12/1879.

Hotel Centro América abordado mais adiante, sob o contexto dos impasses que caracterizou o perfil do tombamento (capítulo 1.1.2).

Figura 17 – Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, década de 1940. Trecho inicial da Rua 13 de Junho e parte do largo da Matriz.



Fonte: Freitas, Maria Auxiliadora de., 2011, p.214. Foto: Lázaro Papazian. Acervo: Névio Lotufo/ C&C.

Figura 18 – Correios, no largo da Matriz com parte da pavimentação original substituída pela concretagem.



Fonte: acervo pessoal, 2021.

Entre as obras emblemáticas que impulsionaram a estruturação dessas primeiras vias até as posteriores descaracterizações, em prol de novas construções que seguiram como negação do passado colonial, é certo que a forma atual constitui o produto de diversas camadas históricas resultantes das intenções desses agentes transformadores. Vale lembrar que o Centro Histórico comportou atividades, as quais não fazem mais parte do presente, embora tenham deixado suas marcas materializadas sobre o espaço. Em outros momentos, a cidade atravessou períodos de estagnação que, bem ou mal, contribuíram para a definição do que vem a ser representativo da vida cuiabana, uma vez que a população, nessas fases de marasmo, se viu levada a olhar para sua cotidianidade e fortalecer as práticas culturais do lugar. De todo modo, os impactos práticos dos ideais modernizantes, em benefício do progresso, por meio da constituição de um novo arranjo que combina e apaga momentos passados, sempre esteve em busca desse embelezamento. O novo traço que ganhou a Matriz e o Palácio do Governo, por exemplo, significa apenas mais um marco desse processo que vem ditando qual a roupagem que se espera da Cuiabá promissora.

Observa-se que dificilmente seja perceptível, por meio dessas camadas, a identificação dos vestígios mais antigos, de modo a comprovar a relevância da Rua 13 de Junho na conformação da paisagem resultante, a não ser o que ficou registrado: como é o caso da linha de bonde, mencionada anteriormente. Sabe-se, por meio de pesquisa histórica, que o bonde existiu e o itinerário que realizou, mas pouco do que a rua foi um dia ainda é aparente na sua materialidade. Caso fosse de interesse evidenciar a função articuladora da via, por meio dos trilhos, hoje, haveria de realizar um grande trabalho arqueológico, de modo que a pavimentação original, ou parte dela, pudesse revelar os trechos por onde o bonde passou. Fator que provoca questionamentos sobre a postura dos órgãos competentes (tanto de preservação quanto aqueles ligados ao planejamento da cidade) ao longo do tempo.

Foi visto que as primeiras tentativas de tombamento estavam direcionadas para os bens de modo isolado, por meio da valoração de objetos religiosos, retirados de seu contexto. Reconhece-se, no entanto, que as tímidas movimentações a favor da preservação dessas obras instigaram, de alguma maneira, um olhar mais sensível para a herança da cidade setecentista, ou ainda pela ameaça de sua perda total.

O processo que culminou no tombamento do Centro Histórico de Cuiabá contou com a participação de pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), entre as décadas de 1970/80²⁵ com o objetivo de registrar monumentos da região e estudar seu potencial paisagístico, arquitetônico e artístico, além do suporte técnico que a universidade disponibilizaria para a Prefeitura Municipal de Cuiabá, visando um maior aprofundamento das pesquisas iniciadas e a

²⁵ A participação da UnB foi importante, já que, em Cuiabá, o Campus da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) foi construído ainda na década de 1970, tendo iniciado o curso de Arquitetura e Urbanismo apenas por volta de 1995.

contribuição para o processo de solicitação de tombamento do patrimônio. Esse momento contou com a participação de grandes nomes como o historiador Carlos Rosa, na época, representante da Prefeitura e o Arquiteto e Professor Julio De Lamônica Freire, figuras importantes para o amadurecimento dos ideais de preservação abordados sob a instrumentalização do tombamento. Na sequência dessa mobilização e com uma maior organização em relação ao conhecimento de instrumentos possíveis, ganham força nos discursos preservacionistas reivindicações ao poder público para a incorporação da participação popular na elaboração do Plano Diretor da cidade (Brandão, 1997, apud Guimarães, 2023).

Em continuidade ao raciocínio desenvolvido pela autora, acredita-se que os agentes, principalmente do campo da cultura e da educação, reivindicaram, não apenas um maior comprometimento da Prefeitura Municipal – que juntamente com a Câmara dos Vereadores eram os principais alvos de críticas frente às questões da preservação – em atender as demandas da sociedade pelo fato de estar a par da opinião pública. Mas também abrange uma preocupação com a formação de uma massa crítica²⁶, que, vivenciando as destruições do patrimônio na cidade pudessem obter, na prática, uma experiência pedagógica a partir dessas ocorrências. Desse modo, aspira-se a formação de uma educação patrimonial que pudesse ser levada também para o planejamento urbano.

Nessa perspectiva, cabe resgatar o papel do Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento Mato Grosso (IAB-MT) – diante das modificações e de certo modo, da postura passiva que foi possível notar até então diante da perda desses dois referenciais urbanos de que se deu destaque anteriormente (Matriz e Palácio do Governo). A associação assumiu uma posição denunciante para o ocorrido, utilizando-se do espaço do Diário de Cuiabá, em 1977. Por meio da “Coluna do Arquiteto” disseminou, de maneira pedagógica, seu posicionamento em relação ao patrimônio cultural, ultrapassando a concepção da preservação de bens isolados (como as primeiras tentativas de tombamento de bens religiosos, focando em objetos específicos, como os altares) mas propondo pensar em conjunto, por meio da paisagem (Brandão, 1997, p.131-132 apud Guimarães, 2023, p.55-56).

Curiosamente nesse mesmo ano, a população mato-grossense presencia a criação do estado de Mato Grosso do Sul, com sua capital designada a Campo Grande, ato efetivado por meio do decreto de Lei Complementar nº31, de 11 de outubro de 1977 e assinado pelo então Presidente Ernesto Geisel²⁷. Essa decisão foi fruto de um processo antigo de (re)sentimentos

²⁶Ao levar em consideração esse contexto histórico, Cuiabá experimentava, no período, um grande crescimento populacional, fator que fortalece a preocupação por possibilitar que a sociedade fosse dotada de uma maior noção sobre o valor patrimonial de sua cidade.

²⁷ Evento que contou com a presença do governador de Mato Grosso na época, José Garcia Neto, bem como as comitivas representando a parte sul e norte para testemunhar a divisão do estado. Mas a separação, de fato, só veio consolidar-se em 1º de janeiro de 1979.

gerados por posicionamentos divergentes²⁸ entre sulistas e nortistas. Amedi (2014) constrói uma narrativa desse momento, de modo a resgatar os discursos sensíveis entre governantes, com uma investigação do que estava em circulação nos jornais da época e contrapondo aos silêncios desse capítulo da história ao tratar da Cuiabá moderna, pós divisão.

Além das tensões provocadas com a separação em si, cabe frisar que tal decisão ocorreu sem a aplicação de uma consulta pública, fator que não surpreende ao lembrar do contexto histórico que marcou o Brasil neste período: o regime militar, quando muitas medidas foram postas de maneira impositiva, dentre as quais tem destaque o fechamento do Congresso Nacional, ato cabal da assinatura desse governo. O ano também foi marcado pela implantação de obras de infraestruturas em Mato Grosso, principalmente nos setores de rodovia e energia elétrica (Amedi, 2014).

No que se refere aos conflitos políticos, em 1932 os pensamentos contrários entre as elites norte-sul já se faziam notar quando o prefeito de Campo Grande, Vespasiano Barbosa Martins, se mostrou a favor da “Revolução Constitucionalista de São Paulo” indo contra o governo de Getúlio Vargas, ao passo que, no norte, formou-se um governo paralelo de apoio ao presidente. Registra-se que esse tenha constituído o ensaio do que teria sido a “primeira divisão” entre os estados, ao considerar os anseios do governo sulista em assumir o poder de todo o território estadual, mas contra esse argumento, pondera-se que Vespasiano, não tendendo à real divisão, quis oportunizar-se pela atmosfera do levante paulista para forçar a mudança da capital (Bittar, s/ano, p.175 apud Amedi, 2014, p.65)²⁹ e, para essas articulações Cuiabá já carrega um histórico de instabilidades quanto a sua manutenção de “capital eterna”, conforme apresenta-se:

A perda da condição de capital sempre foi algo que os cuiabanos tiveram que lidar ao longo da sua história. Segundo Paulo Roberto Cimó Queiroz, ainda no século XIX as elites cuiabanos se viram ameaçadas pelo aumento da importância econômica e política de Corumbá – cidade que, principalmente depois do final da Guerra contra o Paraguai (1870), foi beneficiada com a liberação da navegação do Prata, transformando-se em um importante centro comercial (Amedi, 2014, p.71).

Ao vencer a “ameaça” que o progresso em Corumbá representava para os cuiabanos, posteriormente a capital passa a experimentar com os sulistas uma rivalidade não apenas no que se refere às questões de disputa territorial na esfera política (de poder), mas também sobre a ordem espacial. Com a ligação ferroviária³⁰ entre o interior paulista e as margens do Rio Paraguai em 1914, a Ferrovia Noroeste do Brasil beneficiou a conexão entre o sul de Mato

²⁸ Contra o poder político concentrado nas mãos dos cuiabanos/nortistas, desde meados do século XIX registra-se um movimento organizado por coronéis sulistas, o que vem a ser um “embrião” das ideias de separação.

²⁹ BITTAR, M. Mato Grosso do Sul, a construção de um Estado dividido: regionalismo e divisionismo no Sul de Mato Grosso, vol. 1, p. 175.

³⁰ Estrada de ferro que liga Bauru a Porto Esperança.

Grosso e o sudoeste brasileiro, deixando Cuiabá consumida por um ressentimento pelo isolamento que permaneceu e com a falsa esperança de que, um dia, a ferrovia chegaria ao norte do estado. Como isso não ocorreu, a cidade continuou a depender das precárias condições de navegação dos rios Cuiabá e Paraguai (Amedi, 2014). Do crescimento de Corumbá ao ganho em infraestrutura de Campo Grande com essa obra, os cuiabanos, possivelmente, acumularam uma memória de frustração pela falta de visibilidade, o que ficou mais aflorada pelos anseios modernizantes, quando se vê oportunizados pelos incentivos governamentais com a política de interiorização do país e com a construção de Brasília já nos anos 1960, mais do que qualquer outra cidade mato-grossense.

Considerando todos esses marcos históricos e, principalmente, as transformações na paisagem que muitos deles provocaram, cabe observar como se desencadearam algumas medidas protetivas visando a preservação dos bens remanescentes após sucessivas décadas que levaram a perda de referenciais arquitetônicos da cidade antiga. O olhar que se volta agora é para o histórico de atuação do Iphan em Cuiabá, bem como o processo de tombamento do conjunto, com atenção à cronologia do órgão de preservação que marca os embates e ganhos ao longo do tempo e como isso reverberou sobre o espaço. É de interesse fazer uma leitura crítica sobre o que esses documentos nos comunicam, mormente no tocante à atribuição de valor que a porção tombada e setores de entorno ainda têm na atualidade.

1.1.1 O perfil do tombamento na esfera nacional: os avanços da preservação na cidade-documento

Durante o processo de pesquisa foi possível compreender Cuiabá como uma cidade-documento que, estando no interior do país, tardou ter o reconhecimento necessário para a conservação do seu Centro Histórico³¹, já que não possuía os mesmos elementos e atributos que outras cidades antigas, como é o caso de Ouro Preto, em Minas Gerais. Tomando a cidade mineira como exemplo precursor da atuação preservacionista, deve-se esclarecer que os argumentos para a formação do caráter da preservação adotada por conjuntos de ações, bem como a noção do significado de Centro Histórico estiveram, no primeiro momento, atrelados à critérios estilísticos e não à característica documental como expressão cultural. É neste contexto (engessado) que a investigação histórica de formação e desenvolvimento do campo do patrimônio no país registra, em 1933, a elevação de Ouro Preto à categoria de monumento nacional brasileiro através do Decreto nº22.928, de 12 de julho de 1933 (PEP, 2007).

Lia Motta (1987) observa que, mesmo com a ampliação da noção de Centro Histórico e das mudanças ocorridas nos conjuntos tombados no decorrer do tempo, o órgão de preservação³² ainda tardou a desvencilhar de preceitos preservacionistas ligados à conservação da área tombada como objetos idealizados e carregados de uma expressão estética, principalmente quando observa o processo de inserção de novas obras na parte antiga da cidade e, posteriormente, a falta de um planejamento articulado com o seu crescimento (Lia Motta, 1987, p.108). No início dessa pesquisa, apresentou-se o entendimento de Centro Antigo, para esclarecer que essa área estudada em Cuiabá corresponde à porção que ainda preserva os fundamentos urbanísticos da cidade tradicional. Para uma melhor noção do momento inicial de articulações do Patrimônio, observa-se que existe um debate profícuo que procura estabelecer um diálogo entre sua atuação com a noção de Centro Histórico, a qual, aparentemente, se atualiza antes dos próprios critérios de intervenção defendidos pelo órgão. O entendimento de

³¹ Vale ressaltar que, embora a capital matogrossense tenha recebido uma proteção tardia de seu patrimônio ao considerar a sua idade, esse fato não é exclusivo à Cuiabá. Outras cidades da região Centro-Oeste e no Norte também apresentam um histórico semelhante, como é o caso de Pirenópolis em Goiás e de Natividade em Tocantins, cidades do século XVIII que receberam proteção com o instrumento do tombamento apenas na segunda metade do século XX: Pirenópolis em 1990 e Natividade em 1987. Como consequência desse atraso, muitos elementos já haviam sido descaracterizados. Quando tombada, Pirenópolis apresentava marcas de períodos posteriores, como exemplares da arquitetura eclética. Diante disso, constata-se que se trata de uma questão que coloca toda a região central do país em uma condição secundária em relação às outras porções de maior evidência histórica da dominação territorial.

³² Dada a mudança na estruturação e de nomenclatura do órgão ao longo do tempo, vale ressaltar, a título de esclarecimento, que o "Patrimônio" surgiu como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937; passa a denominar Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) em 1946 e; somente em 1970 que se transforma em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em 1979, com a nomeação de Aloísio Magalhães para a direção do Instituto, ocorre a fusão entre IPHAN com outros dois programas criados pelo governo nessa década, o Programa das Cidades Históricas (PCH) e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), constituindo a Fundação Pró-Memória com nova estrutura da Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Porém, na década de 1990, com a extinção do MinC e da criação da Secretaria de Cultura, há a paralisação das atividades da SPHAN e encerramento da Pró-Memória, criando o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) decorrente dos preceitos constitucionais de 1988. O IPHAN retoma sua denominação em 1995.

Centro Histórico, desse modo, diz respeito à área institucionalmente protegida contra interesses que descaracterizem e comprometam a compreensão da sociedade que a produziu (Motta, 1987, p.108).

Esse discurso é ampliado no campo preservacionista na década de 1960, quando há a transferência do termo de “cidade-monumento” para “sítio urbano”, expressão utilizada para referenciar um trecho da cidade e que ainda admite crescimento. Decorrente desse fator, visualiza-se uma nova dimensão dos valores em relação aos que foram considerados no momento do Decreto nº22.928, de 12 de julho de 1933. Experimentou-se também uma nova noção de tombamento que, justificada pela capacidade de o sítio ser representativo da organização social de um povo em dado período, pressupõe o desenvolvimento social de uma fase, mas sem deixar que tal objetivação desconsidere o sítio como um lugar povoado e dotado de uma dinâmica atual (Motta, 1987, p.117).

Com o intuito de entender a atuação do Patrimônio³³ para além dessas (re)conceituações, cabe retroceder a 1936, quando foi elaborado um anteprojeto por Mário de Andrade que, na época, atuava como Diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo. Apesar de propor uma noção arrojada de patrimônio, o Anteprojeto não viabilizava em termos práticos, uma política de preservação. Desse modo, sob a direção de Rodrigo Mello Franco de Andrade, o Serviço³⁴, foi regulamentado em 1937, via Decreto-lei nº25, de 30 de novembro e, desde então, assumiu uma trajetória de continuidades e rupturas. Esse período é marcado tanto pelas limitações das primeiras ações devidos às restrições jurídicas – como os embates a respeito da propriedade privada – quanto pela ampliação dos critérios para a valoração e preservação, bem como a promoção de pesquisa para uma aceção do que deveria compor e representar os bens protegidos que, no primeiro momento, estavam voltados especialmente para aqueles de natureza material.

Até meados de 1946, o SPHAN assumiu um papel preocupado com a apropriação do patrimônio, pautado por critérios estético-estilístico e de excepcionalidade, visando a construção da identidade nacional. Como Diretoria, até 1967, visualiza-se a manutenção e reafirmação de tais valores (PEP, 2007). Vale lembrar que o pensamento de patrimônio, endossado por essas práticas, não constitui um avanço suficiente para se debater sobre o Centro Antigo de Cuiabá, objeto dessa investigação. Desse modo, nota-se que os valores arquitetônicos em vigor tornam a capital matogrossense distante do enfoque de proteção. Esse cenário se deve tanto pela não associação dos bens tombados aos fatos memoráveis da história do Brasil, como também em razão de o tombamento ainda estar fortemente vinculado à uma noção que prescindia de um

³³ “Patrimônio” é mencionado com letra maiúscula para se referir ao órgão nas passagens que ainda não é frisado o momento/estrutura que acompanha sua atuação sob as diferentes nomenclaturas.

³⁴ Funcionou como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) até por volta de 1946 quando, sob o contexto que culminou no fim do Estado Novo, o SPHAN passa a denominar-se Diretoria via decreto-lei nº 8534.

conjunto homogêneo, admitindo poucas alterações e que ainda fosse expressivo em termos quantitativos de exemplares tradicionais.

Diante da postura do órgão, vislumbra-se uma nova fase (1967 – 1979), da qual já seja possível considerar uma ampliação no critério estético-estilístico ao considerar expressões de outros períodos, para além dos estilos desenvolvidos no período colonial (PEP, 2007). Esse processo de desconstrução da atenção do órgão que antes, se voltava para a excepcionalidade do bem isolado – principalmente aqueles que fazem referência à fase inicial da ocupação portuguesa no território nacional –, agora, diante das transformações e do desenvolvimento na segunda metade do século, abre-se para questionar os problemas relacionados à preservação na esfera urbanística. Tal dimensão de abordagem admite o reconhecimento das agressões provocadas ao meio urbano, as quais comprometem e descaracterizam os ambientes tradicionais e sua fisionomia construída no tempo (9ª Coordenadoria Regional do Iphan/SP, 1997).

É então, no contexto de redemocratização do país que o campo do patrimônio, na década de 1980, também está no debate sobre cidadania, frente às novas demandas sociais (PEP, 2007). Nesse momento pode-se falar sobre o patrimônio na sua dimensão imaterial e, também, oferecer destaque à formação da noção de “cidade-documento”³⁵, expressão que comunica muito sobre a leitura do objeto em questão.

É possível perceber, por meio do que relata Lia Motta (2012), que os critérios de preservação dos sítios históricos dominantes até então, estavam ficando obsoletos na medida em que as cidades vinham experimentando significativo crescimento populacional. Em tal realidade, não caberia mais a manutenção do que o órgão valorizava nos primeiros anos de atuação, concentrando a atenção à uma uniformidade estilística de conjuntos dados como excepcionais. A diversificação da vida na cidade traz à tona outros aspectos da forma urbana, exigindo então, uma ampliação conceitual que a abarque. Motta (2012) continua:

Diante disso, desde o início da década de 1980, foram desenvolvidos trabalhos a partir dos quais se formulou o conceito de cidade-documento, considerando valor de patrimônio aquilo que as cidades podiam propiciar de conhecimento sobre a história, a partir da leitura da morfologia urbana (Motta, 2012, p.250).

Naturalmente, esse novo posicionamento tem seus reflexos no trabalho do Iphan, quando passou a considerar a necessidade de proteger, também, os sítios históricos que não mais apresentam uma feição colonial inalterada. Desse modo, a ampliação em debate permite que o patrimônio possa ser pensado junto a outras políticas, uma vez que a valorização da morfologia

³⁵ Vale ressaltar que o uso do termo “cidade-documento”, com maior consistência teórica, foi introduzido na SPHAN (em seu formato de Secretaria) em 1984, por meio de um parecer do arquiteto Luiz Fernando Franco, na ocasião do tombamento de Laguna – SC (Motta, 2012, p.259).

urbana está condicionada ao papel que os agentes da instituição assumem para tratar da questão de regulação urbana atentos aos impactos que o uso dos parâmetros urbanísticos provoca nessa leitura (Motta, 2012, p.250).

Nesse contexto, é possível dispor de uma base mais sólida para entender as razões que levaram ao entendimento de Cuiabá como uma “cidade-documento”. Ao estudar o tombamento junto aos fatos históricos mais emblemáticos que ocorreram no Centro Antigo da cidade, lembre-se que a solicitação de tombamento foi feita em conjunto (Prefeitura Municipal e Estado), esforços reunidos pelo reconhecimento do poder predatório que assumia a especulação imobiliária. Como resultado, a capital matogrossense torna-se uma das primeiras cidades preservadas como cidade-documento, em decorrência da compreensão do significado do processo de ocupação do território, considerando sua articulação a outras linguagens. Esse fator é perceptível com a leitura de paisagem a partir do conjunto – e em movimento – da forma adquirida ao longo do tempo: sua ocupação no século XVIII, a consolidação no século XIX e o adensamento e modernização no século XX. Isso é, a soma de todos esses períodos torna a cidade um meio de documentação que ultrapassa a valorização de um recorte específico do passado. A cidade pode, então, ser entendida como “fato histórico”³⁶, indicando o avanço da ocupação/interiorização do país. Ao destacar esses fatores, Motta (2012) reflete com a exemplificação de que:

Nessa mesma linha de pensamento, foi marcante, pouco depois, o tombamento de outro centro histórico, o que contou com a parceria entre arquiteto e historiador. Trata-se do tombamento do centro histórico de Cuiabá, em Mato Grosso, estudado a partir do pedido de tombamento feito pela prefeitura em conjunto com o governo estadual, em 1985. O centro histórico já estava bastante comprometido em sua uniformidade estilística. Do século XVIII, época de sua fundação, pouco restava, e muitas construções eram do final do século XIX e do século XX. Não correspondendo aos padrões dos sítios tombados tradicionalmente pela instituição, a medida de proteção foi de difícil compreensão pelos proprietários, o que motivou recurso de donos de imóveis do centro histórico contra o tombamento. Em parecer elaborado pela arquiteta Helena Mendes dos Santos e pela historiadora Márcia Chuva, foi reafirmado o critério de delimitação da área tombada baseado no valor do traçado e calhas originais de ruas, travessas e becos, na homogeneidade de escala, densidade de imóveis expressivos, na historicidade da área e de seus equipamentos. Como argumento, foi usada a ideia de cidade como fato histórico (Motta, 2012, p.259).

Evidentemente, o amadurecimento da noção de cidade-documento representa um marco na valorização dos sítios urbanos que já passaram por muitas perdas de seus referenciais. Esse

³⁶ Motta (2012) frisa que “[...] um fato se torna histórico na medida em que produz consequências no processo social” (Iphan, 1995, p.119 apud Motta, 2012, p.260).

avanço institucional, com reflexos no próprio histórico/perfil do processo de tombamento do Centro Antigo da cidade é uma maneira de aspirar a um patrimônio numa sociedade ainda dominada pelo modo de produção capitalista. Não se trata, no entanto, de uma luta vencida no ato do tombamento, mas requer uma constante (re)avaliação do que se tem feito com o patrimônio remanescente, mormente em obras de manutenção insensíveis à cidade como esse fato histórico e, conseqüentemente desalinhadas com uma noção de paisagem, como apresentou Magnoli (2006) – pensando esse ambiente como um conjunto dinâmico – ao pensar a forma urbana.

A partir da década de 1990³⁷ a discussão sobre a preservação também se associa ao mercado globalizado, quando os critérios cenográficos colocam o patrimônio como bem de consumo esvaziando-o de valor. A leitura sobre a evolução dos debates que permearam a atuação do órgão, oferece um panorama geral sobre as superações e avanços, mas também sobre os desafios que permanecem ainda atuais, principalmente quando resulta no apelo à excepcionalidade de maneira forçada.

Um exemplo próximo à realidade pesquisada, é o cenário construído na Orla do rio Cuiabá, anos mais tarde (Figura 19), obstruindo suas margens e atestando a repetição de questões que já foram discutidas no final do século XX. O bairro do Porto, ainda na década de 1990, tornou-se alvo das políticas municipais com foco para a cultura. A transformação do Mercado Público em Museu, a construção de um aquário e o novo mercado estão dentre as obras empreendidas. Em termos de relevância histórica para o registro do processo de evolução urbana, a porção onde compreende a Orla trata-se de uma área que requer cuidados que abrangem a perspectiva de preservação patrimonial, assim como o Centro Norte (ZIH I), protegido pela federação desde 1992.

Como segunda Zona de Interesse Histórico (ZIH II), a área portuária – tendo parte tombada pelo Estado desde 2007 – ainda enfrenta obstáculos que provocam impactos negativos na paisagem, ao receber um empreendimento, sob o contexto da Copa do Mundo de 2014, na medida em que Cuiabá foi escalada como uma das cidades que sediarium os jogos. O referido cenário é resultado de um conjunto de obras e foi concretizado em 2016, a partir dessa idealização de equipar a cidade. Mas, na prática, a implantação em questão, ao invés de promover uma valorização da área, resultou em ações desconexas ao seu contexto e indiferente a um dos elementos mais importantes desse recorte: o rio.

³⁷ Vale lembrar que neste contexto, o Iphan, na estrutura em que funcionava até então, é extinguido, junto à Pró-Memória, só voltando a sua denominação em 1995. Nesse meio tempo foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural/ IBPC, já pautado pela Constituição de 1988.

Figura 19 – Cenário na Orla do Porto, denominado “Vila Cuiabana” inicialmente confeccionado em madeira. No entanto a fotografia trata-se do cenário reformado três anos mais tarde, que garantiu uma estrutura em alvenaria.



Fonte: Guimarães (2023). Foto: Maria Bárbara Thame Guimarães, 2022.

O que mais instiga nessa empreitada, talvez mais do que a simplificação fora de escala representada pela cenografia bidimensional, são os efeitos no imaginário da população cuiabana e o falseamento da imagem que visitantes poderiam construir sobre a cidade. O que tem sido considerado patrimônio? Qual a noção que está sendo criada sobre ações preservacionistas? Seja como for, para além desses questionamentos, o fato é que a aplicação de recursos em iniciativas dessa natureza contrasta com a fragilidade que o patrimônio remanescente enfrenta, como é o caso do antigo mercado público, transformado em museu, que permanece subutilizado (Guimarães, 2023). Para tornar a investigação mais consciente sobre a postura e atuação da preservação do patrimônio na capital matogrossense, cabe observar como se estruturou o perfil do tombamento, para além do contexto nacional, mas suas repercussões em Cuiabá.

1.1.2 O perfil do tombamento na esfera municipal: uma cidade mineradora no centro do país

A proteção do Centro Antigo, sob a instrumentalização do tombamento, teve um processo extenso – composto pelos Volumes I e I-A, além dos Apensos I, II e III – cujas primeiras movimentações são marcadas na década de 1980, embora a área já tenha se tornado objeto de investigação pelo Iphan ainda em 1950, período que, conforme contextualizado anteriormente, marca o Centro por grandes transformações na paisagem. Também, em 1975, foi registrado o primeiro tombamento, ocasião que levou o reconhecimento da Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito como patrimônio³⁸, ainda que as ações subsequentes, funcionaram em prol da reconstituição de sua fachada para as características coloniais em atendimento aos critérios de valoração vigorados até então. De todo modo, por Cuiabá ter ficado fora do circuito de proteção, esteve vulnerável às intervenções de diferentes escalas que se seguiram na década de 1960/70. Consciente do cenário, Guimarães (2023) constata que foi essencial a revisão dos critérios de valorização dado o reconhecimento da diversidade cultural, o que ofereceu novos ares ao Iphan, sob o comando de Aluísio Magalhães. Desse modo, a autora identifica que:

A partir destes avanços, na década de 1980, Cuiabá pode ser valorizada por documentar a ocupação do território brasileiro, e não por sua dimensão puramente arquitetônica e urbanística, ou seja, independentemente das transformações ocorridas e da perda de sua uniformidade de cidade de origem mineradora (Guimarães, 2023, p.64).

A Prefeitura Municipal junto ao Governo do Estado, como requerentes da abertura do processo de tombamento; formaram um corpo técnico com as secretarias municipais de educação e planejamento, UFMT, Fundação Cultural de Mato Grosso e Iphan, objetivando a proposição do tombamento provisório (a nível municipal, de 1985 a 1989) do Centro e Porto. Guiados pela noção de valor que conduziu todo o processo, reconhece-se a importância da área para registrar a sua formação no século XVIII e consolidação no XIX, medida que também teve o intuito de frear o processo de descaracterização da área (Guimarães, 2023, p.67).

As primeiras propostas para a delimitação da poligonal de tombamento são objeto de estudo do historiador Carlos Rosa, até chegar na promulgação do tombamento federal (1992) e sua delimitação, documentada na Instrução Normativa (1994). A fim de construir uma narrativa sobre esse processo, cabe lembrar que o primeiro estudo técnico (1986), constante em Relatório

³⁸ Tombada pela primeira vez em 4 de dezembro de 1975 (processo nº 553-T-57^a). Em 1987 é tombada pela Fundação Cultural de Mato Grosso (portaria nº 76/87) e incluída na poligonal de tombamento federal em 1993 (processo nº 1180-T-85) juntamente com os imóveis vizinhos como área de entorno.

do Volume I, reconhece a integridade da trama urbana referente aos séculos XVIII e XIX. Em consulta direta a esta documentação, Chuva e Santos (1986) destacam dois aspectos norteadores para o tombamento; o primeiro deles, partindo do ponto de vista histórico, com foco para a escala territorial com a ocupação do Centro-Oeste e as conseqüentes influências sociopolíticas e culturais para seus aspectos físicos; o segundo ponto encontra o aspecto material, do qual as formas de parcelamento e sua arquitetura também são resultado desse processo³⁹.

O reconhecimento da trama urbana para o entendimento da cidade atual, faz do eixo Centro-Porto um importante percurso para o entendimento sobre as bases de formação da cidade e, desse modo, um elemento relevante para pensar sobre a atribuição de valor (Guimarães, 2023, p. 71). O relatório técnico apresenta:

A conjugação destas duas análises levou-nos a considerar como proposta inicial de trabalho, a preservação de todo o espaço solidificado nos setecentos, isto é, a área que vai desde o antigo Largo da Mandioca passando pela atual Praça da República, seguindo daí por toda a extensão da atual Rua 13 de Junho até atingir o Porto, pois esta área, farta de representações e informações para compreendermos a Cidade hoje, pode ser entendida como a base de implantação de Cuiabá (Chuva, Santos, 1986⁴⁰).

No entanto, pelo contraste do padrão arquitetônico entre o Centro e a região portuária, nos estudos técnicos, considerou-se inviável propor o tombamento de toda a área. Desse modo, manteve-se a intenção de preservar a ligação entre ambas, mas com a clareza de distinguir o “Centro Histórico”, a ser tombado, como o lugar que representa materialmente “o processo de evolução urbana de uma cidade”; de um “Conjunto Arquitetônico”, como o “somatório de edificações” que, para Chuva e Santos (1986), representaria mais a relevância de suas características construtivas em si⁴¹. Além dessas divergências, observa-se que a capital matogrossense apresenta uma questão complexa, quando a análise do “Centro Histórico” também caminha de encontro a um “Centro Comercial” que movimenta a cidade mineradora no centro do país e que experimenta um significativo crescimento populacional e aumento da demanda por imóveis comerciais, mormente nas décadas de 1980/90.

Em linhas gerais, cabe observar o que e, o porquê da mudança da primeira proposta (1985) para o perímetro resultante em 1989, com base na análise e mapas elaborados por Guimarães (2023) e o caminho metodológico adotado pelo relatório técnico. Com a distinção entre “Centro Histórico” e “Conjunto Arquitetônico”, observou-se que a porção que compreende

³⁹ Centro Histórico de Cuiabá - Relatório 2. Processo 1180-T-85 Vol 1 p. 71-75, redigido pela historiadora Márcia R. Chuva em parceria com a arquiteta Helena Mendes dos Santos, no âmbito da Coordenadoria de Proteção do Iphan.

⁴⁰ Centro Histórico de Cuiabá - Relatório 2. Processo 1180-T-85 Vol 1 p. 71-75.

⁴¹ Centro Histórico de Cuiabá - Relatório 2. Processo 1180-T-85 Vol 1 p. 71-75.

a igreja da Boa Morte (Mapas 4 e 5), não caberia como um segundo conjunto a ser tombado, pois trata-se de um “somatório de edifícios”, diferente da condição observada ao longo das ruas mais antigas. Nesta leitura, a proteção do Porto ainda seria assegurada, pela sua condição geográfica de conector e segundo polo de formação, o que não é identificado no conjunto em torno da referida igreja. Descartando a opção de tombamento da área onde situa a Igreja da Boa Morte, observou-se que seria o caso de requerer um novo estudo, que incluiria uma análise de partido e arquitetura para justificar, sob outras razões, o seu tombamento. Neste sentido, a igreja junto ao casario vizinho, foram definidos como setor de entorno (Setor Boa Morte).

Mapa 4 – Primeira proposta de tombamento (1985). 1 Igreja do Rosário; 2 Igreja da Boa Morte; 3 Igreja Matriz. Em azul escuro, registra-se o perímetro a ser tombado e, em azul claro, a respectiva área de entorno. A linha bordô corresponde à Rua 13 de Junho, em ambas as propostas ocupada apenas pela mancha de entorno.



Fonte: Guimarães (2023, p.70) com edição da autora objetivando a localização do interesse no mapa.

Mapa 5 – Proposta de tombamento provisório (1989). 1 Igreja do Rosário; 2 Igreja da Boa Morte; 3 Igreja Matriz. Em azul escuro registra-se o perímetro a ser tombado e, em azul claro, a respectiva área de entorno. A linha bordô corresponde à Rua 13 de Junho, em ambas as propostas ocupada apenas pela mancha de entorno.



Fonte: Releitura de Guimarães (2023, p.74) a partir do Processo 1180- T-85 Vol 1 p.129, com edição da autora objetivando a localização do interesse no mapa.

É notório que o teor do tombamento tem como principal foco a identificação da cidade justamente como um documento histórico e não apenas a partir do viés dos elementos construtivos que reuniram um conjunto específico. Isso não significa que a preservação das características construtivas deixaria de exercer um papel significativo para a delimitação da poligonal de tombamento, uma vez que as Praças Alencastro e da República, ainda que constituam áreas de poder e de importância singular para a historicidade, diante das sucessivas descaracterizações, tanto da própria Matriz – como foi relatado – e de seus edifícios lindeiros, quanto do próprio largo, acabaram não sendo incluídos, já que tais ocorrências também comprometeram a estrutura urbana antiga. Isso provocou mudanças de parcelamento, implantação e escala das novas construções (Guimarães, 2023).

Diante desse estudo, cabe uma reflexão sobre a metodologia, os critérios e razões que conduziram o tombamento da área e avaliaram a significação da carga histórica e sua arquitetura para a valorização. A porção identificada atualmente como setor de entorno (Setor Boa Morte) foi retirada da proposta definitiva, como observado, resultado de uma análise aprofundada dos conceitos (Centro Histórico e Conjunto Arquitetônico), mas para a presente pesquisa, esse é um apontamento referente ao processo que não se esgota com meras conceituações. É, portanto, inevitável não associar tal ocorrência às possíveis motivações que possam ter levado a definição dos demais setores, em especial, o Setor 13 de Junho.

Ao fazer esse paralelo, imagina-se que os impactos das substituições sobre o caminho entre Centro e Porto exerceram influência direta para a classificação adotada no Processo Administrativo nº 1180 – T – 85 – SPHAN. Ainda que a via seja um importante conector entre as duas áreas e uma das mais importantes da Cuiabá antiga, não foi um fator determinante, pelos critérios de tombamento, para a sua incorporação na poligonal definitiva, passando a ser identificada então, como Setor 13 de Junho. Do mesmo modo que os largos mais antigos e a Matriz, mesmo sendo representativos espaços de poder, também não foram incluídos.

Para além do debate sobre o valor atribuído como norteador para os critérios, a metodologia e as justificativas do tombamento, observa-se que se trata ainda de uma questão complexa, a partir da qual também envolve os impasses com a sociedade civil da época e a gestão pública, retirando a possibilidade de uma decisão exclusiva do órgão de preservação. A própria imprensa demonstrava certa desconfiança/insegurança que, apesar de noticiar o tombamento com entrevistas aos servidores da SPHAN, pareceu partilhar dos receios manifestados pelos proprietários de imóveis localizados dentro da área de proteção. O desconhecimento sobre as limitações para intervenção em propriedades privadas ainda cultivou

uma margem de dúvida, interpretada como barreira para a liberdade de alterações (como abertura de vitrines) para o uso comercial (Guimarães, 2023, p.77).

Considerando essas implicações, o extenso processo de tombamento, como já observado, conta ainda com o Volume I-A. O espaço dessa pesquisa não permite o aprofundamento em detalhes sobre o teor que leva toda a documentação, dado o foco para o recorte da via, mas é possível discorrer brevemente sobre duas questões: as impugnações e a postura da gestão de Frederico Campos (1989 – 1992).

Após a publicação do edital, surgiu uma série de impugnações à SPHAN⁴², colocando em questionamento a legalidade do tombamento pela falta de identificação, no Centro Histórico, de elementos que remetessem a fatos memoráveis da história do Brasil. Esse posicionamento, pautado ainda sobre o Decreto-Lei 25/37 e, somado ao fato de Cuiabá não estar tão bem preservada, influenciou com que os edifícios remanescentes fossem julgados como desprovidos de algum valor arquitetônico, exceto as igrejas. Fator que evidencia o pensamento endossado pelo formato que guiou as primeiras práticas do órgão de preservação, quando a excepcionalidade do bem e sua monumentalidade eram os principais aspectos de valoração.

Constata-se que a formação dessa resistência ganha força devido ao obscurantismo gerado pela ineficiência de uma veiculação em massa para obter as informações necessárias, das quais os agentes da SPHAN tentavam esclarecer sem sucesso, embora tenham recebido, em certa medida, um espaço na mídia, como citado anteriormente, ainda que com certa desconfiança. Essa condição abriu margem para a articulação de ponderações apontadas nos textos impugnados que foram compilados à documentação. O conteúdo dessas justificativas trazem a alternativa da proposta de um estudo para o zoneamento da área, alegando que a opção de tomar não seria o único, tampouco o melhor instrumento, para a manutenção e conservação do Centro Antigo (Processo Iphan 1180- T-85, Vol. 1A). Como rebatimento, as servidoras da SPHAN, expõem o princípio da cidade como fato histórico para a demonstração dos aspectos valorados desconstruindo, principalmente, a ideia da excepcionalidade do bem que ainda repercutia (Guimarães, 2023).

Ainda que o requerimento para o tombamento tenha partido da gestão pública, o mandato que antecedeu a homologação do tombamento tornou o processo muito mais difícil diante da falta de diálogo e da postura autoritária do prefeito recém-eleito, que não estava totalmente convencido sobre os benefícios que o instrumento proporcionaria à cidade, inclusive para seu desenvolvimento, com foco para o setor econômico. O mandato de Frederico de Campos (1989 – 1992) é marcado, então, pelo desacordo com o processo de tombamento do Centro Histórico,

⁴² Vale lembrar que o período que corresponde aos estudos para o tombamento, com início em 1985, o órgão de preservação estava sob o formato de Secretaria (1979-1990). Desse modo, é possível atestar que quando houve a homologação do tombamento federal em 1992, também coincidindo com o final do mandato de Campos (1989-1992), já estávamos sob a estrutura recente do IBPC (1990-1995).

o que exigiu maior fôlego da SPHAN no trabalho de esclarecer os valores pelos quais se pautavam, conscientes do papel que sua articulação conjunta, por meio da elaboração do Plano Diretor, traria para a conciliação entre crescimento e preservação, sem deixar de considerar o seu caráter comercial. Dessa maneira, a SPHAN buscou um diálogo com comerciantes locais, grupos que vivenciam e dinamizam a cotidianeidade da área. Assim destaca-se:

Este tombamento é exemplar na medida em que incorpora a atividade econômica e produtiva da cidade, valorizando a iniciativa que em lugar de ser vista como inibidora e paralisante, pode ser encarado como revitalizadora e dinamizadora das atividades já existentes. Longe de causar prejuízos, o tombamento do Centro Histórico de Cuiabá valoriza a cidade, reforçando sua identidade de Centro importante no processo histórico brasileiro (Velho, 1988. Processo 1180-T-85 Vol 1-A, p 258-259).

Mesmo com os esforços para incorporar essas vocações de uso, o fato é que o perfil do prefeito surtiu em um retrocesso para os esforços do Patrimônio, ocasionando a perda de muitos referenciais urbanos. Em caminho oposto a esse processo que se arrastava desde 1985, registra-se diferentes estratégias de Campos a fim de desmobilizar o tombamento: desde ataques à gestão do órgão até cobranças indevidas de IPTU. O licenciamento de obras sem a autorização da SPHAN e com alvarás de reformas e demolições inapropriadas intensificou essa onda de descaracterização do Centro, que, além de marcar o mandato de Campos, também ocorria paralelamente aos estudos para o tombamento provisório, já mencionado anteriormente. Conforme consta no processo de tombamento, o Ministério Público moveu uma ação cível contra o prefeito, conseguindo uma liminar de proibição de alvarás que não tenham passado pela autorização do órgão (Guimarães, 2023). O documento reuniu registros dos impactos sobre o Centro Antigo, como é o caso da demolição do Hotel Centro América datada em 1990 (Figura 20).

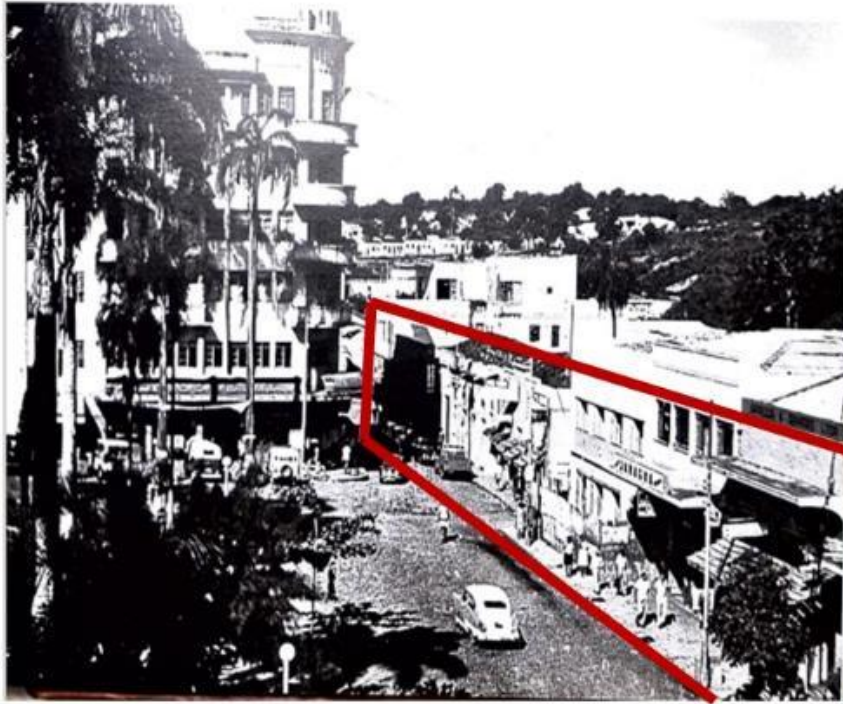
Figura 20 – Terreno de esquina, onde situava o Hotel Centro América, 1990. Acervo: Museu Histórico de Mato Grosso.



Fonte: Freitas (2011, apud Guimarães, 2023, p.83).

Localizado na esquina da avenida Getúlio Vargas com o calçadão da Galdino Pimentel, o edifício era caracterizado por adornos com sacadas e alto revelo. O hotel também foi o primeiro a contar com elevador em Cuiabá. Nota-se, por meio da figura a seguir (Figura 21), no lado direito, que ainda não havia comunicação da Av. Getúlio Vargas com a Prainha, devido a esse alongamento da quadra, na Rua 13 de Junho (Freitas, 2011). Já nas representações seguintes (Figuras 22 e 23) é possível notar que atualmente já existe essa conexão com a Av. da Prainha.

Figura 21 – Hotel Centro América na década de 1950.



Fonte: Freitas, 2011, p.241, com intervenção elaborada pela autora para enfatizar o alongamento de quadra. Foto: Lázaro Papazian. Acervo: Museu Histórico/MT.

Figura 22 – No lado esquerdo, visualiza-se o edifício da Riachuelo construído onde situava o referido hotel. Em frente, o Palácio do Comércio constitui um marco visual, no Centro, por ousar no gabarito. O campo visual, a partir da Av. Getúlio Vargas já evidencia a comunicação com a Prainha à frente.



Fonte: acervo pessoal, 2023.

Figura 23 – Demarcação de vias. Em preto, a Avenida Getúlio Vargas; em branco, a Rua 13 de Junho e; em verde, a Avenida da Prainha. A mancha em amarelo corresponde à posição onde localizava o antigo Hotel Centro América; no local, atualmente, situa o edifício da Riachuelo.



Fonte: Google Earth com edição da autora, 2024.

Ao partir da consideração do processo tardio de tombamento que caracteriza o histórico de preservação do Centro Antigo, vale destacar que as medidas protetivas que se seguiram fluíram pelo mesmo ritmo. O Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá foi tombado em novembro de 1992, pela União Federal e pelo enquadramento do Decreto-Lei nº 25, de 30/11/37, mas os critérios e regulamentações só foram estabelecidos dois anos mais tarde. Em 1994 foi elaborada a Instrução Normativa para a área tombada e sua vizinhança, denominada também como entorno. Nesse documento é previsto a conservação, manutenção e também a revitalização dessa área para a preservação das características culturais da cidade e de seus elementos constitutivos que reúnem marcas do século XVIII, XIX e com a soma de elementos do século XX.

Ainda que a normatização assegure, de algum modo, a preservação da área, o fato de constituir-se em um documento antigo – sem deixar de reconhecer os esforços e tentativas para a proposição de revisões em seu texto⁴³ – leva-nos a identificar algumas questões em relação

⁴³ Um exemplo desses esforços é a dissertação de Guimarães (2023) desenvolvida no âmbito do mestrado profissional do Iphan. A pesquisa partiu de questões emergentes da própria cotidianeidade da prática profissional da Superintendência a qual o trabalho recebeu supervisão.

a redação e ao entendimento do seu conteúdo. Alguns desses apontamentos refletem a carência de uma ampliação da abordagem sobre a arborização não só dos quintais (característica típica da casa cuiabana), mas também o tratamento paisagístico nos espaços livres públicos. Outro ponto diz respeito às condições de acessibilidade em relação à topografia original. Como um elemento considerado relevante de ser preservado e/ou até resgatado, nas argumentações ficam lacunas sobre sua adequação à circulação de pedestres. Ao caminhar pelas ruas mais antigas da cidade, muito do que se vê atualmente, são barreiras grotescas que dificultam a travessia, mesmo para aqueles que não apresentam algum tipo de mobilidade reduzida. Um fator marcante está presente ao observar calçadas extremamente estreitas que ainda acomodam postes de energia elétrica, retirando qualquer possibilidade de realização de um percurso com segurança.

Esses dois aspectos observados envolvem “deficiências” identificadas pela falta de uma maior reflexão para (re)pensar as demandas atuais, as quais deveriam ser visadas em áreas históricas, de modo a evitar seu envelhecimento diante da dinâmica presente. No Artigo 4º da Instrução Normativa, a dispensa pela necessidade de apresentação do projeto técnico para os serviços de manutenção gera uma preocupação sobre a compreensão de seus limites. Pense-se que a “mínima intervenção”, caracterizando esse nível/tipo de reparo, ainda abre brechas para a criação de absurdos capazes de agredir a leitura de determinada unidade ou até do edifício isolado. Ademais, o que prevê as obras de restauro, quando se usa o termo “resgatar” a integridade física pode acabar induzindo o falso histórico, por não frisar a importância da diferenciação dos materiais empregados que revelem de que momento se trata tal adição.

Para efeito dessas observações, vale destacar alguns critérios estabelecidos para obras adicionais nas áreas de entorno. Os apontamentos reunidos priorizam a visibilidade originária da parte tombada, de modo a corresponder ao que dá sentido à delimitação de áreas envoltórias, visando o tratamento de uma ambiência de transição. Todavia, nota-se um descompasso entre o texto com o que ocorre nas dinâmicas atuais, quando no Artigo 12º, parágrafo 3º, a Instrução apresenta a seguinte recomendação:

Parágrafo 3º - Ficam vetadas quaisquer demolições, totais ou parciais, sem a aprovação e licenciamento do projeto da obra que substituirá a edificação pré-existente. Não serão autorizadas demolições para aproveitamento do terreno com estacionamentos, ou quaisquer usos que não impliquem na edificação imobiliária.

É de grande interesse manifesto pelas discussões desta dissertação construir um entendimento sobre os fatores que influenciaram a atual forma fragmentada da Rua 13 de Junho. Um dos aspectos que leva a tal leitura é justamente a expressiva quantidade de lotes e edifícios que não apresentam uma utilização clara ou ao menos usos que sejam compatíveis com sua forma. Dentre essas condições identificam-se edifícios que mantêm de pé apenas a fachada, ganhando o interior do lote livre para a atividade de estacionamento rotativo (Figura 24). Diante

desse cenário, deve-se questionar qual foi esse processo que levou a condição observada hoje, já que no texto da instrução não é recomendada a prática de demolições para a implantação de usos dessa natureza, mas entende-se que o “deixar ruir” também pode ser um processo bastante comum, motivado pelo interesse especulativo sobre o valor do lote.

Figura 24 – Nas imagens aéreas à esquerda, os lotes de que tratam as fotografias estão marcados em laranja, de modo a situá-los ao longo da Rua 13 de Junho, identificada pela linha amarela.



Fonte: Google Earth, editado pela autora, 2024.

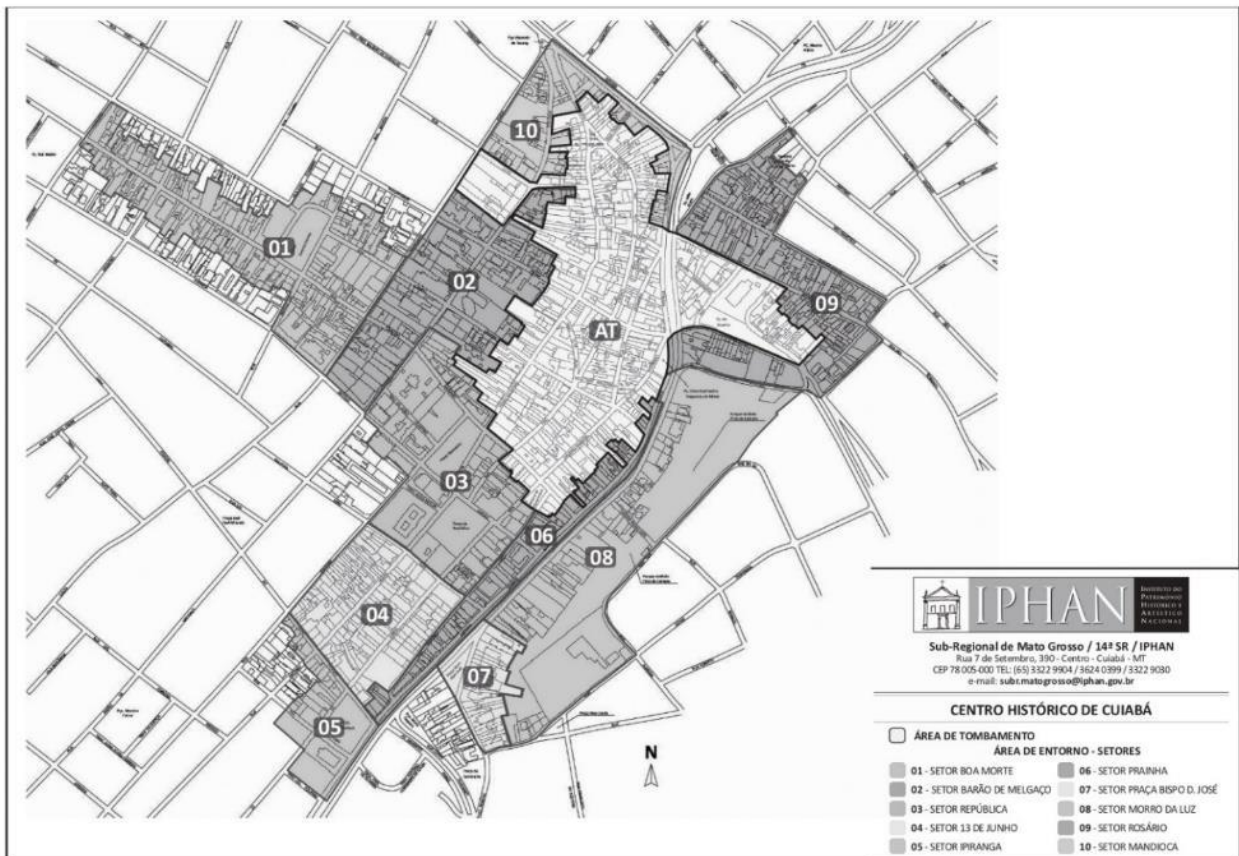
A Instrução Normativa, portanto, divide a área de entorno por setores que correspondem a subgrupos morfológicos próprios, o que requer que seja pensado em critérios especiais para cada um deles. No total, somam-se dez setores de entorno tais quais: Setor Morro da Luz, Setor Praça Bispo Dom José, Setor Prainha, Setor Rosário, Setor Mandioca, Setor Boa Morte, Setor Barão de Melgaço, Setor Praça da República, Setor 13 de Junho e Setor Praça Ipiranga (Mapa 6). Para a construção dessa pesquisa, importa o Setor Praça da República que compreende a porção de origem nobre da Rua 13 de Junho, o próprio Setor que leva o nome da via, bem como o Setor Ipiranga, o qual envolve a praça homônima ao longo da rua, objeto de estudo. Em certa medida, também interessa o Setor Praça Bispo Dom José, por representar o trecho inicial do “Caminho dos pescadores”, trajeto alternativo do “Caminho do Porto” que vigorou por muito tempo, além do Setor Prainha, pela influência que exerceu no traçado das ruas mais antigas. Para o Setor 13 de Junho a Normativa (1994) apresenta:

Parágrafo 9º - Para o Setor 13 DE JUNHO:

a) Caracterização: Referenciado na mais tradicional rua de comércio de Cuiabá, antiga Rua Bella do Juiz, era o trecho inicial do caminho que, no século XVIII, ligava o centro da Vila ao rio Cuiabá. É uma área de transição eminentemente

comercial, tal como a área tombada, com inserção de alguns serviços. Com poucas exceções, as edificações mais antigas já foram substituídas ou descaracterizadas, sempre tendendo a uma estereotipação do comércio varejista dos grandes centros (edificações de pequeno e médio porte, grandes vãos de acesso, fachadas falsas multicoloridas, letreiros chamativos, etc.). Não há condições de infra-estrutura mínima para crescimento vertical das edificações.

Mapa 6 – Delimitação da poligonal de tombamento e setores de entorno.



Fonte: Iphan, s/a.

Para abordar as questões que abarcam essas áreas envolventes, é essencial que se tenha clareza do que se quer dizer com vizinhança, entorno ou áreas envoltórias. De acordo com o Caderno de Estudo do PEP⁴⁴ Entorno de Bens Tombados (2007) existe uma grande complexidade não só conceitual, mas também metodológica e jurídica para a determinação de áreas de entorno. O vocábulo “entorno” só é firmado pelos técnicos do Iphan para a designação das áreas de vizinhança, ambiência ou tutela, por volta da década de 1970. Esse período é marcado pela utilização do termo, de modo oficial, em documento da Portaria nº. 05, de 24/06/1981, processo que culminou no tombamento de parte da cidade de Petrópolis.

A preocupação em estudar (e intervir) sobre áreas que envolvem o bem tombado, e responsáveis pela manutenção de sua integridade, já ressoa desde antes da criação do Iphan

⁴⁴ Programa de Especialização em Patrimônio.

(1937) por meio de cartas patrimoniais que levantam algumas questões referentes a esse espaço envoltório: são as duas Cartas de Atenas, de 1931 e de 1933. Grosso modo, na primeira delas chama a atenção o cuidado que, já naquela época, despertava para os impactos que a publicidade abusiva provoca para a ambiência de áreas históricas, problemática que ainda se mantém atual. Já a carta de 1933, não apresenta um caráter especificamente voltado para o patrimônio, trata-se do momento efervescente do 4º CIAM quando foi aflorado nas discussões o ideal de cidade moderna. No entanto, ainda é perceptível sua contribuição/diálogo com a atuação do Iphan. A carta traz um posicionamento ousado, o qual será retomado mais a diante por meio de outros autores, quando considera a viabilidade da destruição de uma ambiência de entorno secular em prol da criação de áreas verdes.

No Brasil, as práticas ligadas às áreas de vizinhança emergem com o Decreto Lei 25/37, neste documento a visibilidade é um fator importante para pensar a ambiência, uma vez que limita construções que a prejudique. Tal determinação não contempla apenas o ponto de vista físico, mas também o estético e artístico, isto é, abarca uma gama de percepções julgadas importantes de serem asseguradas para contribuir com a integridade da coisa tombada, inserida num conjunto paisagístico, de modo a manter a compreensão do edifício no seu sítio de implantação.

No caso do núcleo antigo de Cuiabá, a área de preservação já corresponde à leitura de conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico. Assim, os setores de entorno, como mencionados anteriormente, constituem subgrupos morfológicos correspondentes a diferentes aspectos que garantam o diálogo com esse arranjo e, desse modo, extrapola um olhar que considere questões pontuais como o gabarito ou a linguagem dos edifícios coloniais. Estes, então, abrangem complementarmente o traçado e o arruamento, que também são elementos fundamentais para a integridade dessa leitura de continuidade e transição.

1.2 A rua sob a perspectiva da preservação patrimonial

A segunda parte desse capítulo, procura demonstrar a importância da área de entorno para essa perspectiva de preservação e seu diálogo com o planejamento urbano. Como foi visto, a década de 1960/70 marcou a inserção do entorno (enquanto conceito, inclusive) como um instrumento da própria proteção do bem. Nesse entendimento, cabe destacar que a política de patrimônio, principalmente voltada para o turismo, passa a vislumbrar o sítio histórico como parte do espaço urbano, e não mais uma questão isolada da dinâmica da cidade e do desenvolvimento social. É nesse sentido que torna possível considerar planos diretores como um instrumento de preservação (PEP, 2007, p.26).

Ao pensar no modo como a questão do patrimônio vem sendo abordada nesses documentos para tratar do ordenamento da cidade, deve-se frisar que não se refere a uma postura recente, mas está presente desde os estudos de Giovannoni (1873-1947)⁴⁵ que destaca a relação entre cidade velha e a cidade nova, além de defender sua articulação não pela sobreposição – como em camadas históricas –, mas por prever o crescimento da cidade nova para as periferias, sem que assim, se sobrecarregue a conformação do núcleo primitivo. Este por sua vez, não deveria comportar novas funções à sua estrutura forçadamente para atender a essas novas dinâmicas, ele já se mantém atual, cumprindo uma função de bairro modesto.

Em Cuiabá, identifica-se uma organização semelhante no período em que a cidade, sob os ideários de modernização, expande para as bordas, por meio da criação do Centro Político Administrativo (CPA) no início da década de 1970⁴⁶, a nordeste do Centro Antigo e em continuidade à Avenida da Prainha. Como uma estratégia de preservação do Centro, a retirada das funções administrativas significou uma diminuição das tensões sobre a área que, com o adensamento passou a enfrentar problemas de tráfego e estacionamento. Esse modo de estimular a expansão da cidade acaba reforçando, por outro lado, seu caráter disperso, pelo crescimento “espalhado” (Freire, 1997).

Ao resgatar os apontamentos de Giovannoni, chamando atenção para as preocupações acerca de metodologias de intervenção, planejamento, bem como sobre a preservação de obras arquitetônicas, admite-se a necessidade de pensar sobre o espaço em sua inteireza e, como o próprio autor ressalta, olhar a cidade como um organismo complexo. Com essa visão, pode-se considerar que não basta atender a uma questão sem ter a compreensão do seu impacto sobre

⁴⁵ GIOVANNONI, Gustavo. Gustavo Giovannoni: textos escolhidos. KUHL, Beatriz Mugayar (Org.). Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

⁴⁶ Nesse período, a cidade tem dois novos eixos de crescimento. Para além do CPA, tem-se a implantação da Cidade Universitária que motivou o desenvolvimento da região sul em direção ao Córrego Coxipó, com a aplicação de infraestrutura para atender às novas demandas. Com o funcionamento do campus, foram se conformando outras atividades e usos em seu entorno.

a totalidade. Ao abordar a relação entre cidade existente, novas áreas de/em expansão, além das zonas de interesse para a preservação, defende o trabalho sob todas essas circunstâncias de maneira articulada, deixando de ver como mera oposição ou conforme frisado anteriormente, como sobreposição.

No decorrer dessa pesquisa, a noção sobre as transformações nas formas e sua adequação (ou não) às novas funções que se impõem à área central constitui um balizador para realizar essa leitura da paisagem também em sua totalidade. Para isso, as ponderações que permeiam entre o não comprometimento da integridade física da cidade velha sem que, desse modo, interfira no congelamento do desenvolvimento pleno da cidade nova é uma tarefa de competência de nossos planejamentos e políticas públicas, os quais geram impactos práticos sobre o espaço. O direcionamento dado por Giovannoni para pensar neste tipo de conciliação pode ser observado no texto “Velhas Cidades” comentado por Cabral e Andrade:

A relação, então, entre a “velha” e a “nova” cidade não é de sobreposição, o que causaria a perda de caráter da primeira ou o impedimento do adequado desenvolvimento da segunda, mas de ligação coordenada. É esse o “acordo”, entre “vida” e “história”, que Giovannoni está disposto a celebrar. Esse tipo de conciliação só seria possível por meio dos modernos meios de comunicação, aos quais ele credita grande importância, já que permitiriam a descentralização dos novos bairros e a hierarquização da intensidade dos fluxos de circulação (menor na velha cidade, maior, na nova) (Cabral, Andrade, 2013, p.56⁴⁷).

No que tange aos avanços nos meios de comunicação, em Cuiabá na década de 1970, verifica-se uma expressiva mudança na fisionomia do Centro Antigo. Essas transformações podem ser notadas por meio da consolidação de diversas obras, desde a implantação de edifícios que iniciam o processo de verticalização, como o Maria Joaquina (1965), de uso residencial e gabarito que ultrapassa o Palácio Alencastro, situado no mesmo largo (Figuras 25 a 27); o Palácio do Comércio (1975) em concreto armado totalizando 18 pavimentos (Figuras 28 e 29), localizado ao longo da Avenida Getúlio Vargas, até as obras na malha viária que exerceram influência direta sobre o Centro (Guimarães, 2023).

⁴⁷ Os referidos autores compõem o livro sobre a obra de Giovannoni. CABRAL; Renata C.; ANDRADE, Carlos Roberto M. O “Velhas Cidades” de Gustavo Giovannoni: Algumas Notas. In: KUHLE, Beatriz Mugayar (Org.). Gustavo Giovannoni: textos escolhidos. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013, p.53-61.

Figura 25- Propaganda do edifício Maria Joaquina, em 1960, a partir de um recorte de revista sem identificação, na qual sua construção foi veiculada.



Fonte: Freitas, Maria Auxiliadora de., 2011, p.248.

Figura 26 – Praça e Palácio Alencastro, em cuja vizinhança erguia-se, em 1968, o Edifício Maria Joaquina, no lado direito.



Fonte: Biblioteca do IBGE.

Figura 27 – Edifício Maria Joaquina à direita e o Palácio Alencastro à esquerda, cujas fachadas principais são voltadas para a Praça Alencastro.



Fonte: acervo pessoal, 2023.

Figura 28 – Palácio do Comércio, localizado no cruzamento da Avenida Getúlio Vargas com o calçadão da Galdino Pimentel, já no alinhamento da Rua 13 de Junho, o que faz do edifício um importante marco visual no trecho inicial da via, marcando sua posição em relação ao Centro Antigo.



Fonte: acervo pessoal, 2023.

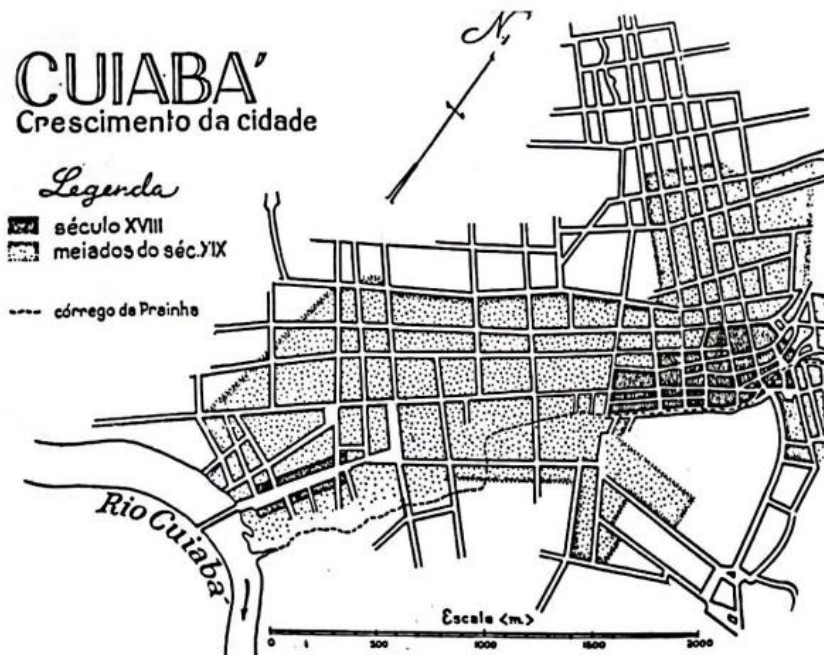
Figura 29 – Palácio do Comércio ao fundo, a partir da Praça da República; à esquerda visualiza-se a Matriz.



Fonte: acervo pessoal, 2023.

Com a evidente expansão da mancha urbana, por meio dos novos eixos de crescimento, são abertas novas vias para atender o fluxo entre “centralidades”: histórica (com a movimentação comercial na área de preservação), política (por meio da criação do CPA) e universitária (inaugurada pela implantação da universidade, tornando a região do Coxipó um lugar atrativo para investimentos futuros). Nesse momento merece destaque a função que o “Prainha” adquiriu como um dos eixos mais importantes que conectaria o Centro ao Porto, viabilizada pela canalização e posterior tamponamento do córrego (iniciado na década de 1960) para a abertura da via que se ligaria à Av. 15 de Novembro e iria até o Porto, também se estendendo até a avenida do CPA, região em desenvolvimento pela anexação dos serviços administrativos. Nas figuras a seguir verifica-se o acompanhamento da expansão dessa mancha urbana; em relação ao período de formação e consolidação do núcleo (Croqui 1) e; com a identificação do Centro Histórico em relação ao CPA e a região do Coxipó (Figuras 30 e 31).

Croqui 1 – Planta de Cuiabá com registro de seu crescimento entre os séculos XVIII e XIX (s/d).



Fonte: Freitas, Maria Auxiliadora de., 2011, p.36. Acervo: APMT.

Figuras 30 e 31 – Eixos de crescimento em Cuiabá, à esquerda, delimita-se o Centro Político Administrativo em relação ao Centro e Porto, marcados em amarelo e laranja, respectivamente; no mapa à direita, está demarcada a área do Coxipó, 2024.



Fonte: Google Earth com edição da autora, 2024.

Essa grande empreitada foi desencadeada em razão dos problemas de saneamento que antes, o córrego, a céu aberto, passou a representar para o espaço público e moradias lindeiras, devido à poluição. Ainda que suas margens tenham constituído o berço da cidade, pela exploração das riquezas naturais, seu valor de outrora não foi capaz de frear a sucessiva relação

de negligência. Assim como o Prainha influenciou o traçado das primeiras ruas, agora, como avenida estruturada, também exerce influência sobre seu entorno tanto pelo seu sistema de tráfego quanto pela inserção de novos pontos comerciais e de serviço. Nesse sentido, vale observar em que medida, sua abertura retira/ modifica as funções antes concentradas na Rua 13 de Junho, por exemplo.

Sabe-se que a questão da salubridade e saúde pública sempre permeou as discussões voltadas para a modernização das cidades, justificada pelo aumento da qualidade de vida. Mas nem sempre as ações que visam essas objetivações são sensíveis ao patrimônio, resultando na negação e rompimento com muitos elementos que remetam um estilo de vida considerado superado. A atualidade da obra de Gustavo Giovannoni⁴⁸ toma esse direcionamento quando se dedica a formulação de métodos para a preservação do patrimônio a partir da sua dimensão urbana e também pelas experiências urbanísticas com a modernização da cidade. Nesse sentido, o bem patrimonial não se limitaria, nem ficaria sujeito a atribuição de valor pela sua proximidade ou relevância para a preservação de uma “arquitetura excepcional”, mas apresentaria, em potencial, condições para se pensar de modo conjunto a outros elementos e com essa arquitetura dita “menor”, onde comporta e por onde acontece a vida na cidade.

É com o emprego, de modo pioneiro, da expressão “patrimônio urbano” que o autor, pautado por suas experiências que atravessam o campo teórico, também expressa os resultados das suas vivências práticas enquanto planejador que visa a articulação da preservação do tecido urbano tradicional inserido nos discursos urbanísticos (Rufinoni, 2013)⁴⁹. A partir dessas considerações e das modificações sobre a paisagem na área central levantadas até o momento, nota-se que, apesar dos benefícios que essas obras trouxeram para o desenvolvimento da cidade, alguns impasses identificados estão relacionados à falta de consideração da malha urbana tradicional, o que vem a provocar desarticulações, principalmente entre forma e função, temas que serão aprofundados nos capítulos seguintes. Um breve exemplo dessa problemática pode ser notado pela separação do conjunto antigo que se adensou à margem direita do córrego em relação à Colina do Rosário, no lado oposto. Antes da canalização, eram conectados por uma ponte, esta, além de possibilitar a circulação direta entre as duas áreas, também compunha uma paisagem que até então arrisca-se dizer uniforme (Figura 32).

⁴⁸ Cabe salientar que, devido a seu posicionamento político e filiação ideológica tendentes ao fascismo, a credibilidade do seu trabalho foi retardada algumas décadas até que recebesse uma releitura imparcial, apesar do seu caráter inovador e experiências práticas, além do diálogo que estabeleceu com outros teóricos que compartilhavam das mesmas preocupações sobre a cidade, tais como Camillo Sitte e Charles Buls.

⁴⁹ RUFINONI, Manoela Rossinetti. Gustavo Giovannoni e o Restauro Urbano. In: KUHL, Beatriz Mugayar (Org.). Gustavo Giovannoni: textos escolhidos. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013, p. 63-88.

Figura 32 – Ponte sobre o córrego da Prainha. Fotografia tirada a partir da margem direita, revelando como plano de fundo a Colina do Rosário, à margem esquerda, posterior à ponte.



Fonte: Freire, 1997, p.41, s/a.

A seguir (Figuras 33 e 34), observa-se a relação que as casas, no prolongamento da rua da Prainha, estabeleciam com o córrego, pela presença de aberturas no fundo, sejam por portas ou por estreitos recortes, no caso das residências que tinham seus quintais murados, como forma de permitir a passagem de luz e ventilação. Para facilitar a circulação nas altas barrancas, eram construídas plataformas de arrimo de pedra canga e cristal que funcionavam como degraus, nas porções em que não era possível, permaneciam as barrancas em sua forma natural com vegetação rasteira. Nota-se ainda as árvores frutíferas através dos muros nos fundos dos quintais, aspecto comum da casa cuiabana (Freitas, 2011, p.68).

Figura 33 – Antigas habitações que margeavam o córrego, 1940.



Fonte: Freitas, Maria Auxiliadora de., 2011, p.68. Foto: Castro Faria. Acervo: Iphan/DID/ANS-RJ.

Figura 34 – Córrego da Prainha, à direita, a torre da Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, década de 1930.



Fonte: Freitas, Maria Auxiliadora de., 2011, p.209. Foto: Castro Faria. Acervo: Iphan/ARN/RJ.

Atualmente a função da Av. da Prainha é inquestionável para a dinâmica do Centro da cidade, ainda que tenha acarretado tal perda “simbólica” para a leitura dessa paisagem. Possivelmente, quando Giovannoni coloca que esse “desventramento”, isto é, esta abertura radical de vias motivadas pela promoção da higienização da cidade, é assertivo quando julga a ausência de uma maior apreciação sobre as particularidades da estrutura preexistente – como foi possível visualizar com o caso da ponte – ele ainda ousa ir além, quando conclui que nem sempre essas intervenções atingem resultados satisfatórios de salubridade. Acredita-se que para tirar a mesma lição sobre tal avenida requer que seja feito um estudo mais aprofundado para esse recorte. Um apontamento que ainda pode ser feito para dada questão é o de que, assim como muitas avenidas centrais, a Prainha também possui problemáticas comuns a outras vias, como alagamentos em períodos chuvosos, cenário que caminha na direção contrária do ideal primário da higiene pública. Nunca saberíamos, no entanto, quais novas questões seriam enfrentadas caso a decisão tomada nos anos 1960/70 fosse a favor da manutenção do córrego.

Atento a questões como essa, o autor então, chama atenção, em seus estudos, para as especificidades morfológicas que os núcleos urbanos antigos apresentam, com escalas compositivas e qualidades históricas e estéticas próprias da sua lógica de formação e por essa razão, exigem uma destinação de funções que sejam apropriadas para a sua forma (Rufinoni, 2013). Por meio de um discurso propositivo, Giovannoni defende que para os centros antigos seja viável apenas obras de adaptação que se limitem a solucionar os problemas sanitários que, ao longo dos anos, foram se intensificando na medida em que o núcleo adensou. Nesse sentido, esses pequenos reparos “microcirúrgicos” frisados pelo autor, teriam a finalidade de garantir a

fruição da vida cotidiana atual, sem que para isso, a qualidade histórica e estética do conjunto fosse prejudicada.

É com esse caráter intervencionista que associa o tecido urbano antigo como, de fato, o “patrimônio urbano”, apresentando valor de uso sem deixar de cumprir, desse modo, sua função “museal”. O alvo de sua crítica, assim, seria às intervenções que oferecem um peso maior apenas à segunda condição, abstraindo, assim, que o patrimônio, para além uma obra passada, também esteja inserido no presente e com sua materialidade susceptível às transformações.

O rompimento da ideia de que o objeto patrimonial seria a imagem congelada vem com a confirmação de que a história não é a mera reprodução de outros tempos, mas apreendida com as lentes do presente, logo as coisas antigas só fazem sentido se vivenciadas também no tempo presente. De todo modo, para as ações preservacionistas sobre essas formas ainda é possível encontrar alguns entraves. Carsalade (2017) observa, contudo, que o processo que leva à seleção do bem patrimonial esteja atrelado, antes, a um reconhecimento simbólico coletivo, mas por muitas vezes, condicionado à vontade política ou pelo poder econômico. Diante dessa reflexão, é possível perceber que os agentes responsáveis pela preservação do que é identificado com valor para a história da cidade nem sempre trabalham em diálogo com o planejamento, a partir de sua totalidade, uma vez que determinados recortes espaciais acabam sendo tratados sob interesses diferentes.

O autor coloca um paradigma, que talvez possa estar associado às próprias dificuldades já encontradas por Giovannoni, quando observa que as práticas preservacionistas têm depositado seus esforços mais no objeto (com fim em si mesmo) e esquecido do sujeito que o estuda e está dentro dessa dinâmica espacial, desvinculando a autenticidade do patrimônio dessa relação. Talvez se encontre a partir daí um novo ponto: para além das práticas que isolam parte antiga e pacata e parte nova e dinâmica, as relações desses sujeitos também é um fator, em potencial, para a noção de um patrimônio urbano. Carsalade (2017) destaca, além disso, que o tratamento do bem por categorias também constitui numa medida que leva ao isolamento do seu contexto, reforçando mais uma vez como reflexo de práticas guiadas sob determinados interesses.

Sob esse prisma, a ampliação do campo do patrimônio para além da história oficial possibilita o tratamento que Giovannoni defende em suas avaliações. A partir do momento em que uma diversidade de agentes sociais e históricos são valorados para a democratização de acesso aos bens patrimoniais, por consequência, o conjunto antigo pode ser desvencilhado de velhas amarras que o faz ser visto de forma isolada do seu contexto social. Carsalade (2017) aborda esse ponto quando chama atenção para a questão da excepcionalidade do patrimônio, com a tendência de conduzir a individualização. São condições que representam barreiras para

pensar em um planejamento da cidade com a sua área de preservação, reduzindo a uma classificação fechada, pela atribuição de valor cultural.

O autor demonstra essa ideia quando constata que a institucionalização da cultura e do patrimônio lhe retira certa espontaneidade, desconsiderando o caráter transformador da história, pela tentativa de superimposição de valores. Entende-se que mais do que a materialidade em si na garantia dessa atribuição de valor, o patrimônio está associado à capacidade de manter significação frente às mudanças socioculturais (Carsalade, 2017). Talvez esse constitua um terreno mais seguro para a compreensão dessas atribuições. Tal reflexão também contribui para o entendimento do contexto que envolveu as primeiras articulações em prol da preservação do patrimônio remanescente da cidade de Cuiabá, após as sucessivas descaracterizações, mas com um diferencial: a ciência de que os elementos que comunicam sua formação no século XVIII e solidificação no século XIX de forma integrada (sem que exclua quaisquer dos períodos), reúnem valor ao remeter à origem do núcleo urbano.

Em consonância com esse debate, Castriota (2011, p.50) observou que “é a atribuição de valor pela comunidade ou pelos órgãos oficiais que leva à decisão de se conservar (ou não) um bem cultural”. Completa sua reflexão quando constata que as políticas “trabalham sempre com a dialética lembrar-esquecer”, isso significa que a memória sempre estaria condicionada à valorização de um aspecto em detrimento de outro. É nesse sentido que apresenta sua abordagem sobre valores, ocupando um lugar central para a decisão sobre o que cabe a ser conservado. Esse questionamento permeia todo o processo de tombamento da cidade de Cuiabá, quando, nos textos impugnados, avaliados no tópico anterior (capítulo 1.1.2 O perfil do tombamento na esfera municipal: uma cidade mineradora no centro do país) a pertinência da preservação é posta em debate pela falta de identificação dos aspectos valorados.

Essa dualidade de posicionamentos a respeito do tombamento, de um lado parte da sociedade civil e proprietários de imóveis arraigados aos velhos preceitos de preservação e, de outro, o órgão de proteção manifestando uma visão mais elástica de bem cultural, só foi possível porque o último experienciou uma fase de ampliação do campo do patrimônio. Logo, a aplicabilidade dessa visão alargada, a qual permitiu vislumbrar valor (e na sua esfera federal), esbarrou com resistências da opinião pública que, embora concordante de que o Centro teria valor histórico por ser a área de fundação do núcleo urbano, a falta de um maior aprofundamento de aspectos que ultrapassassem a forma aparente da arquitetura, lhe impedia de visualizar a relevância documental enquanto núcleo urbano participante de um processo muito maior de interiorização do país.

No que concerne à avaliação de valor, é válido destacar que se trata de uma questão antiga e, portanto, abordada por outros teóricos do início do século XX, como o próprio Giovannoni, e que podem dialogar complementarmente ao que Carsalade e Castriota também

apresentam. Ao pensar a preservação de algo em detrimento de outro, condicionada por critérios de valor, tem-se a obra “O culto moderno dos monumentos” redigida em 1903 por Alois Riegl que apresenta a relação dos valores de memória (valor de antiguidade, histórico e volível) com o culto dos monumentos.

Em um sentido mais geral, para Riegl, o culto à antiguidade reside na conservação dos traços da idade. Logo, qualquer intervenção arbitrária deveria ser evitada, de modo a não provocar acréscimos e reduções que interfiram na sua leitura/identificação. O autor reconhece, por outro lado, uma maior abrangência no valor histórico – o qual, oportunamente, tem um maior interesse para essa etapa da pesquisa – o qual foca no seu estágio evolutivo e na conservação da autenticidade do monumento/documento, para que se viabilize uma restituição futura. A mínima intervenção, nesse caso, não estaria na conservação dos traços temporais, como o que é valorizado pela antiguidade, mas em prol da originalidade da obra.

O aprofundamento dessa leitura deve ser, todavia, cuidadosa, quando se fala dos modos de conservar, do trato ao monumento e da opção por restauração, ou não, como se pode observar a partir da leitura de John Ruskin, Viollet-le-Duc, William Morris (século XIX⁵⁰), Camillo Boito, Giovannoni (fim do século XIX e início do XX⁵¹) e o próprio Riegl, além de Cesare Brandi (no segundo pós-guerra⁵²) que alicerçaram debates profícuos sobre monumentos e sítios históricos. Destaca-se que a presente leitura é realizada para avaliar uma área de entorno, o que por si só já demonstra a contemporaneidade do objeto, uma vez que no passado, os entornos dos monumentos, nem mesmo os sítios eram tidos como objeto de proteção.

No interior dessas reflexões, um fator determinante é a avaliação da ação do tempo sobre o objeto, sob a qual o autor atribui as degradações pela natureza, a essa questão é possível interpretar como aquelas resultantes do curso da evolução natural, ao que também se atribui a ocorrência de intempéries. Na Rua 13 de Junho há um desgaste temporal evidente pela presença de algumas ruínas. No entanto, outras descaracterizações também são produto de intervenções invasivas, que alteram a natureza formal da arquitetura, o que, de certa forma, também registra seu processo de construção histórica. Tal processo não se revela de modo linear, mas com diferentes pontos de inflexão. Riegl coloca como irreversível a degradação pela natureza, mas a partir do olhar do valor histórico, constata que a sua continuidade pode ser evitada. Pensa-se que, assim como a conservação está para tardar a ação temporal, a ruptura do modo de apropriação degradante na área deva ocorrer mutuamente.

⁵⁰ Período em que vigorou um movimento anti-restauração a partir das reflexões dos teóricos citados.

⁵¹ Neste período se destaca o ideário do restauro arqueológico, o qual defende a mínima intervenção admitida apenas para a contenção, com o uso de anastilose (uso do próprio material) e o restauro filológico com atenção aos aspectos documentais e a passagem temporal.

⁵² Brandi segue a linha do restauro crítico ao acolher os princípios do restauro filológico concomitante com os aspectos formais da obra.

Finalmente, a ideia de valor volúvel pretende que o monumento seja sempre presente e vivo na memória, o que se aproxima também de um valor de atualidade. Desse modo, o postulado da restauração é decisivo, uma vez que há o objetivo de frear o definhamento da obra. Essa mesma degradação acolhida pelo valor de antiguidade e aceita pelo histórico, desde que seja barrada para um futuro, para o valor volúvel deve ser rigorosamente debatida. O que as classes de valores elencadas por Riegl, comunicam com o objeto de estudo, afinal? Vê-se que o ponto central de toda essa avaliação está no nível de tolerância à degradação. Essa régua temporal permite olhar para rua e observar que já ocorreu em alguns pontos um processo de degradação, que estão acontecendo intervenções que inauguram dinâmicas questionáveis do ponto de vista urbanístico e também, coloca um ponto de curiosidade para que caminho seguirá.

Neste momento, então, torna inevitável deixar de considerar as complexidades que envolvem o Centro Histórico. Observa-se, nesse sentido, um deslocamento no campo dos valores para além da dimensão histórica e artística, mas abrangendo a sua dimensão documental. Para refletir sobre a valoração a partir da função de documentar, talvez seja preciso retroceder um pouco para verificar a evolução e modificações em torno do patrimônio cultural.

Castriota (2011) compreende que houve uma complexificação no campo do patrimônio, a qual passa a exigir uma maior necessidade de explicação sobre os critérios norteadores para se atribuir valor a um bem, sem deixar de reconhecer ainda, a existência de uma certa “competição entre valores divergentes” – artístico e estético, históricos, econômicos etc. – recolocando o sentido dessas (re)avaliações naquilo que seria, então, estética ou historicamente significativo. O fato é que, ao superar os conceitos que guiavam o campo das artes, como “obra-prima”, “valor intrínseco” ou “autenticidade”, é perceptível a precisão de abrangência, visualizando a inserção de novos agentes no campo do patrimônio, além da admissão dos aspectos intangíveis dos bens culturais (Castriota, 2011, p.56-59).

Nesse cenário, para além das questões físicas e de preocupações voltadas puramente para o comportamento dos materiais e para a durabilidade das intervenções; procura-se questionar sobre o porquê conservar. É neste sentido que a noção de valor toma uma dimensão antes impensada. Essa questão coloca em voga não mais a materialidade da coisa tombada, mas a sua significação e razão de ser (Castriota, 2011). Essa discussão, parece-nos, como o próprio autor já chamou atenção, pertinente para a nossa contemporaneidade, no sentido de constituir uma condição necessária para a formulação de políticas mais abrangentes com foco no patrimônio e com o entendimento de quais são os valores envolvidos na área de conservação.

Para se decidir, portanto, o que é patrimônio e para se manter não os bens materiais por si mesmos, mas, como anotamos, os valores neles incorporados, torna-se necessário examinar sempre porque e como o patrimônio é valorizado, e por quem [...] (Castriota, 2011, p.62).

A depender de como esses valores são percebidos pelos diferentes agentes, é que torna oportuno associá-los às ações ligadas, ou não, a uma gestão estratégica para o longo prazo dos bens patrimoniais. É possível perceber que esse debate permeia todo o processo que guiou os critérios em prol da salvaguarda do Centro Antigo de Cuiabá, quando os agentes do Iphan desempenharam a tarefa de esclarecer as razões pelas quais as características remanescentes da cidade setecentista seriam dignas de valor para contar o processo de formação do núcleo inicial. A todo momento, a discussão pautava-se na desvinculação da ideia de excepcionalidade e monumentalidade e reforçava o reconhecimento de que seu valor estaria então, embasado sobre elementos morfológicos que preservassem sua estrutura como um todo e possibilitasse uma leitura da paisagem. Diante desses enfrentamentos, cabe questionar, nesse espaço da pesquisa, em que medida a instrumentalização de preservação (por meio do tombamento), as legislações urbanísticas (via Plano Diretor e estratégias de Zoneamento) e finalmente, seu convertimento em ações sobre o espaço físico (por meio de obras), permitem um investimento aplicado capaz de assegurar, não apenas a permanência da matéria, mas sua significação (Guimarães, 2023). Vale pensar se há uma atualização política e investimento público que dê sustentação ao imaginário local.

Castriota (2011) observa que, mesmo com o evidente avanço institucional, ainda é emergente uma ampliação da pesquisa na fundamentação teórica para lidar com essas questões de maneira mais consciente. O que requer, para ele, um “marco teórico mais sólido” para o enfrentamento de todos esses deslocamentos no campo do patrimônio. Assim, enfatiza que:

Infelizmente a agenda da pesquisa na área da conservação ainda está centrada nos seus aspectos físicos, raramente envolvendo a discussão dos significados e valores complexos em jogo, dos agentes e das negociações possíveis. Ainda vista fortemente como uma tarefa mais técnica que social, a conservação não estaria conseguindo estabelecer uma base conceitual mais sólida, atraindo as contribuições mais significativas das ciências humanas e sociais (Castriota, 2011, p.63-64).

A partir desse ponto é que se analisa a necessidade de pesquisar seus deslocamentos e o que está em pauta na valoração, avaliando a Rua 13 de Junho, então, por meio de suas discontinuidades que atravessam uma avaliação linear. As condições propostas para a investigação focalizam na questão da relação (complexa) entre forma e função, debate que ganha um maior aprofundamento no capítulo dois dessa dissertação. Nesse sentido, fica evidente a necessidade de caminhar para um campo mais profundo e entender a perda desse imaginário, que não se restringe a uma avaliação histórica da área, assim como também não se limita a atuação (puramente técnica) da legislação federal ou municipal.

O mecanismo da publicidade, por exemplo, associado à compreensão do valor documental, tem o papel de viabilizar uma maior transparência quanto aos processos administrativos para o tombamento e delimitação da área envolvente, nas diferentes fases de aproximação da área a ser protegida. A partir desse olhar, é possível abordar sobre o amadurecimento dos usos da figura do “entorno” pelo Iphan entre 1986 e 2003. Essa observação instiga a pensar em que medida, nesses processos, a questão do entorno é mencionada como um fator importante de ser estudado, considerando a influência da sua divulgação para a viabilização de um panorama a respeito dos casos em que essas áreas envoltórias são consideradas decisivas para a preservação da coisa tombada e, conseqüentemente o sentido de preservá-la (PEP, 2007, p.40).

Durante esse recorte da história do Patrimônio, registra-se que quando, nesses processos, foi identificado algum tipo de referência ao entorno, com o reconhecimento da necessidade de ser delimitado para a preservação da área, muitas vezes a medida não é levada a diante, por razões que impossibilitam/dificultam os trâmites administrativos, como a sobrecarga da Assessoria Jurídica e do corpo técnico do órgão de preservação. É neste período que a 14ª Superintendência Regional do Iphan⁵³, envolvendo os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Distrito Federal definiu portarias que dariam foco e publicidade para a questão do entorno, representando um esforço na elaboração de critérios técnicos para que os projetos na vizinhança ganhassem espaço (PEP, 2007, p.40).

Dentre os critérios estabelecidos nos processos de entorno, creditam-se alguns fatores essenciais para a sua definição, tais como a escala, o contexto histórico/paisagístico e o legal, entre outros que possam vir a exigir um nível maior de especificação a depender das peculiaridades apresentadas pela referida área de vizinhança. O primeiro está relacionado à ambiência, no sentido de valorizar e priorizar a qualidade de visibilidade do bem tombado. Os processos calcados por esse critério não necessitam, necessariamente, tratar de áreas que precisem manter relações estilísticas com o monumento, isto é, mesmo que sua arquitetura já tenha sido descaracterizada ou apresente natureza tipológica distinta da que é encontrada na parte tombada, constitui um recorte que ainda exerce forte influência para manter uma relação visual com o bem. Essa noção caminha ao encontro das considerações sobre os deslocamentos e da própria complexificação do campo do patrimônio cultural, já observados por Castriota

⁵³ Registra-se que o trabalho do Iphan em Mato Grosso iniciou por volta de 1950, quando ainda era vinculado à 14ª Coordenação Regional, “hoje Superintendência Regional do Iphan em Goiás – que surgiu em 1960, como núcleo do antigo SPHAN em Brasília” como aponta Ferreira e Hirata (2019, p.156). As autoras refletem que a emancipação do órgão no estado contribuiu para um melhor direcionamento dos recursos, uma vez que não passaria pelo crivo do estado de Goiás.

(2011), quando a ligação desse bem/porção para além de um fato memorável da história envolve uma matriz muito mais complexa de valores, logo, de critérios para sua preservação.

Já no caso da consideração de seu contexto histórico-paisagístico, reconhece a importância dessa área envoltória para a contação da história do lugar. A opção por essa avaliação pode ficar mais clara a tomar como exemplo o caso do processo de tombamento de Cuiabá, Processo 1180-T-85, cuja área de entorno, por diferentes aspectos – e condições acarretadas pelo seu processo histórico – deixaram de envolver uma unidade arquitetônica compatível com a do conjunto, mas ainda evidencia o valor do seu diálogo para a leitura de transição entre a área que ainda apresenta uma unidade arquitetônica e a cidade que é dinâmica, garantindo, assim, uma conexão paisagística coerente e integrada com o espaço urbano em sua totalidade (PEP, 2007, p.41).

Por meio da leitura de paisagem, a identificação da ligação entre porção de entorno com a área tombada é oportunizada, ao pensar no cumprimento de tais critérios, ou ainda dificultadas pela desconsideração dos fatores de escala e carga histórica para o tratamento dessas áreas. Assim, deve-se chamar atenção para o fato de que o valor simbólico do bem, só se justifica por meio dessa articulação histórica e visual, meio pelo qual fica evidente a interdependência entre conhecimento histórico e leitura crítica sobre a configuração atual com sua área envoltória. O reconhecimento desses aspectos, conseqüentemente, pode ser um balizador para a atuação política, guiadas por uma metodologia em comunicação com a historicidade do território e fortalecendo, com isso, o combate contra os usos predatórios que possam vir a comprometer a composição de ambiência (PEP, 2007, p.51).

Cabe salientar, desse modo, que a questão do entorno não aparece apenas em processos de tombamento, tampouco esgota seu sentido por tal nomenclatura. Um exemplo em que essas áreas exercem uma função importante está nos planos urbanísticos, quando esse ambiente envolvente é estabelecido no zoneamento ou pelos setores que diferenciam as áreas da cidade, compondo uma regulamentação específica correspondente ao tipo de proteção de que se pretende abarcar. Registra-se como “zonas especiais” de respeito e/ou preservação com a ambiência. Para além disso, o que está em debate não é apenas o modo como é mencionado ou em quais conjuntos de instrumentos é trabalhado, mas, acredita-se que:

Sejam os entornos estabelecidos pelos órgãos de preservação ou de planejamento, o ponto principal que sempre esteve em discussão é o valor atribuído às áreas. O que distingue então as áreas tombadas das áreas de entorno é o valor atribuído a cada uma. A área de entorno será de referência para a compreensão da coisa tombada, cabendo, então, parâmetros de proteção apropriados ao valor de entorno, sempre adequados ao valor atribuído (PEP, 2007, p.52).

Se pararmos para confrontar com o que, normalmente, se passa pelo senso comum, a área de entorno poderia ser associada facilmente como um espaço menos importante, pela ausência de elementos arquitetônicos expressivos. No caso da Rua 13 de Junho, essa é uma condição que chama atenção para o entendimento da história do lugar, uma vez que a forma com que se apresenta atualmente, torna evidente a perda de um grande referencial arquitetônico que represente de modo fiel sua idade. O estudo sobre entorno, no entanto, nos aponta para uma gama de complexidade que envolve a compreensão e o tratamento dessas zonas, podendo, afinal, possuir um conjunto de critérios até mais rigorosos do que os que se aplicam na área de tombamento. Ademais, o seu valor não é definido exclusivamente pelo instrumento que se aplica para a área.

É nesse sentido que busca-se, em um segundo momento, entender como o uso de legislações e do próprio Plano Diretor podem ser evocados pelos órgãos de preservação para o tratamento das áreas de entorno que, em alguma medida, preveem estratégias e disciplina a ocupação do solo, quando a taxa de ocupação, a área do lote, a testada e o afastamento não se resumem a dados técnicos desses instrumentos, mas condicionam a disposição desses elementos espaciais que a depender, favorece ou dificulta, a visibilidade e ambiência do bem cultural. É com esse intuito que, o debate é aprofundado no capítulo dois desta dissertação, por meio de uma leitura, não só do processo histórico da inserção desses instrumentos na política municipal, mas também sobre o que o texto desses documentos oferece de estudo para o tratamento, a preservação e conservação da integridade física e do potencial do legado histórico de áreas envoltórias, pois,

É por meio da produção de conhecimento da história que é possível reconhecer o sítio como documento, identificando seus produtores, o lugar do negro, do imigrante, o sentido dos espaços ocupados e vazios, da vegetação, das ruas de ocupação diferenciada e assim por diante (PEP, 2007, p.54).



capítulo 2

Tombamento e planejamento urbano: um debate sobre a transformação da paisagem

2.1 Modificações em uma área de transição

Este capítulo tem o papel, na primeira parte que o compõe, de evidenciar os impactos e repercussões da política de preservação no Centro Antigo de Cuiabá e estabelecer um diálogo com o planejamento urbano e suas atualizações. Para isso caberá investigar a trajetória da legislação de regulamentação de uso e ocupação do solo, bem como a posterior elaboração de um Plano Diretor (PD) para a cidade, com direcionamentos do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Urbano (IPDU), órgão específico estruturado para pensar o planejamento urbano. Antes de realizar uma leitura ampliada desses instrumentos, interessa identificar seus efeitos sobre o Centro, considerando o contexto de criação de uma Comissão Municipal de Tombamento e das responsabilidades atribuídas à Instrução Normativa.

Até a década de 1950 o Centro ainda mantinha sua homogeneidade, mas dado o processo de modernização, já relatado, as transformações antecederam as políticas de preservação, fator que deu início a uma série de intervenções de descaracterização. Esse atraso no ritmo e condução das medidas preservacionistas está imbricado no contexto de uma cidade localizada no centro do país, apesar da sua origem mineradora e do esquema tradicional da regularidade do traçado de origem portuguesa. Por volta da segunda metade da década de 1980 é que se visualiza uma maior movimentação ao encontro da valorização dos aspectos remanescentes dessa herança, quando a Prefeitura Municipal criou uma Comissão de Tombamento Histórico subordinada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura objetivando desacelerar o processo de destruição dos bens culturais impulsionados desde a metade do século.

Voltados a esses esforços de reparação, reuniram-se representantes de secretarias municipais, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT, Iphan, UFMT e Ordem dos Advogados do Brasil – OAB- MT na proposição de estudos técnicos para a abertura do processo de tombamento – iniciado cinco anos depois – de modo a focar nas questões relativas à gestão dos bens culturais deliberando quanto às intervenções e demolições que decorreram no período. Desse modo, a Comissão atinge importantes resultados, em 1985, para além do respectivo tombamento (provisório) do Centro e do Porto⁵⁴, como foi o caso da publicação de uma lei (Lei 2.297 de 16 de julho de 1985) de restrição à demolição de imóveis de valor histórico e da mudança de características urbanísticas de prédios que pudessem intensificar os efeitos de tais descaracterizações (Guimarães, 2023, p.94-95).

⁵⁴ Via Decreto Municipal 1013 de 10/03/1985. Neste mesmo período também estava sendo elaborado os estudos objetivando o tombamento na esfera federal.

Em continuidade a esse repertório da política municipal, no ano de 1987 o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Urbano – IPDU foi criado e, de acordo com Azevedo e Guedes (2017, p.09), constituiu o “principal braço da estrutura de planejamento de desenvolvimento urbano” que já apontava algumas áreas da cidade como objetos merecedores de especial “atenção da administração municipal, como o Centro Antigo” (Freire, 1992, p.36-37 apud Azevedo e Guedes, 2017, p.06). Esse órgão técnico de assessoramento também indicava o desenvolvimento de estudos voltados para a elaboração do primeiro Plano Diretor de Cuiabá e da Lei de Uso e Ocupação do Solo (1997), documentos que manifestavam preocupação com ações referentes à preservação do Centro recém tombado.

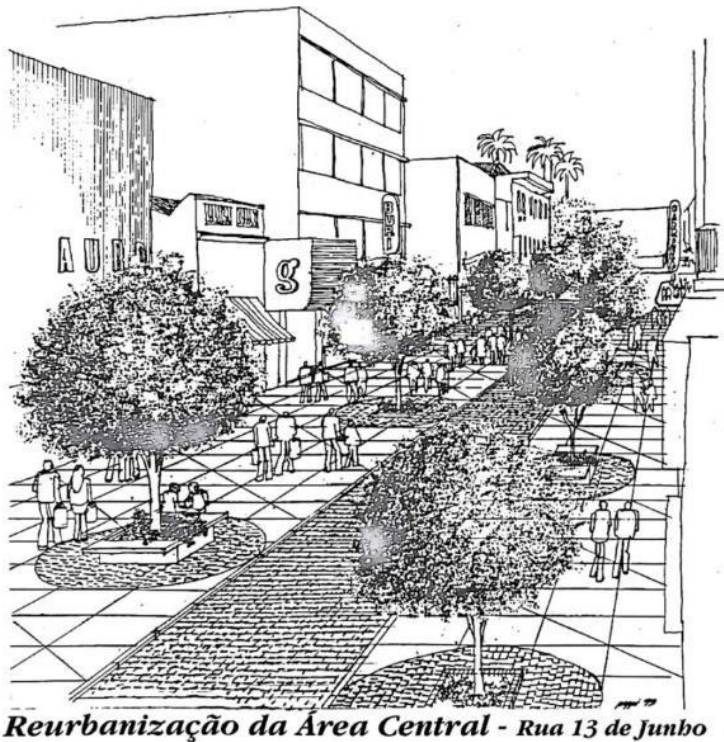
Ao avançar uma década desde a sua criação, é possível observar algumas proposições que partiram do órgão, mas que nunca saíram do papel. Para essa pesquisa interessa refletir as propostas referentes às intervenções para a Rua 13 de Junho que previam a inserção de um calçadão, contemplando parte da via, como continuidade à lógica do calçadão da Galdino Pimentel. A opção por esse caminho expressa a estratégia de valorização dos percursos a pé e que possibilitem um deslocamento mais demorado nessas áreas, o que poderia favorecer, também, uma maior apreensão e apreciação tanto dos bens de valor histórico ao longo desse caminho, quanto dos serviços prestados em alguns desses edifícios antigos, como valorização do comércio local e incentivo à permanência dos comerciantes na porção antiga da cidade.

Croqui 2 – Proposta de reurbanização na Rua 13 de Junho por meio do alargamento de calçadas e adição de cobertura ao longo do caminho.



Fonte: IPDU, 1996.

Croqui 3 – Proposta de reurbanização da Rua 13 de Junho, o qual também prevê um tratamento paisagístico.



Fonte: IPDU, 1996.

Nos croquis acima, o projeto para a reurbanização da área central concentra em trecho da Rua 13 de Junho a inserção de um calçadão arborizado. O impacto dessa proposta é fortemente acentuado pela própria paginação de piso e pela utilização dos canteiros como assentos, o que reforça a necessidade de um maior sombreamento na área central para tornar o espaço convidativo para essa caminhada lenta, carência já identificada no final dos anos 1990. Paralelo a essa proposta, observa-se que é pouco usual, ou praticamente inexistente, a opção de arborização nos espaços públicos na porção que expressa o passado colonial da cidade, com exceção das praças e dos quintais das residências, os últimos como elemento de base tipológica ao pensar na lógica da planta da casa e da forma de apropriação/implantação nos alongados terrenos.

Nas fotografias a seguir (Figuras 35 e 36) observa-se um trecho da rua em que a arborização está integrada ao espaço público de modo expressivo, ao sombrear os dois lados da via. No entanto, esse padrão já não predominava em outra porção, cuja vegetação limita-se ao interior do lote. Como se trata de registros relativamente antigos, cuja datação exata da primeira foto é desconhecida – estipula-se que corresponde à primeira metade do século XX –, observa-se que a proporção desse uso ainda era bastante equilibrada. No cenário atual, é certo que as árvores perderam espaço, inclusive nas praças, cedendo lugar para a concretagem e/ou para novas construções/usos, no caso dos lotes. Desse modo, a proposta expressa pelos croquis do IPDU, permanece ainda atual, ou talvez, até mais urgente.

Figura 35 – Rua 13 de Junho.



Fonte: Biblioteca do IBGE.

Figura 36 – Rua 13 de Junho. Na lateral direita da foto, no final da perspectiva, aparece a Praça Ipiranga, 1955.



Fonte: Biblioteca do IBGE. Foto: Jablonsky, Tibor; Kuhlmann, Edgar.

O período de elaboração desses estudos do IPDU fez parte de um contexto de significativos avanços da política de planejamento em direção à concepção de um Plano Diretor para a cidade. Desse modo, caberá amarrar o panorama dos instrumentos de ordenamento

territorial, também, às instâncias de tombamento que delineiam o trato da área que reúne elementos de valor arquitetônico, urbanístico e paisagístico. Segue abaixo um quadro cronológico das políticas municipais a partir da década de 1970, como síntese do que foi debatido até então e anunciação da leitura que se segue após tombamento.

Quadro 1: Cronologia de políticas e instrumentos da proteção e do planejamento urbano de Cuiabá.

- **1975** O primeiro tombamento da cidade é um objeto isolado: a Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (processo nº 553-T-57^a). Em 1993 é incluída no perímetro de tombamento a nível federal do Centro Histórico de Cuiabá (processo nº 1180-T-85).
- **1982** Primeira Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS/82.
- **1983** Foram tombados pelo Estado o Palácio da Instrução (Portaria nº 03/83 - DOE/MT), edifício localizado ao lado da Matriz, no Centro Antigo; o Thesouro do Estado, atual Museu Histórico de Mato Grosso, também vizinho ao Palácio e à Matriz, na Praça da República (Portaria nº 03/83 - DOE/MT); o Grupo Escolar Senador Azeredo, atual Casa do Artesão (Portaria nº 057/1983), localizado na Rua 13 de Junho; o Arsenal de Guerra, atual Sesc Arsenal (Portaria nº 061/1983 - DOE/MT), também ao longo da mesma via;

Ocorreram também três tombamentos municipais: Morro do Seminário, Morro da Luz, Praça da República e imóveis de entorno, como uma conquista da Comissão de Tombamento instaurada na cidade de Cuiabá na década de 1980.
- **1984** Instalação do Escritório Técnico da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional Pró-Memória (SPHAN/Pró-Memória) (Conte; Freire, 2005,p.41).
- **1985** Estudos técnicos para a elaboração do tombamento provisório do Centro Antigo e do Porto (nível municipal), renovado por dois anos;
Primeira proposta de tombamento com a definição de dois perímetros (Centro e porção da Igreja da Boa Morte), descartando a área do Porto.
- **1987** Foi tombado pelo Estado a Igreja Boa Morte (Portaria nº 075/1987 - DOE/MT);

Amparo legal para o tombamento federal do Centro;
Criação do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Urbano (IPDU);
Na mesma década também são criados o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU) e a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (Smades).

- **1989** Proposta do tombamento provisório (Centro), movido por meio de processo administrativo pelo Iphan.
- **1992** Aprovação do primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU);
Homologação do Tombamento Federal (Centro).
- **1994** Instrução Normativa do Iphan (IN/94), documento que define normas e procedimentos regulamentares para a proteção do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá.
- **1997** Revisão da LUOS (Lei Complementar 044/1997).
- **2001** Criação do Estatuto da Cidade.
- **2003** Lei Complementar 103/2003 da LUOS.
- **2007** O PDDU é revisado com a influência do Estatuto da Cidade e passa a denominar-se Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico (PDDE);
O CMDU é reestruturado e passa a denominar-se Conselho Municipal de Desenvolvimento Estratégico (CMDE);
Tombamento estadual do conjunto arquitetônico do II Distrito de Cuiabá, no bairro do Porto por meio da Portaria nº35/SEC/2007.
- **2010** Lançamento do PAC-Cidades Históricas.
- **2011** Extinção do IPDU;
Revisão da LUOS.
- **2012/2013** Plano de ação do PAC-Cidades Históricas, cuja implantação de propostas ficou condicionada ao gosto da mudança de gestão da prefeitura em 2013. Foram definidas intervenções em 14 pontos no Centro tombado e em alguns setores de entorno (Azevedo; Guedes, 2017, p.12).

- **2014** A versão revisada da LUOS vigorou até este ano, quando, por denúncia do IAB-MT, é considerada inconstitucional (Azevedo; Guedes, 2017).
- **2015** Revisão e versão vigente da LUOS.
- **2018** Início dos estudos para a revisão do Plano Diretor (PD), mas o processo e as audiências públicas foram paralisados devido à pandemia de Covid-19.
- **2022/2023** Os estudos de revisão do PD são retomados; Publicação de Nota Técnica e Minuta do PD.

Diante do quadro apresentado é possível perceber o processo gradual na elaboração do tombamento, o qual teve o foco voltado essencialmente para a proposta a nível federal. Não é por menos que o histórico do PD de 1992, 2007 e, com uma apropriação de totalidade reduzida devido à atualidade, também os estudos para sua revisão iniciados em 2018, apontam uma fragilidade já verificada por Guimarães (2003). A autora analisa que a etapa de diretrizes referente à área central e à preservação do perímetro sob proteção estava muito mais atrelada ao turismo e pouco articulada em relação aos tombamentos municipais⁵⁵, conforme elencado no quadro acima. Esse fator é explicitado especialmente com a observação das intervenções realizadas no Porto (ainda sem proteção por tombamento) ao gosto das gestões municipais.

Nessa perspectiva, quando se fala sobre o uso cultural a partir da exploração turística, deve-se associar tanto ao modo como tem se dado a valorização da área pelos planos, como também pelas medidas de manutenção que se aproximam muito mais do uso (cultural) do que da preservação de fato. Essa discussão coloca em voga a atualidade da Carta de Veneza (1964), importante documento que já dispunha de recomendações para o cuidado de edifícios de interesse para a preservação, centrada em monumentos e sítios históricos por meio de debate alargado do entendimento de bem cultural. É por meio de seu caráter indicativo que seu artigo 5º ressalta o uso como meio de preservar, mas não como finalidade. Assim, ao pensar a utilização de imóveis inseridos no contexto de preservação patrimonial, a própria IN/94 apresenta orientações que, a princípio, visam a harmonização da atividade atribuída ao bem. Como forma de explicar melhor esse debate, no capítulo 3.2 (Continuidades e discontinuidades: a dialética do entorno) dedica-se um levantamento desse aspecto, avaliando o impacto de adaptações para os principais usos que qualificam a Rua 13 de Junho.

⁵⁵ Em 1983 ocorreram três tombamentos municipais: Morro do Seminário, Morro da Luz, Praça da República e imóveis de entorno.

Em continuidade à leitura dessa cronologia, existe outro ponto crítico exposto no quadro e destacado com maior precisão pelas reflexões de Azevedo e Guedes (2017) quando apontam um desmantelamento da estrutura institucional no início dos anos 2000, o que resultou em políticas públicas descontínuas. Esse cenário de que retratam é reforçado com a extinção do IPDU em 2011, fator que também estremeceu o desenvolvimento urbano do município, uma vez que a dissociação entre planejamento e gestão abriu margem para a aplicação de propostas pontuais, desarticuladas e caracterizadas pela influência de projetos urbanísticos descompromissados com seu impacto em contextos ampliados. Um exemplo dessa postura pode ser evidenciado pelos resultados práticos do PAC-Cidades Históricas em Cuiabá que, embora sob um Plano de Ação e de oficinas propostas pelo Iphan/MT, foi concebido por uma série de obras pontuais escolhidas para seu cumprimento no período de gestão do prefeito no período entre os anos de 2013 e 2016.

É nesse contexto que a LUOS passa por um processo de revisão e tem uma versão de curta duração (2011-2014). Em 2014 a Legislação, a partir de denúncia do Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento Mato Grosso (IAB-MT), é considerada inconstitucional, ocasião que levou a uma medida apressada da Prefeitura Municipal ao elaborar uma minuta de Anteprojeto da Lei, a qual resultou na vigente versão publicada em 2015 com um conteúdo que desconsiderou os estudos realizados pela UFMT e IAB-MT (Azevedo; Guedes, 2017).

No que confere à política de zoneamento, o documento não teve muitas alterações desde a sua primeira publicação em 1982, quando observa-se que, dentro da área central da cidade, a demarcação da Zona de Interesse Histórico (ZIH) é muito semelhante ao perímetro definido pelos estudos técnicos do Iphan para o tombamento que ocorreria mais tarde. Aparentemente tal compatibilidade, inclusive de parâmetros urbanísticos, não funcionou para o fortalecimento das disposições constantes tanto nas LUOS como na IN/94 para a preservação da área tombada, uma vez que Guimarães (2023) constata um caráter abrangente na redação da Lei que, por consequência, “transfere” ao Iphan atribuições que não deveriam ser de sua competência, como a definição de índices urbanísticos, aprovação de usos de alto impacto, além da definição de áreas para estacionamento. Acredita-se que esse descompasso, ou até sobrecarga dada ao órgão, se converte em situações que impactam diretamente a leitura dessa paisagem, por meio de ações impróprias para a estrutura da zona.

Azevedo e Guedes (2017) apresentam uma leitura preocupada com a questão da política voltada para as atividades de estacionamento para essa área, além de frisar a pertinência de uma proposta consciente sobre os impactos na paisagem, mas que nunca saiu do papel. A poluição visual provocada pelas fiações da rede aérea de energia e telecomunicações, ainda na atualidade, é uma condição muito comum e que, de acordo com as leis atuantes, não há uma disposição e previsão de ter alguma medida nesse sentido. Assim, as autoras observam que:

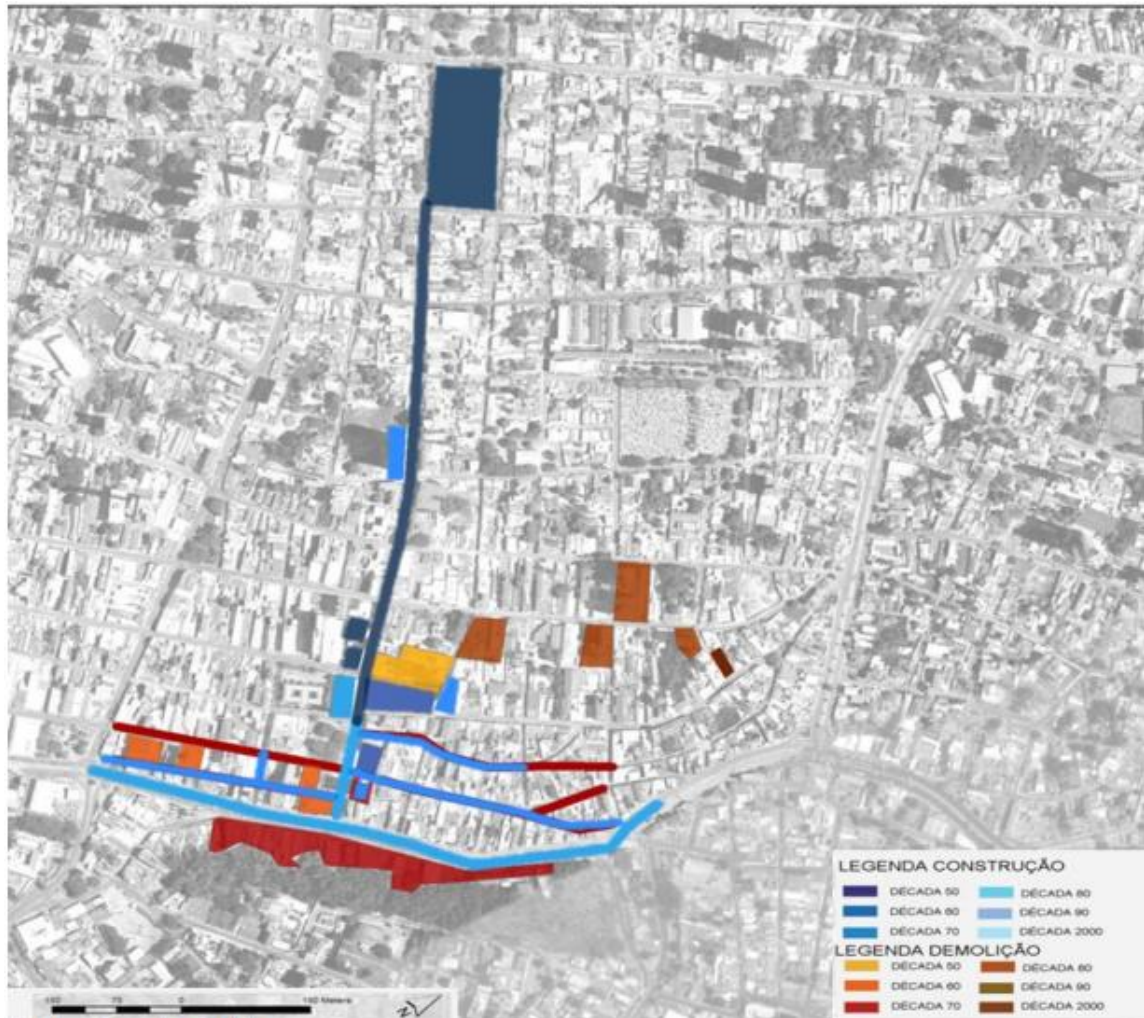
Do mesmo modo, visando medidas que beneficiariam o Centro Histórico, sua reabilitação e ampliação da qualidade da paisagem urbana, Artigos 37 e 45 da Lei 044/1997 estabeleciam que as concessionárias (energia elétrica e telecomunicações), deveriam apresentar projeto e cronograma para substituição da rede aérea por rede subterrânea, prazo máximo de 05 anos para execução, para a ZAC e ZIH 1, ainda não tinha sido cumprida até 2010. Na Lei 231/2011 e mesmo em sua revisão em 2015, a obrigação das concessionárias foi excluída (Azevedo; Guedes, 2017, p.11).

Outros impactos gerados sobre a paisagem, talvez de proporções maiores pela irreversibilidade, caracterizam-se pelo caso das demolições intensificadas desde a década de 1950. Foi visto no primeiro capítulo dessa dissertação as transformações no espaço urbano em cada ciclo definido por Freire (1997). Possivelmente a distinção decisiva entre os dois últimos (Ciclo da Sedimentação Administrativa e Ciclo da Modernização) seja o caráter dessas transformações. Cuiabá, após consolidar o seu processo de formação, completando o primeiro Ciclo (da Mineração), entrou em uma fase de mudanças que imprimiram intervenções contíguas ao antigo, o que caracterizou um crescimento sem a destruição da massa existente. Essas modificações, no Ciclo da Modernização, já foram pautadas por um ideal de rompimento e negação ao passado colonial da cidade, o que significou uma transformação de outra ordem, quando a inserção de novas obras provocou rupturas à regularidade que representava o esquema tradicional (Azevedo; Guedes, 2017).

Registram-se perdas emblemáticas nessa nova onda de transformações, como o caso da Matriz que, ainda sem envolver a perda definitiva da massa existente nem da função religiosa, foi reconstruída com outra roupagem, fator que implicou o apagamento completo do edifício de estilo barroco que existiu naquele lugar. Esse mesmo trecho da Praça da República, também passou por perdas de outra natureza, as quais envolveu a demolição de edifícios significativos, como ocorreu com o Hotel Centro América na década de 1990, quando em seu lugar ergueu-se outro edifício sem qualquer ligação com o que já existiu. Para além desses dois casos já mencionados, cabe atentar-se ainda para as demolições da “arquitetura menor” que, mesmo sem registros mais detalhados, tais ocorrências – assim como a igreja e o referido hotel – também (re)compõem o conjunto no qual se inserem e apontam caminhos para o sentido de (des)continuidade histórica.

É com o intuito de frear esse processo predatório que a Zona de Interesse Histórico (ZIH) demarcada na Legislação Municipal ainda nas décadas de 1980/90 tem a tarefa de preservar as características remanescentes do conjunto antigo. Com essa leitura, Azevedo e Guedes (2017) reúnem, em mapeamento, dados de construções e de demolições por décadas, registrando a partir de 1950 até os anos 2000.

Mapa 7 – Levantamento de construções (em tonalidades azuis) e de demolições (em tonalidades vermelhas) de 1950 a 2000.



Fonte: Guedes, 2017.

Complementar ao levantamento exposto no mapa 7, cabe conferir mais minuciosamente as ocorrências especialmente na Rua 13 de Junho, objeto de interesse da presente pesquisa. A via, em grande parte, é caracterizada pela predominância da atividade comercial, conforme descrição já realizada no texto da IN/94. O perfil do caminho entre tombamentos foi consolidado por edifícios desprovidos de uma excepcionalidade arquitetônica, com exceção do Sesc Arsenal, antigo Real Trem de Guerra de arquitetura neoclássica. Nesse sentido, os registros das transformações ao longo da rua delineada pelo fenômeno das demolições ainda têm pouca profundidade. No entanto, no mapa acima, a linha vermelha no lado inferior esquerdo já aponta uma ocorrência de demolições por volta da década de 1970. Com a ciência da carência de um inventário por edifício, o quadro a seguir, elenca as demolições e construções ao longo da rua a partir de manchas/projeções de área construída identificadas em imagens aéreas do Google Earth desde 2004 e o perfil desses lotes/ruínas por imagens do Street View do Google Maps em anos variados.

Quadro 2 a: Levantamento de demolições e de construções na Rua 13 de Junho no período de 20 anos, a partir da seleção dos trechos que compõem o primeiro conjunto da análise: compreendendo as quadras entre o limite da Praça da República e da Praça Ipiranga.

Descrição do trecho (1 quadra de cada lado)	Demolições/construções	Ilustrações (Google Earth), 2004/2024 
<p>Trecho 1: corresponde à parte inicial da rua, onde situa a Praça da República com a preservação da sua vegetação.</p>	<p>Ao comparar com o mapa 7, que acusa a ocorrência de demolições por volta de 1970 no referido trecho, vê-se que os dados adquiridos a partir de 2004 apontam uma estabilização de demolições. A imagem aérea de 2024 aparenta novas construções na quadra da direita se comparada à de 2004.</p>	
<p>Trecho 2: a quadra subsequente apresenta poucas mudanças na projeção dos edifícios/área construída.</p>	<p>As demolições acusadas em 1970 não aparecem mais a partir de 2004, nesta porção.</p>	

Trecho 3: porção onde localiza-se a Praça Ipiranga, a qual apresenta uma perda considerável da sua vegetação.

Quanto aos edifícios da quadra esquerda, não se visualiza alterações significativas.



*A marcação em amarelo corresponde às avenidas. Na horizontal, aquelas que atravessam perpendicularmente a Rua 13 de Junho (vista em azul claro no mapa) e; na vertical, em toda sua extensão paralela à rua estudada, localiza-se a Avenida da Prainha, onde existiu o córrego, afluente do Rio Cuiabá.

A análise corresponde a uma comparação em um recorte de tempo específico, dada as limitações dos recursos utilizados para captar as imagens aéreas com algum grau de qualidade e que possibilite a identificação da projeção dos edifícios e, quando ausentes, a condição do lote não edificado: se comportaria algum sistema de cobertura e/ou sinais de uso ou abandono. Desse modo, é possível que no período anterior ao estudo, o lote não edificado, tenha comportado um edifício e vice-versa. O primeiro trecho apresenta uma condição curiosa, visto que no ano de 2004, os primeiros lotes na quadra direita, próximo à esquina, se apresente como uma área não construída, só manifestando sinais de novas construções em períodos posteriores. Em uma pesquisa de registros fotográficos antigos dessa porção tornou-se possível identificar fotografias datadas de 1930 e de 1940, nas quais apareciam alguns edifícios na mesma localização onde, em 2004, já não apresentava construção alguma (Figuras 37 e 38). Nota-se que a análise de construções/demolições não apresenta uma lógica linear, mas um ciclo de modificações da massa construída, do qual as volumetrias remanescentes apresentam idades diferentes entre si, resultado do processo das relações estabelecidas com a porção antiga da cidade, quando a oferta de serviços e/ou demanda por diferentes usos condicionam a construção de uma paisagem em constante mudança.

Figura 37 – Rua 13 de Junho em 1930, cujas quadras iniciais são vistas a partir da Praça da República. Como ponto de referência, tem-se, à direita, o edifício dos Correios, de modo que, na quadra esquerda identifica-se edifícios que não existem mais.



Fonte: Freitas, Maria Auxiliadora de., 2011, p.215. Acervo: Museu Histórico/MT.

Figura 38 – Fotografia da mesma localização da Rua 13 de Junho, já na década de 1940, à direita situa o edifício dos Correios e à esquerda, entre o casario, existia a casa comercial Renascença.



Fonte: Freitas, Maria Auxiliadora de., 2011, p.215. Acervo: Museu Histórico/MT.

Quadro 2 b: Levantamento de demolições e de construções na Rua 13 de Junho no período de 20 anos, a partir da seleção dos trechos que compõem o segundo conjunto da análise: compreendendo as quadras entre o limite da Praça Ipiranga até o cruzamento da Rua Maj. Gama.

Descrição do trecho (1 quadra de cada lado)	Demolições/construções	Ilustrações (Google Earth), 2004/2024 
<p>Trecho 4: concentra uma quantidade considerável de lotes não edificadas. No ano de 2024 a atividade de estacionamento é mais aparente se comparado à 2004 para os mesmos terrenos.</p>	<p>Lotes não edificadas em todo o período, conforme enfatizado na sequência de fotos da primeira linha que compõe a figura 24 desta dissertação.</p>	

Trecho 5: observa-se que a quadra esquerda apresentava uma grande área coberta por vegetação em 2004. Vinte anos depois, essa mesma área recebeu algumas estruturas de cobertura para estacionamento.

Construção de cobertura para estacionamento e perda de área verde. As imagens do Street View (Google Maps) mostram a permanência dos lotes para o uso de estacionamento entre 2011 e 2024, respectivamente.



Trecho 6: assim como no trecho anterior, a quadra esquerda tem uma diminuição de sua vegetação em 2024 com a presença de estacionamento.

Manutenção de lote não edificado.



*A marcação em amarelo corresponde às avenidas. Na horizontal, aquelas que atravessam perpendicularmente a Rua 13 de Junho (vista em azul claro no mapa) e; na vertical, em toda sua extensão paralela à rua estudada, localiza-se a Avenida da Prainha, onde existiu o córrego, afluente do Rio Cuiabá.

De modo geral, a perda de vegetação e da expressiva quantidade de lotes não edificados utilizados para estacionamento rotativo, são condições que se repetem ao longo desses trechos. Cabe, então, avaliar as características dessas quadras, bem como a oferta de serviços predominantes que possam influenciar a lógica de apropriação. Observa-se que a referida porção apresenta o início de uma diversificação de usos, combinados ao comércio varejista, encontra-se também o Hospital Geral e o Hemocentro. A associação das atividades desenvolvidas à demanda por vagas pode indicar uma tendência para a concentração da oferta de estacionamentos, mas não é o único fator. Ao estudar a rua e sua forma ao longo do tempo, imagina-se que os trechos que permanecem como áreas subutilizadas por um longo período são, em potencial, pontos propícios para a inserção desses lotes para estacionar. Como desenlace, a vegetação perde lugar para a pavimentação, visando a adaptação de usos que não mais veem sentido nos antigos quintais cuiabanos, por exemplo. Para além do espaço privativo, a rua também acusa essa perda. Um exemplo explícito é a transformação da qualidade paisagística da Praça Ipiranga que não é mais identificada a longa distância pelas suas palmeiras (Figura 39).

Figura 39 – Rua 13 de Junho em 1937, na lateral esquerda, ao fundo, visualiza-se as palmeiras imperiais da Praça Ipiranga, antiga Marquês de Aracati.



Fonte: Lévis-Strauss (1994, p.86 apud Freitas, Maria auxiliadora de., 2011, p.170).

Quadro 2 c: Levantamento de demolições e de construções na Rua 13 de Junho no período de 20 anos, a partir da seleção dos trechos que compõem o terceiro conjunto da análise: compreendendo as quadras entre o cruzamento da Rua Maj. Gama e o Sesc Arsenal.

Descrição do trecho (1 quadra de cada lado)	Demolições/construções	Ilustração (Google Earth), 2004/2024 
<p>Trecho 7: também na quadra esquerda, o terreno da esquina permanece sem edifício e não apresenta um uso definido.</p>	<p>Manutenção de lote não edificado. As imagens do Street View (Google Maps) mostram o referido lote de esquina, cujo aspecto permanece o mesmo entre os anos de 2011 e 2024.</p>	   
<p>Trecho 8: nota-se uma projeção de cobertura na quadra esquerda em 2004 que já não é mais aparente em 2024. Em seu lugar encontra-se um terreno sem uso específico.</p>	<p>Ocorrência de demolição no trecho, quando, na primeira representação do Street View (Google Maps) data de 2019 ainda com edifício existente, no mesmo lote, em 2024, já visualiza-se apenas escombros.</p>	 



Trecho 9: A aridez da praça entre o encontra-se o Estádio e o Sesc é um aspecto que chama a atenção nas representações de ambos os períodos. Atualmente é utilizada como estacionamento.

Estádio Presidente Dutra à esquerda e o edifício do Sesc Arsenal na quadra direita.

*A marcação em amarelo corresponde às avenidas. Na horizontal, aquelas que atravessam perpendicularmente a Rua 13 de Junho (vista em azul claro no mapa) e; na vertical, em toda sua extensão paralela à rua estudada, localiza-se a Avenida da Prainha, onde existiu o córrego, afluente do Rio Cuiabá.

A permanência de lotes não edificadas confabulam para uma leitura, de certo modo, degradante da rua, gerando sensação de abandono e insegurança ao pensar um percurso no período noturno, dada a falta de movimento. A carência de tratamento paisagístico na Praça Dutrinha não reforça apenas essa condição, mas visualmente tal aridez também provoca a perda de articulação entre o Sesc e o Estádio. Há entre esses dois edifícios um grande espaço sem um uso claro, que não incentiva a permanência e, por consequência, não conduz o olhar para uma apreensão de localização clara que fosse capaz de conectá-los.

Quadro 2 d: Levantamento de demolições e de construções na Rua 13 de Junho no período de 20 anos, a partir da seleção dos trechos que compõem o quarto conjunto da análise: compreendendo as quadras entre o Sesc Arsenal até o final da rua, que culmina na Orla do Porto.

Descrição do trecho (1 quadra de cada lado)	Demolições/construções	Ilustração (Google Earth), 2004/2024 
<p>Trecho 10: percebe-se poucas alterações construtivas, embora o meio das quadras apresente uma perda significativa da vegetação.</p>	<p>Constata-se uma certa permanência de volume entre os anos observados no referido trecho, ainda que sejam aparentes algumas modificações de ordem geral, como na pintura dos edifícios. Há outros elementos que, em potencial, podem provocar uma mudança no aspecto formal, como nas figuras que seguem entre 2011 e 2024. Na primeira comparação o impacto é ainda maior, já que envolveu a construção de um muro, onde havia parte aparente da residência. No segundo caso, o caráter brutal da intervenção se deve à mudança de linguagem do edifício a ponto de se tornar irreconhecível.</p>	

Trecho 11: nota-se que os lotes não edificadas em 2004 mantêm a mesma condição, a qual se repete principalmente na quadra esquerda.

Manutenção de lotes não edificadas ao longo do trecho. Ocorrência de demolição na quadra direita. Nas imagens de Street View (Google Maps) observa-se edifício existente em 2017, mas em 2024 já havia sido demolido.



Trecho 12: parte final da rua, próximo à Orla do Porto. Porção onde é mais expressivo o lote urbano descrito por Reis Filho (1970):

Novas construções e manutenção de lotes não edificadas. Observa-se um comparativo entre imagens do Street View (Google Maps) entre 2011 e 2024, período em que observa a



alongados e com o edifício que mantém o alinhamento da via pública. Apresenta novas construções, mas ainda é perceptível a manutenção de uma área extensa na quadra final à direita, sem uso específico.

construção de um galpão para vendas de hortifruti.



*A marcação em amarelo corresponde às avenidas. Na horizontal, aquelas que atravessam perpendicularmente a Rua 13 de Junho (vista em azul claro no mapa) e; na vertical, em toda sua extensão paralela à rua estudada, localiza-se a Avenida da Prainha, onde existiu o córrego, afluente do Rio Cuiabá.

Embora o fôlego dessa análise evidencie a sua significação para o entendimento da conformação e reconfigurações da antiga Bella do Juiz como esse caminho tão importante de ligação entre áreas históricas, sabe-se que o levantamento a respeito da situação da rua por trechos representa um fragmento de um fenômeno muito maior que ocorreu na cidade em sua totalidade. Como um centro regional, Cuiabá recebeu do governo federal, desde a década de 1970, influências das políticas de planejamento regional e urbano e uma das consequências territoriais desse processo se revelou pelo aumento do contingente populacional que, desde 1960 (quando a cidade contava com 50 mil habitantes), foi dobrado, entrando na década de 1970 com 100 mil habitantes, em 1980 já somavam mais de 200 mil e em 1990 Cuiabá comportava uma população de 400 mil habitantes (Azevedo, 2006, p.138 apud Azevedo *et al.*, 2019, p.01). Tal processo não poderia deixar de gerar impactos sobre a estrutura física do espaço.

Como resposta à dinâmica que o incremento da densidade demográfica provocou à cidade, a pressão pela expansão do perímetro urbano, possivelmente constitua a lógica natural de um sistema capitalista de mercado para pensar no ordenamento do espaço urbano sob as novas condições e demandas que se apresentavam, como às relativas à moradia e ao transporte. Ao recortar esse fenômeno para o caso do Centro Antigo, a materialização desses impactos também recai sobre a expressiva quantidade de áreas vazias e/ou subutilizadas, como resultado

desse processo (que, em potencial, pode tender também a um espraiamento) questão que não isenta a Rua 13 de Junho.

Esse debate volta a repercutir com o início do processo de revisão do Plano Diretor Municipal em 2017/18, quando é colocado em voga a discussão sobre a expansão do perímetro, o qual havia sido congelado por lei desde 2007, ano da última versão do PD. A pressão pela revisão tendenciada à sua expansão está voltada para a manutenção de interesses ligados à implantação de novos empreendimentos imobiliários que atendam à população de média e alta renda, por meio de parcelamentos em condomínios fechados (Azevedo *et al.*, 2019, p.04). Com o contexto pandêmico de Covid-19, os estudos de revisão do novo PD foram paralisados e só retomaram em 2022. No ano de 2023 foi publicada nota técnica e, posteriormente, uma minuta com a nova versão do PD.

O teor da nota, de modo geral, consiste na consulta da opinião técnica sobre o conteúdo da minuta – em processo de elaboração – e o potencial para o desenvolvimento urbano. Além disso, indica como o processo de revisão está documentado para consulta pública e frisa a importância da informação para guiar decisões relativas à revisão, principalmente com o conhecimento do que ocorreu no período de vigência do Plano Diretor instituído pela Lei Complementar Municipal nº150/2007. Desse modo, a minuta publicada ainda em 2023 enfatiza a necessidade pela revisão da Legislação de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo Urbano, tendo como parâmetros para o Centro da cidade estudos de revisão para a (re)definição da Zona de Interesse Histórico (ZIH) visando a inclusão de outras áreas que estejam sob tombamento em diferentes esferas (federal, estadual e municipal) além da área do entorno.

Para além deste, forma-se um conjunto de diretrizes estratégicas a partir de diferentes temáticas. Para tratar a questão do desenvolvimento social e habitação, o texto da minuta aponta uma preocupação em “identificar, catalogar, mapear e difundir o patrimônio histórico, cultural e paisagístico do município” (Minuta, 2023, p.26). Essa passagem indica um destaque para a propagação da função cultural na parte antiga da cidade. Embora essas recomendações incentivem a abertura do espaço para os artistas e produtores locais, vale questionar o quanto as medidas, na prática, propiciariam uma real valorização da área, em que medida as ações surtiriam em benefícios permanentes para o patrimônio histórico e em projetos que ultrapassem mandatos políticos, de modo a constituir resultados permanentes para (re)estruturar as atividades cotidianas que já acontecem e animam o Centro da cidade.

2.2 Permanências como testemunho histórico

Até então foi possível vislumbrar um panorama das mudanças espaciais associadas às políticas nos últimos 30 anos. Neste momento, como continuidade à reflexão, vale explorar a caracterização da Rua 13 de Junho, não apenas a partir dessas transformações, mas também de suas permanências e como a manifestação dos aspectos que apresenta pode justificar a preservação da área. Tornam instigantes as intenções que se escondem por trás do que é (apenas) aparente ao caminhar pela rua ou ainda por meio das fotografias levantadas ao longo da pesquisa, de modo a oferecer pistas sobre o que a via foi um dia.

De antemão, o caminho mais próximo para essa identificação está na averiguação de passagens em que o recorte pesquisado ganha tópicos de interesse e do modo como recebe profundidade (ou não) em referenciais históricos. Curiosamente a literatura cuiabana dispõe do “Roteiro Histórico e Sentimental da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá” de Rubens de Mendonça (1975) como um dos clássicos para o conhecimento sobre a capital matogrossense. Nesse roteiro, os capítulos marcam partes da cidade por onde é realizado um percurso reflexivo, dentre os quais, há a dedicação sobre a antiga Bella do Juiz. No entanto, a narrativa já é introduzida com uma constatação apressada de que “Nada de importante neste trecho temos para registrar” (Mendonça, 1975, p.52), se atendo a alguns casos essenciais e de modo isolado, como o Arsenal de Guerra e o Estádio Presidente Dutra. Acredita-se, no entanto, que esse caminho tenha muito mais a registrar. Ao buscar as peças desse quebra-cabeça, é possível resgatar relatos que indicam sua significação, ainda que em partes, para a dinâmica do Centro Antigo. Nesse sentido, Mendonça (1975) não deixa de reconhecer, por exemplo que:

Na esquina da antiga Travessa da Independência com a Rua Bela do Juiz, (hoje Avenida Dom Bosco), em frente do Centro de Saúde, ficava a Estação de Bondes da Companhia Progresso Cuiabano. Eram bondes puxados a burros que faziam a linha Cidade-Porto (Mendonça, 1975, p.55).

Como visto anteriormente, é comprovada a relevância que a linha teve para o trecho, para além da menção dos edifícios excepcionais que ganham destaque no roteiro. Outro ponto que também chama a atenção do autor nesse trajeto aparece na seguinte passagem:

Continuemos nosso passeio pela rua Bela do Juiz. No Largo da Cruz das Almas, antiga Praça Marques de Aracati, atual Praça Ipiranga, onde até bem pouco era ocupado pelo Corpo de Bombeiros era o mercado de peixes da cidade. As canoas subiam o Córrego da Prainha e vinham ali trazer o pescado. Mais tarde naquele local foi construído o Quartel do Batalhão Policial e posteriormente Liceu Cuiabano [...] (Mendonça, 1975, p.57).

Figura 40 – Ilustração da ponte de pedra sobre o Córrego Cruz das Almas, no cruzamento da Generoso Ponce com a Rua 13 de Junho, na década de 1910. Na direita, ao fundo, visualiza-se as palmeiras imperiais da Praça Ipiranga.



Fonte: Alencastro, Aníbal, 2006, p.139.

Embora o autor afirme que o trecho não oferece aspectos de relevância, tais passagens esboçam traços de uma cotidianidade que indicam alguns aspectos sobre a sociedade que construiu e deu vida a esse caminho, os locais de comercialização, os meios de locomoção – como o bonde que é tratado em diversas discussões da dissertação – e ainda o fluxo pelo Córrego da Prainha como suporte às atividades trazidas para a própria Rua 13 de Junho. Muitos desses elementos já se perderam ao longo do tempo, como é o caso da linha de bonde, os corpos d’água, antes a céu aberto, e a ponte sob onde passava o Córrego Cruz das Almas (Figura 40), deste ficou somente o nome, como meio de rememorar o que marcou esse trecho da rua. Os espaços livres públicos também constituem fortes indicativos sobre a organização espacial, principalmente ao associar com o ponto de vista de Manuel C. Teixeira (2004) quando se dedica a observar padrões de ocupação e o papel das praças para a composição de uma identidade formal. De todo modo, esse roteiro também oferece, em alguma medida, uma base para a compreensão de permanências, a partir dos elementos de maior pregnância no trajeto, como é o caso da referida praça e dos edifícios de destaque.

O testemunho da Rua 13 de Junho como esse conector vem da busca de compreender o sentido de crescimento desses dois polos (Centro e Porto). É por essa razão que quando Conte e Freire (2005, p.24) afirmam que “A cidade tem um crescimento lento, mas paulatino. Expande-se em direção ao Porto, emendando-o com o centro” a expressão “emendando-o” ressoa de modo caracterizador e incisivo. Esse fenômeno de encontro e de emendar-se adquiriria, então,

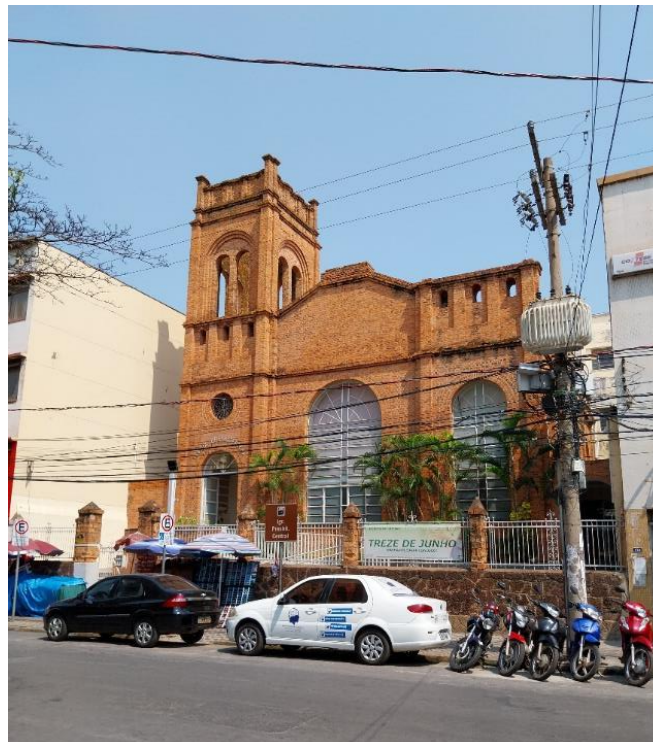
o sentido do adensamento da rua? Essa conformação, todavia, não foi preservada em sua integridade ao longo do tempo, já que os autores lembram sobre os impactos que a pressão imobiliária provocou mais tarde na região central.

A pressão imobiliária no Centro, já eminentemente comercial, é imensa. O casario é destruído sem o menor constrangimento, e em seu lugar surge uma arquitetura funcional de extremo mau gosto. A rua 13 de junho é um exemplo claro dessas substituições (Conte; Freire, 2005, p.25).

A predominância da atividade comercial na Rua 13 de Junho é um fator que imprime suas marcas nas fachadas dos edifícios, modificadas para adaptar-se às vitrines que provocam alterações no padrão de aberturas de modo nada sutil. O texto da Instrução Normativa já reforça essa condição ao tratar o Setor 13 de Junho – que compreende parte da via – quando o caracteriza pela estereotipação do comércio varejista que apresenta a solução de grandes vãos de acesso, como evidencia o levantamento realizado no terceiro capítulo. A rua, inserida neste contexto de descaracterizações, ao longo dos trechos/quadras ainda permite o vislumbre de sinais de alguma permanência e que contribui para registrar a história da sua construção, como é o caso da Igreja Presbiteriana (Figura 41).

Situada à Rua 13 de Junho, foi o primeiro templo evangélico de Cuiabá. Teve sua pedra fundamental lançada a 7 de setembro de 1921. Gracioso templo de tijolos a vista, encontra-se sufocada pelas grandes construções no seu entorno (Conte; Freire, 2005, p.36).

Figura 41 – Igreja Presbiteriana localizada na Rua 13 de Junho, próximo à Praça da República.



Como um edifício do início do século XX, também carrega a significação de introduzir na cidade as manifestações de outras expressões religiosas, embora, no contexto atual, tenha perdido a leitura de conjunto se comparado aos aspectos que esse trecho da rua possuía no início do século. Reflexões dessa natureza permitem abranger o olhar para o modo como as formas espaciais se modificam em diferentes momentos históricos e o que indicam sobre o tempo atual, na medida em que são preservadas ou perdidas.

Valendo-se da condição observada, é pertinente o pensamento que Milton Santos (1996) constrói sobre espaço e paisagem. Grosso modo, o autor faz uma reflexão para distinguir o trato das duas expressões, quando relaciona paisagem⁵⁶ ao conjunto de elementos capazes de caracterizar uma área de modo transtemporal, enquanto o espaço estaria voltado para as coisas do tempo presente somado à vida que o anima. Para além da preocupação em usar a correta nomenclatura nas referências aos aspectos da rua, é de maior interesse compreender a que as formas presentes correspondem.

A paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como resposta às necessidades atuais da sociedade. Tais formas nasceram sob diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas só as formas mais recentes correspondem a determinações da sociedade atual (Santos, 1996, p.67).

O fato de a paisagem constituir essa soma temporal sobre os objetos, coloca um grau de complexidade para o seu entendimento e para as condicionantes que envolvem uma leitura em sua completude. No que concerne sua amplitude, basta visitar uma obra anterior de Santos (1988) na qual já destacou que a paisagem não é formada apenas de volumes – aqui é possível entender basicamente como sua forma física – mas também de cores, movimentos, odores e sons. Tal observação admite a presença de uma outra camada de leituras e percepções ao considerar os sentidos para a análise. Compreender esses aspectos de modo mais sensível também permite a descoberta de diferentes paisagens, quando os movimentos e os cheiros que exalam dos objetos manuseados, o modo de se comunicar nos ambientes, gerando diversos sons; se assentam na memória do caminhante, também, de diversos modos e se modificam de acordo com as mudanças desses mesmos aspectos.

É possível resgatar muitos exemplos ao longo da própria rua concernentes à constatação de Santos (1988). Mendonça (1975) ofereceu um cenário profícuo para essa análise quando, em seu roteiro histórico, observou a dinâmica no Largo da Cruz das Almas, atual Praça Ipiranga, com o mercado de peixes que movimentava o Centro da cidade. Esse trecho comportou outras

⁵⁶ Tem-se como ponto norteador o entendimento de paisagem dado pela arquiteta Miranda Magnoli (2006), conforme referenciado na introdução dessa pesquisa. Neste momento, a visão do geógrafo é complementar aos estudos para propiciar um maior aprofundamento em questões formais.

atividades que não mais traziam a memória olfativa do peixe fresco e do movimento que o comércio gerava no largo. Com o passar do tempo e das atividades desenvolvidas, essa movimentação também já era outra. Visualiza-se um caso expressivo no contexto atual, como o que ocorre na parte inicial da Rua 13 de Junho. No calçadão da Galdino Pimentel – já no perímetro tombado – alinhado com a rua, é marcante o comércio de ambulantes e bancas que comercializam variados produtos. A possibilidade do caminhar lento e despreocupado que o referido calçadão oferece também possibilita uma maior apreensão de seu entorno, as cores e formas dos edifícios e de como essas bancas se organizam. É inevitável não marcar esse trecho do Centro pelo cheiro do pequi e do churros que ali é vendido.

A constante mudança das funções sobre as formas manifesta a dinamicidade do espaço. Acompanhar essas transições é desafiadora, sobretudo, no que compreende a noção dos aspectos morfológicos, já que nem todas essas novas funções dialogam com as formas antigas (Sousa; Caixeta; Ribeiro, 2024, p.07). Nesse sentido, a compreensão sobre o processo de construção histórica que deu origem e importância à rua tem suas bases, a princípio, na caracterização morfológica, fator que, talvez, possa oferecer maiores respostas do que uma análise da paisagem em si, a qual já envolveria a influência de outros fenômenos. Ao pensar o processo de conformação do recorte, a atenção se volta para sua matéria associada à diversidade de sentidos que Santos (1988) elencou ao tratar de outros elementos que também compõem a apreensão da paisagem (cores, sons, odores). Isto é, a paisagem oferece suporte para adentrar na questão das formas espaciais das quais Kohlsdorf (1996) já abarca uma análise técnica.

Para além desta análise, Santos (1996) ainda observa que são os movimentos da sociedade que atribuem novas funções às formas geográficas, transformando-as e modificando a própria organização espacial. Isso significa que, ainda que a matéria torne o cerne da questão, é importante perceber que a sociedade não age exclusivamente sobre a materialidade, sua ação não se realiza puramente como realidade física, mas como realidade social e é neste ponto que entra a questão da qualificação e a atribuição de novo valor aos objetos. Essa força do movimento que o autor enfatiza possibilita que as formas urbanas se tornem “formas-conteúdo” e, assim, parte da evolução do espaço. Logo, a dialética do autor se faz entre sociedade e espaço, não entre sociedade e paisagem (Santos, 1996, p.69-71).

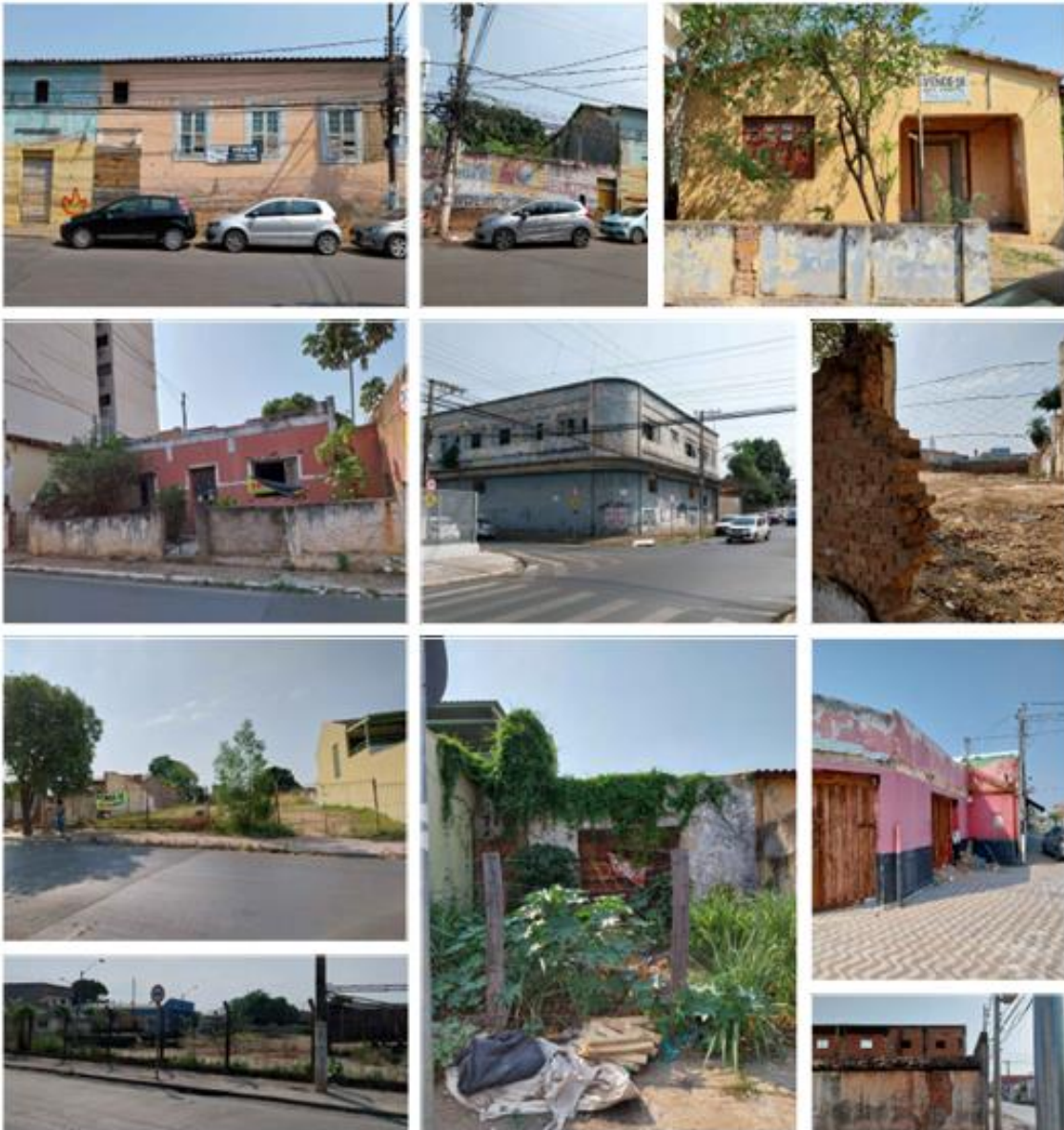
Essa reflexão ainda toma profundidade ao pensar esse movimento transformador também no que diz respeito às relações de trabalho. Atividades que não são mais realizadas, isto é, o “trabalho morto” como refere Santos (1996) ainda exercem influência sobre o presente e sobre o “trabalho vivo” por meio do ambiente construído. Pensar os movimentos sociais, a matéria, o modo como atividades já findadas ainda se fazem presentes e, possivelmente, até conduzem os trabalhos atuais, de modo a dar condições para novas etapas, permitem vislumbrar nas formas – mormente aquelas que não apresentam, de imediato, uma função clara – sua

significação e sentido de existir como tal. Esse pensamento delinea a ideia – e a identificação – de “rugosidades”.

O que na paisagem atual, representa um tempo do passado, nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento. Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho (Santos, 1996, p.92).

A partir do enfoque dado às condições atuais das formas passadas que já não comportam mais a mesma função da qual teve em sua origem, observa-se que a expressiva quantidade de lotes isolados e/ou contíguos identificados como terrenos baldios, além da ruína de antigos edifícios, são manifestações dessa rugosidade (Figura 42). O que é chamado de área subutilizada também é, antes de tudo, produto de uma construção de seu entorno e que evidencia o descompasso com a dinâmica presente. Tal leitura adquire maior profundidade para a arquitetura na percepção dos impactos espaciais, os quais resultam na (des)valorização da área em questão, ainda que, à luz da geografia, importe mais a identificação dos fenômenos propriamente ditos.

Figura 42 – Seleção de elementos identificados como casos de rugosidades ao longo da via.



Fonte: acervo pessoal, 2023.

A presente seleção reúne algumas características, dentre as quais aparecem repetições, como é o caso do casarão e de outros que possivelmente foram residências, ambos à venda. Por outro lado, existem edifícios em diferentes níveis de conservação, aqueles que apresentam uma maior deterioração, transmitem condições de abandono, com vidraças quebradas, telhados com partes faltantes, além do mato que cresce entre as rachaduras e a quantidade de lixo depositado no local, aspectos que sugerem o tempo em que o edifício se encontra nessa condição e como sua situação desperta hábitos reprováveis.

Os lotes não edificados também marcam essa rugosidade, entre terrenos murados e outros apenas cercados, têm um ponto de encontro: o desconforto que desperta no trajeto a pé e em determinados horários do dia. Todavia, essas manifestações mostram que “as rugosidades, vistas individualmente ou nos seus padrões, revelam combinações que eram as únicas possíveis

em um tempo e lugar dados” (Santos, 1996, p.92), pensamento que evidencia, por exemplo, a influência da especulação imobiliária na área para condicionar a permanência de imóveis em estados como observado. As formas, pois, exercem o compromisso de documentar que em determinado momento, para a sociedade da época, fez sentido manter um terreno apenas como lote não edificado ou um edifício sem que nele fosse exercida alguma função, cumprindo apenas como reserva de valor.

Diante disso, “o meio ambiente construído constitui um patrimônio que não se pode deixar de levar em conta, já que tem um papel na localização dos eventos atuais” (Santos, 1996, p.92). Logo, a forma, seja isolada ou em conjuntos, ao mesmo tempo em que apresenta indícios sobre a lógica de construção e a população a que lhe deu origem, em sua estrutura, ainda que limitada, pode assumir novas funções. Esse processo imprime um acúmulo do movimento da sociedade sobre a matéria.

Corroborando com esse raciocínio, Santos (1988) observa que o que se vê (na sua denominação de paisagem) tem origem a partir de acréscimos e/ou substituições ao longo do tempo e constata que os objetos revelam a lógica de produção do momento em que são feitos e de condições políticas, econômicas e de influências culturais. Logo, um conjunto de objetos têm “idades diferentes”, como produto de muitos e diversos momentos e que também respondem diferentemente às novas demandas, mas isso também define a cidade para o autor, como essa heterogeneidade de formas (Santos, 1988, p.23-24).

Com a noção de que os objetos têm idades, quando ocorre a falta de identificação da sua datação aparece um incômodo e algumas indagações. A paisagem não é indiferenciada de um ponto de vista histórico, mas existem alguns casos em que o nosso alcance está no reconhecimento da história dos objetos presentes, sem de fato compreender a história da cidade, os traços do passado e uma diferença de ritmo (Santos, 1988, p.24). Essas identificações seriam cruciais para a manutenção da leitura da Rua 13 de Junho como esse caminho entre tombamentos e porção que, na sua qualidade formal, indicaria traços dessa continuidade histórica de modo mais esclarecido e que possibilitaria entender um pouco mais sobre o processo da formação da cidade.

A paisagem como esse acúmulo de tempos apresenta mudanças de natureza estrutural e funcional. Tal percepção na geografia de Santos (1988) se define ao observar que o movimento funcional da sociedade cria também paisagens funcionalmente distintas a depender do horário do dia, do dia da semana, da época do ano e assim sucessivamente, ainda que se trate do mesmo lugar. O modo de apropriação dos logradouros, das praças e da rua muda em intervalos de tempo e também sob as condições da divisão territorial do trabalho. No contexto contemporâneo a rua estudada apresenta uma caracterização comercial que marca principalmente as primeiras quadras próximas à Praça da República e do limite do perímetro de

tombamento federal. Durante a semana a circulação de pessoas e o volume de veículos estacionados tornam o referido trecho sufocado por uma demanda que visivelmente não tem capacidade estrutural para receber (Figuras 43 e 44). Caso a mesma porção seja observada aos finais de semana, por exemplo, praticamente nenhuma atividade movimenta a via, com exceção de poucos usuários que a utiliza como percurso em atividades físicas (Figura 45). De todo modo, esse constitui um primeiro conjunto da Rua 13 de Junho capaz de formar uma unidade, diferenciando-se e fragmentando-se do restante do caminho que tem mudanças funcionais e formais.

Figura 43 – Conjunto comercial na porção inicial da Rua 13 de Junho, próximo à Praça da República. A planta guia, ao lado, demarca a sua posição em relação à porção em que esse padrão é identificado.



Fonte: acervo pessoal, 2023.

Figura 44 – Entre as lojas e o comércio de ambulantes na calçada, é notório um grande movimento que caracteriza a porção inicial da Rua 13 de Junho, conforme a planta guia.



Fonte: acervo pessoal, 2023.

Figura 45 – Porção inicial da Rua 13 de Junho no final de semana, que demonstra o aspecto da via com as lojas fechadas. Quadras predominantemente comerciais, conforme a planta guia.



Fonte: acervo pessoal, 2021.

É, então, a partir da forma que acontecem as modificações de ordem estrutural. Esse fenômeno engloba várias partes da rua, mas é essencialmente expressivo no entorno da Praça da República, com o exemplo da igreja Matriz e da Praça Alencastro ao observar o caso do Palácio de mesmo nome. Como exposto na parte inicial dessa pesquisa, as demolições em prol de novas construções representam um período de profundas transformações na área, já que envolvem a ruptura de uma estrutura preservada até então. Nessa perspectiva, a alteração da linguagem arquitetônica no edifício de importância religiosa, assim como a ousadia de gabarito que muda as proporções do palácio do governo, abrem margem para outras obras que deixam de embasar-se nos padrões construtivos de outrora. O fato de tal movimento ter sido iniciado por meio da renovação de edifícios que representam a base da estrutura da cidade, possivelmente encorajou o aceleração de outras mudanças, principalmente na área envolvente. A Rua 13 de Junho, por ter sua parte inicial próxima a essas praças, em potencial, pode receber os influxos desse processo que marca o movimento da sociedade no período, como Santos (1988) já salientou em seu trabalho.

Para além dos exemplos retomados, cabe avançar para um segundo trecho da rua – aproximadamente o meio dela – onde apresenta uma caracterização que não é mais aquela que compõe sua parte inicial. Essa porção já revela uma maior diversificação dos padrões construtivos, mormente da mudança da relação do edifício com o lote urbano, quando aparecem implantações centralizadas no terreno, seja em lotes de esquina (Figura 46) ou no meio de quadra (Figura 47), além da variação de altura dos edifícios e do uso misto que já é destinado a estes (Figura 49). Logo, observa-se a ocorrência de mutações tanto de natureza funcional, com

a diversificação das atividades, capaz de provocar a identificação de uma outra ambiência, como também de natureza formal pelas razões físicas já elencadas.

Figura 46 – Hospital Geral, localizado na esquina da Rua 13 de Junho com a Rua Ten. Thogo da Silva Pereira. A planta guia, ao lado, demarca a sua posição em relação à porção em que esse padrão é identificado.



Fonte: acervo pessoal, 2023.

Figura 47 – Hemocentro localizado ao longo da Rua 13 de Junho, conforme a planta guia.



Fonte: acervo pessoal, 2023.

Curiosamente o acréscimo no número de pavimentos não apenas marca a descontinuidade da leitura de conjunto ou de um volume uniforme, mas também indica que, supostamente, a área apresenta uma demanda de pessoas e de atividades que justifique a

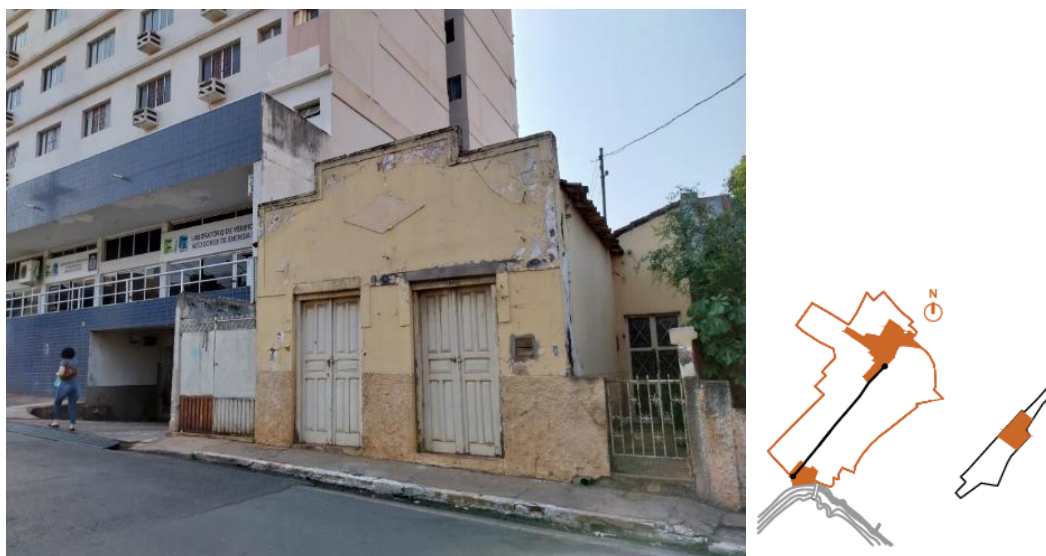
ampliação de espaço, ainda que a IN/94 evidencie que a área não tem condições físicas/estruturais para comportar tais mudanças. Essa reflexão está embasada na possibilidade do novo e de novas construções, mas as “alterações de velhas formas para adequação às novas funções são também uma mudança estrutural” (Santos, 1988, p.25). Condições que mostram essas mutações, de modo contundente, são expressas pelo volume de terrenos/ruínas sendo utilizados para a prática de estacionamento rotativo ao longo da via, como resultado de uma pressão por outras áreas exclusivas para estacionar (Figura 48), o que reforça a valorização da cultura do automóvel, ainda que sua presença alarmante se mostre de modo degradante para a qualidade formal da rua.

Figura 48 – Estacionamento rotativo, condição que se repete ao longo de quase toda a via. O caso exposto localiza-se na porção de uso misto da Rua 13 de Junho, conforme a planta guia.



Fonte: acervo pessoal, 2023.

Figura 49 – Conjunto misto ao longo da Rua 13 de Junho, conforme a planta guia.

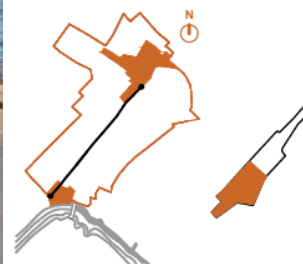
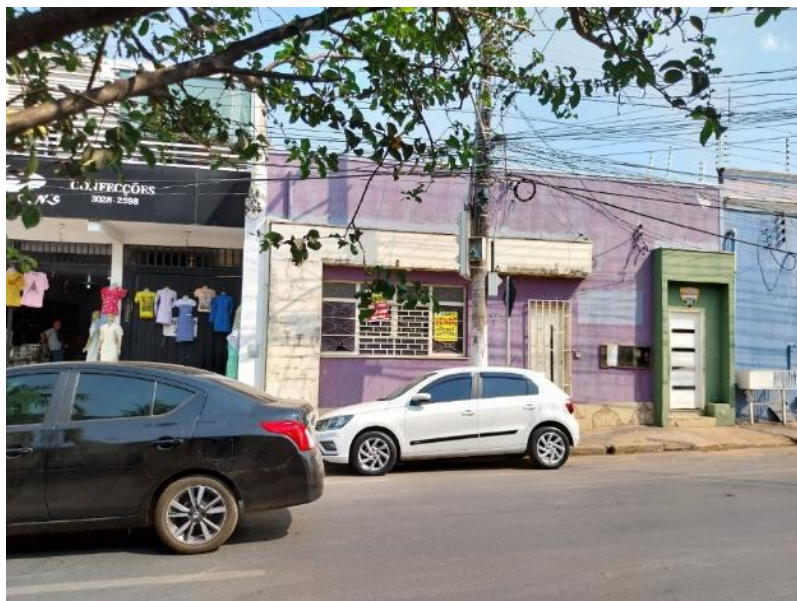


Fonte: acervo pessoal, 2023.

A adequação forçada de novas funções em velhas formas, além de caracterizar uma mudança estrutural, também pode implicar no seu envelhecimento. Essa obsolescência se manifesta tanto do ponto de vista físico quanto social. Identificar o modo como se dá o processo de desgaste físico da forma é bem mais previsível, pois está associado à durabilidade dos materiais. A mudança de preferências já condiciona a alteração do modo de utilizar os espaços, de habitar, a adequação de novos hábitos e o acompanhamento de novas tendências, caracterizadas como ocorrências que fogem de uma previsão e é bem menos controlável, pois varia ainda de acordo com o cenário político, econômico e cultural. Aqui observa-se um envelhecimento social e moral dessas formas. Todas essas transformações também têm proporções, desde pequenas reformas na planta da casa, até alterações da própria dinâmica da sociedade. Casarões que em outros tempos abrigavam famílias de alto poder aquisitivo, ao longo do tempo e, com a expansão da malha urbana junto ao surgimento de outras maneiras de se relacionar com a cidade, recebem uma mudança radical de seu uso, quando, porventura, transformam-se em cortiços, fenômeno muito comum em grandes centros (Santos, 1988).

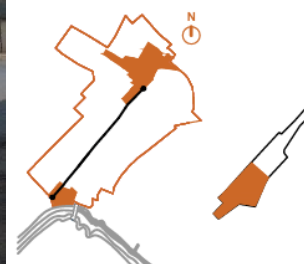
A parte final da Rua 13 de Junho, próxima à área portuária, compõe um último conjunto peculiar e que difere das demais quadras observadas anteriormente. Neste trecho ainda é possível identificar alguma permanência da função residencial e do padrão das velhas construções (Figura 51), quando os edifícios ainda formavam longos conjuntos de fachadas alinhadas ao calçamento, sem recuos laterais e com a manutenção do ritmo entre cheios e vazios, composto pelo modelo de aberturas. Esses aspectos, ainda que causem pregnância e facilite a identificação de conjunto homogêneo, já evidenciam diversos traços de envelhecimento físico – pelo que é aparente – na sua forma, pela falta de manutenção, degradação dos materiais e pelo emprego de outros usos que não são compatíveis com sua estrutura original. Ao ver com maior profundidade, também ocorre um envelhecimento moral – pela ausência – diante da quantidade diminuta de residentes que ainda permanecem. Outros edifícios (antecedentes às quadras predominantemente residencial, no sentido Centro-Porto) que ainda poderiam somar-se a esse conjunto (muito mais pelo alinhamento da fachada à via pública), no contexto atual, já comportam outras atividades e apresentam alterações físicas para sua adequação, como é o caso da mudança no padrão de abertura (Figura 50).

Figura 50 – Trecho que apresenta uso misto, localizado entre o Sesc e as quadras finais da Rua 13 de Junho. A planta guia, ao lado, demarca a sua posição em relação à porção em que esse padrão é identificado.



Fonte: acervo pessoal, 2023.

Figura 51 – Conjunto residencial na Rua 13 de Junhos, próximo à área portuária, conforme a planta guia.



Fonte: acervo pessoal, 2023.

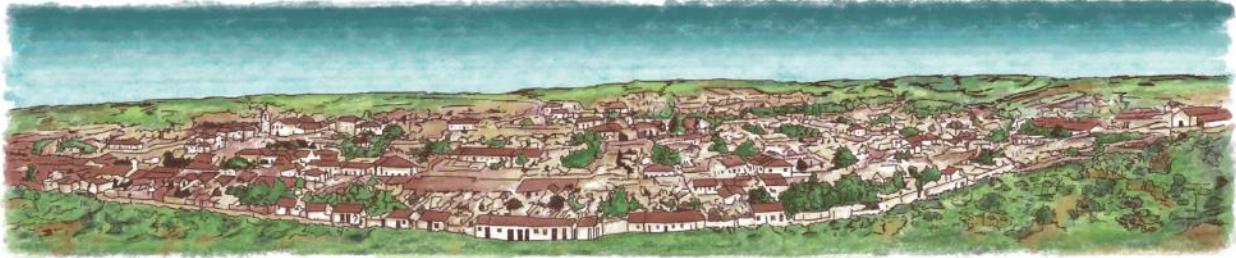


capítulo 3

Considerações sobre os aspectos que qualificam a rua:
da função articuladora ao valor histórico

3.1 A forma da rua e sua dimensão simbólica

Figura 52 – Representação panorâmica de Cuiabá em 1790.



Fonte: Ilustração da autora a partir da releitura de imagem adquirida em Reis Filho (2000).

A qualificação do objeto em questão adquire uma maior dimensão à medida que são considerados atributos tanto positivos quanto negativos. A função conectora, a qual, no passado, foi reafirmada pela materialização da linha de bonde, hoje não constitui mais um fator para assegurar tal papel. Logo, o valor histórico e, sobretudo, de documentação envolve outras reflexões e elementos que indiquem o sentido do processo histórico. Assim como foi explanado no capítulo anterior os aspectos que marcam as fragmentações e inflexões na materialidade remanescente, também vislumbramos uma preocupação sobre sua dimensão simbólica.

A ilustração acima (Figura 52) se trata de uma representação perspectivada da cidade, possivelmente com o intuito de demonstrar o sentido de crescimento urbano a partir do aglomerado de origem. Semelhante à perspectiva “voo de pássaro”, técnica de representação cartográfica característica do Renascimento, essa visão da cidade é produto de intenções controladas sobre os limites que se pretendia mostrar (assim como pelos recursos disponíveis). Praticamente não é possível identificar o esquema do traçado das ruas e sua relação com a arquitetura. Tal representação adquire então, uma expressão quase simbólica da visão que se fez do núcleo, muito próximo de uma noção de paisagem como aquilo que a vista alcança (a partir de uma posição)⁵⁷. Mas, se pararmos para pensar e questionar essa significação em uma escala maior e que deixe escrachado a esfera do cotidiano, da rua?

Para tratar a dimensão simbólica da Rua 13 de Junho é essencial destrinchar a noção de valor, ou indagar o que é valorado e o porquê. Ferreira e Hirata (2019) observam que o nome oficial dado ao Centro Histórico pelo Iphan abre margem para questionamentos, já que essa área enquanto Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico não apresenta, historicamente, aceitação e fácil reconhecimento. Tal impasse já foi visto desde as impugnações realizadas

⁵⁷ Reflexão compartilhada pelo artigo “A rua em fragmentos: sobreposições temporais como narrativas históricas especializadas em Cuiabá (MT) Brasil” elaborado pela autora no âmbito da pesquisa de mestrado em 2024.

durante o processo de tombamento, quando a preservação a partir do que documenta gerou contestações variadas. Reconhece-se que muitas delas foram fruto mais de interesses econômicos e/ou de heranças, pela propriedade dos imóveis, do que pela ciência da significação da área como um todo e do edifício inserido no conjunto. Logo, esse cenário implica a questão do valor que é atribuído a esse Centro,

[...] pois a relação dos significados presentes nessa denominação acolhe entendimentos divergentes, que podem gerar relações conflituosas e formas de atuação relacionadas à preservação não compreendidas (Ferreira; Hirata, 2019, p.150).

Ao partir da preocupação sobre os fatores envolventes com o nome que é dado ao lugar, as autoras realizam avaliações, as quais atribuem às relações sociais locais tal entendimento. A cotidianidade exerce forte influência para a identificação/nomeação de lugares, pois parte do que é vivenciado neles. Assim, a definição do conjunto ganha um peso relevante e trata-se da capacidade de a comunidade também atribuir nome e significação (arquitetônica, urbanística e paisagística).

A visão do centro da cidade como um conjunto arquitetônico foi expressa pela primeira vez pela arquiteta Rachel Rezende, no ano de 1979, quando na sua vinda à cidade apresentou suas considerações sobre a “Preservação da Memória Cuiabana”, através de um artigo publicado no Diário de Cuiabá, o qual enfatizava a importância de preservação da memória cuiabana, pois, segundo ela, a memória se expressava nos bens patrimoniais existentes no Centro Histórico de Cuiabá, denominados de “Patrimônio Arquitetônico”. E, também, fez alusão ao Centro de Cuiabá como um “patrimônio em um sentido amplo, não se tratando apenas de imóveis isolados” (Brandão, 1993, p. 105 *apud* Ferreira; Hirata, 2019, p.151).

Existem dois pontos fundamentais nessa passagem, o primeiro deles permeia a questão da memória cuiabana, vertente que apresenta uma profundidade ao pensar o valor desse Centro, bem como o encaminhamento histórico da sua preservação e das transformações que ocorreram na área ainda antes do tombamento. O segundo ponto abrange o entendimento do valor de patrimônio do Centro de Cuiabá que ultrapassa a identificação de imóveis isolados, já fundamentado sob a teoria de Gustavo Giovannoni, agora, sob a perspectiva do objeto. Rezzieri (2019, p.272) faz observações sobre o mesmo contexto – temporal e espacial – de que a arquiteta Rachel Rezende expressa em sua visita à cidade, quando contrapõe a atmosfera comemorativa e enobrecida das intervenções e transformações de rupturas que ainda repercutiam por volta da década de 1970 com o incômodo gerado nas décadas seguintes, principalmente, pela intelectualidade cuiabana, diante do abandono do Centro, cujo crescimento implicava o desaparecimento da própria essência.

A ameaça da perda de identidade e dessa memória cuiabana de que a autora lamenta encontra raízes no próprio processo de mudanças na cidade, como já abordado para a contextualização de sua modernização, uma vez que a simplicidade da vida cabocla expressa nos fatos corriqueiros, pelo ideal de progresso, era vista como atraso e algo a ser superado. Isso colocava os cuiabanos numa condição de inferioridade em relação aos imigrantes que chegavam para ficar. Não era essa imagem/cartão postal que a Cuiabá, em desenvolvimento, queria passar para o restante da nação, já que, por sua condição geográfica, caracterizava na época uma espécie de encruzilhada para o caminho de interiorização do país.

Em outras palavras, a estratégia política devorou as práticas populares, selecionando, conservando e educando o olhar da população para certos objetos e bens considerados representativos, ao passo em que a difusão desses símbolos fomentava a fabricação de sentidos, vivências e valores que engendraram a criação de uma memória coletiva (Rezzieri, 2019, p.280).

A memória coletiva moldada sob esse engenhoso processo de crescimento da cidade, de certo modo, expressa o que poderia se esperar dali em diante. A percepção do Centro nessa condição de abandono coloca em evidência parte do fenômeno que é observado nessa pesquisa. Ora, se a Rua 13 de Junho, na sua forma atual, é difícil ser apreendida como um percurso contínuo que carrega a função e a significação de conector dos polos fundantes, algo ocorreu no meio do caminho. É certo que existe uma falta de identificação de uma arquitetura dita “excepcional” ao longo do conjunto de quadras da via, que poderiam provocar maior atenção e interesse sobre essa parte da cidade. Afinal, é isso que os imponentes edifícios isolados sempre tiveram o poder de realizar, garantir um maior foco para determinado trecho. Na rua não há registros, a não ser pelo edifício do Antigo Real Trem de Guerra já abordado anteriormente. No geral, o que se vê são conjuntos formados por uma “arquitetura menor”, mas não menos importante para explorar e entender a função de articulação e o valor histórico (talvez não mais aparente) da antiga Bella do Juiz.

Devido à ausência de edifícios grandiosos o suficiente para ganhar as páginas do referencial teórico que faz o registro da Cuiabá antiga, cabe destacar os marcos visuais ainda existentes (e porque não, os perdidos) que contribuem para a identificação do caminho. Como foi o caso do Hotel Centro América antes de sua demolição, implantado na parte inicial da via, que marcava a localização da rua nessa centralidade até a década de 1990. Qual o grau de responsabilidade que todas as mudanças registradas têm para a forma presente do objeto? A essa altura da investigação já não se pode negar que as transformações, principalmente aquelas de ruptura, atuaram para a perda de referenciais urbanos importantes no Centro e que, ainda que indiretamente, os seus influxos também recaíram sobre a rua. A sua forma fragmentada é o pontapé para desatar esses nós.

No capítulo 2.2 (Permanências como testemunho histórico), o levantamento dos trechos que concentram condições próprias e que também marcam essa fragmentação ao longo da via foi avaliado a partir da relação entre forma e função. Essa observação permite explicar de que modo os três trechos (de concentração comercial, de uso misto e uma reminiscência de residências) confabulam para entender implicações na sua identificação como caminho histórico e de singularidade por estar entre tombamentos. A Rua 13 de Junho envolve três setores de entorno, dentre os dez definidos pela IN/94, o Setor República (alcança uma quadra da rua) onde situa a praça de mesma nomenclatura e a Matriz, o setor que leva o nome da via (abarca a quadra seguinte) e o Setor Ipiranga na sequência, que corresponde à área onde localiza a praça homônima. Pensa-se que, se para a focalização em aspectos formais ficou evidente outras camadas históricas e suas rugosidades, também a demarcação e o trato dos referidos setores, com atenção para a caracterização e significação das praças nesse caminho, têm o potencial de apresentar nuances complementares.

Os logradouros são decisivos para a formação do tecido urbano e delimitação dos espaços livres de uso público, como já destacou Manuel C. Teixeira (2004). Ao pensar esse espaço comum para o percurso e apreensão da via, o ambiente de uma praça marca a transição entre as quadras e pode contribuir para que elas não sejam muito alongadas. Ao tratar da Praça Ipiranga que leva o nome do setor, existem duas travessas: a Travessa Des. Lôbo entre a praça e o edifício do Ganha Tempo e ao fundo deste, a Travessa Coronel Poupino permitindo maior conexão com a via paralela (Figura 53). Há outras travessas ao longo da Rua 13 de Junho, as quais também oferecem acesso à Avenida da Prainha. De todo modo, acredita-se que esses pontos conectores são essenciais para a dinâmica da rua e sua visibilidade. Resta saber o que esse fator reforça: apenas um acesso, a partir do qual oferece um campo visual para a Rua 13 de Junho ou se ainda é possível ver nesse traçado um potencial na (re)valorização desse caminho, embora não mais com a mesma evidência que teve no período em que funcionou a linha de bonde, por exemplo. O meio de transporte, por exigir certa linearidade, deixava claro o eixo Centro-Porto por meio da rua.

Figura 53 – Setores de entorno que abrangem parcialmente a Rua 13 de Junho, a qual possui saídas para a via paralela por meio das travessas apresentadas.



Fonte: Google Earth com edição da autora, 2024.

A defesa sobre a importância histórica desse caminho não abraça um discurso pró-tombamento ou a favor da ampliação do perímetro já tombado. A parte inicial da via recebe proteção normatizada pelo Iphan para área de entorno, ainda que todo o restante de sua extensão (para além dos três setores citados) se caracterize como uma rua comum. O tombamento em si também apresenta seus limites, Reis (2011, p.120) coloca em cheque as condicionantes para a adesão desse instrumento, quando reflete se a razão de tomar uma área se justificaria pela sua antiguidade com a finalidade direta de evitar o adensamento com verticalização e/ou estaria atrelado a algum outro critério de valor. Essa ponderação nos leva a considerar que a intenção de barrar a elevação do gabarito não deveria ser a principal ou a única motivação para guiar um processo administrativo de proteção, uma vez que o sítio deve ser lido de modo mais profundo.

Possivelmente a provocação desse debate para pensar a presente investigação e sua proteção, encontra uma resposta no extenso processo que levou o tombamento federal do Centro, o que trouxe o entendimento da capacidade que a área tem de documentar a evolução

urbana como valor e potencial de patrimônio, além de uma compreensão, por meio dos estudos técnicos, de que os setores de entorno exerceriam funções claras para a manutenção da ambiência. Estruturalmente, foi visto que o Setor 13 de Junho não apresenta capacidade de crescimento vertical, a manutenção de proporções, escala e da sua forma é essencial para apreender a rua na atualidade e que, junto à historicidade que carrega (muito pela condição geográfica), exerce uma relação presente com o Centro ao indicar o quão vivo é o patrimônio e todo o restante desse caminho em sua dinâmica própria, inserida no contexto urbanístico.

Dentro dessa discussão, Gomes (2011, p.131) apresenta uma leitura do início do século XX quando cita Patrik Geddes e Marcel Poëte, cada um a seu modo, como o próprio autor salienta, mas concordantes que “sem um balizamento histórico, não existe conhecimento possível sobre a cidade do presente e sobre seus problemas e desafios para o enfrentamento do futuro”. Essa ideia para o autor, não se trata exclusivamente de uma perspectiva formal, mas metodológica. Acredita-se que isso pode ser melhor esclarecido quando, mais a diante, Gomes (2011) faz uma reflexão crítica ao relembrar o perfil do Iphan nos seus primeiros anos, quando perdeu a oportunidade de incorporar à sua política e práticas a questão da cidade antiga enquanto objeto de preservação inserido em sua dimensão urbanística, o que poderia ser seguido com o exemplo de Ouro Preto, que antecedeu a criação do órgão. Essa referência, ainda que excepcional, não foi acatada para estudos de novos casos durante algum tempo.

Entende-se que, assim como Reis (2011, p.117-118) já ponderou, o caráter de ater à preservação de obras isoladas pela sua excepcionalidade – questão amplamente debatida neste trabalho – fez sentido para um país que ainda era predominantemente rural e que por isso não havia uma ameaça evidente ao patrimônio. Obviamente que com as mudanças e a realidade da escala crescente de intervenções nas cidades, como o próprio processo de modernização de Cuiabá a partir da segunda metade do século XX, esse discurso não poderia ser mais o mesmo. Somado a essa transformação no contexto urbano, que apresentou um ritmo/dinâmica própria em cada cidade, a estruturação recente do Iphan e os posteriores protocolos internacionais de preservação, como a Carta de Veneza (1964), redigida quase trinta anos após a criação do Instituto, são indícios de uma ampliação gradual da política de tombamento. Talvez pelo tempo que levou a compreensão do sítio urbano como patrimônio, outras cidades brasileiras, inclusive Cuiabá, não tenham absorvido da experiência de Ouro Preto estratégia semelhante de tratamento de seus centros antigos naquele momento, uma vez que a cidade mineira é essencialmente excepcional como patrimônio.

Logo, a necessidade de pensar a totalidade do espaço urbano em vez de limitar-se a conjuntos “em que a tessitura histórica teria maior ‘densidade’” não configura um ineditismo como Gomes (2011, p.140) já admite e é fato. Giovanonni é uma referência disseminada no início do século XX, ao defender a relevância para a vida presente em estabelecer um diálogo entre todo

fragmento urbano antigo ao planejamento de cidade. E isso abre margens para pensar também a Rua 13 de Junho de modo integrado – com atenção às suas limitações estruturais já expostas em estudos técnicos e normatizadas pela IN/94 – e, finalmente, refletir o seu potencial de alcance de modo a assegurar a integridade do caminho como um todo para além das demarcações de entorno estudadas. Mas esse é um raciocínio complexo, uma vez que Gomes (2011) identifica uma inconsistência e, até mesmo, uma fragilidade no discurso da preservação na totalidade, visto a dinâmica atual (como a voracidade do mercado, as privatizações do espaço urbano, os enclaves murados ou condomínios fechados que não mais se reduzem a artigos de luxo, mas que passam a incorporar a um modo de (não) relação com a cidade) e propõe a necessidade de pensar na preservação de “uma certa ideia de cidade”. É uma outra desconstrução.

Ao verificar as transformações de funções em comparação aos aspectos formais reminiscentes, na Rua 13 de Junho, é observada uma desarmonia entre uso e forma, resultante de uma condição forçada de (não) relação com essa parte da cidade, dada a evasão de antigos moradores, de serviços transferidos para outras centralidades (são exemplos dessa não-relação), como também de edifícios adaptados de modo forçado para o desenvolvimento de alguma atividade. De qualquer forma, pensar o modo de se relacionar no espaço urbano constitui um tema que envolve um fenômeno muito maior e complexo, com questões econômicas, sociais e políticas que moldam, muitas vezes, a partir de um caráter impositivo, onde parcelas da população reside e/ou consegue acessar e, conseqüentemente a formação de um padrão de apropriação e (não) pertencimento.

Para esse momento, no entanto, cabe se ater à materialidade do Centro no interior desse processo. Há um estoque expressivo de imóveis e de lotes não edificadas, inclusive na Rua 13 de Junho, que não apresenta uma função social clara, como foi levantado no segundo capítulo dessa dissertação. Mas o que isso impacta para a ideia do Centro hoje? O que esse esvaziamento do uso habitacional provoca na percepção e memória da população? Há influência do modo como as pessoas buscam utilizar o espaço? A predominância de uma atividade comercial, como resultado da avaliação que o Setor 13 de Junho recebeu da IN/94, assegura a essência da rua em sua origem ou essas áreas vazias, assim como a mudança de moradia para outros bairros, registram a perda de uma vivência de outra natureza não mais conhecida? São questões que possivelmente se finalizam ainda como interrogações, mas que não assinalam a desistência do interesse histórico e documental da rua a partir das camadas temporais já identificadas.

Com essa avaliação, pensar sobre a função articuladora que, em outros tempos, esteve mais latente sobre o caminho, também nos coloca diante do debate da sua significação histórica ainda hoje. É a partir desse viés que surgem todas essas indagações, já que, para além do conhecimento histórico da área, o qual requer uma pesquisa/explicação prévia para entendê-la,

também incorpora elementos físicos/materiais para apreendê-la como histórica. É central nesta etapa da investigação pensar a sua significação com o respaldo da pesquisa histórica (expressa no primeiro capítulo), seu aporte legal de proteção e políticas envolvidas associada a seus impactos práticos sobre a forma (segundo capítulo), para então, entender o seu significado real, com o conhecimento de quais memórias e bem patrimonial é colocado em debate.

Assim, o foco dado à sua forma é basilar para trilhar, ao menos parcialmente, as questões levantadas. Os aspectos referentes à mudança de função, às áreas subutilizadas, suas rugosidades e o incômodo gerado a partir da leitura de fragmentos, além de colocar em cheque a necessidade de realizar uma leitura histórica (que não pode mais se ater a uma linearidade, dada a evidente influência dos momentos de inflexão, também históricos e partes ativas desse processo de construção), revela que a significação, ao longo do tempo, envolve todas as manifestações sobre a área e isso tem relação direta com os momentos de maior ou menor conservação.

Sabe-se que não é da nossa tradição o ideário da conservação preventiva para evitar intervenções reparadoras de danos, os quais muitas vezes são irreversíveis, como foi o caso de muitos casarões que desabaram mesmo dentro do perímetro tombado. O Manual de Conservação Preventiva para Edificações (2000), como parte de um material elaborado pelo Iphan para orientar o trato do edifício antigo, apresenta pontuações necessárias para a rotina de inspeção, diagnóstico de pequenos problemas, o conhecimento de materiais, do sistema construtivo e procedimentos básicos de limpeza e de pequenos reparos que, executados periodicamente, fazem parte de uma gama de intervenções que podem evitar a urgência/necessidade da restauração, a qual em teoria, deveria ser de caráter excepcional.

De todo modo, para que se efetivem medidas básicas como essas, é essencial conhecer o bem e de qual período é correspondente, por meio de suas características isoladas (estética do edifício em si), mas também de sua inserção no conjunto. Se para a parte tombada essa avaliação já é complexa, as continuidades e discontinuidades que envolvem a leitura desse entorno oferecem desafios ainda maiores, os quais são abordados na etapa final dessa pesquisa, com a exposição/levantamento das tendências descaracterizantes ao longo da Rua 13 de Junho que, partindo da escala do edifício (como expõe o referido manual) quando repetidas, impactam profundamente a ambiência do caminho.

3.2 Continuidades e discontinuidades: a dialética do entorno

O que as discontinuidades identificadas na Rua 13 de Junho comunicam, afinal? Ciente de que o recorte tratado está inserido em uma porção que um dia já constituiu a cidade como um todo, este recebe complexificações variadas e oferece elementos de estudo por si mesmo, dada a riqueza de camadas temporais. Assim é dada a pertinência da noção de “ambiência” para compreender essa rua, dialogada com questões elementares em comum reflexão com o conteúdo que compõe os protocolos internacionais. Na Recomendação de Nairobi (1976), esses bairros urbanos antigos são “conjuntos histórico ou tradicionais” cuja ambiência trata do “quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais” (Recomendação de Nairobi, 1976, p.03). Nessa perspectiva, há uma clara preocupação para que a visão dos conjuntos não se deteriore e perca sua integração com a vida cotidiana. Na reflexão em que foi destacada a importância das travessas como pontos conectores da via, de certo modo, tratou-se também de uma percepção de ambiência, ao pensar nos campos visuais que o caminhante pode ter a partir da rua, vislumbrando formas de favorecer sua visibilidade.

As medidas para salvaguardar a ambiência na dimensão jurídica e administrativa, na Recomendação de Nairobi (1976), estão enfatizadas pela articulação de leis de planejamento físico territorial atualizadas às que dispõem sobre a salvaguarda do patrimônio arquitetônico, cuidando para que freie altas especulativas no valor de imóveis em áreas protegidas, pois poderiam atropelar o interesse coletivo. Indo ao encontro desse raciocínio preventivo, é recomendada uma atenção à construção de habitações sociais com a possibilidade de serem concebidas de modo a contribuir com a própria política de salvaguarda, por meio da reabilitação de edifícios antigos (Recomendação de Nairobi, 1976, p.05-06). Vê-se a habitação como uma relação complementar e não meramente de ajuste.

Dado o estoque de áreas subutilizadas ao longo da própria via, a defesa por acesso à moradia digna no Centro (enquanto uma das vertentes possíveis para o trato da área antiga) não constitui um debate inédito ao se tratar de centros urbanos. Pelo contrário, significa uma ação que, se bem implantada, agiria sobre o fenômeno dessas localidades que não têm cumprido uma função social, as quais provocam, atualmente, essa sensação de fragmentos. Existe muito trabalho a ser feito para alcançar uma realidade que tome força, surtindo resultados práticos e elementares para a ambiência, diversificação e continuidade histórica do caminho.

Na sequência desse debate, as medidas de natureza técnica apuram uma série de elementos que, juntos, geram impactos visíveis na ambiência do lugar. Por essa razão a recomendação é enfática ao tratar os “dados urbanísticos, arquitetônicos, econômicos e sociais” para se pensar em planos de salvaguarda de um tecido urbano que, a princípio, possa “acolher

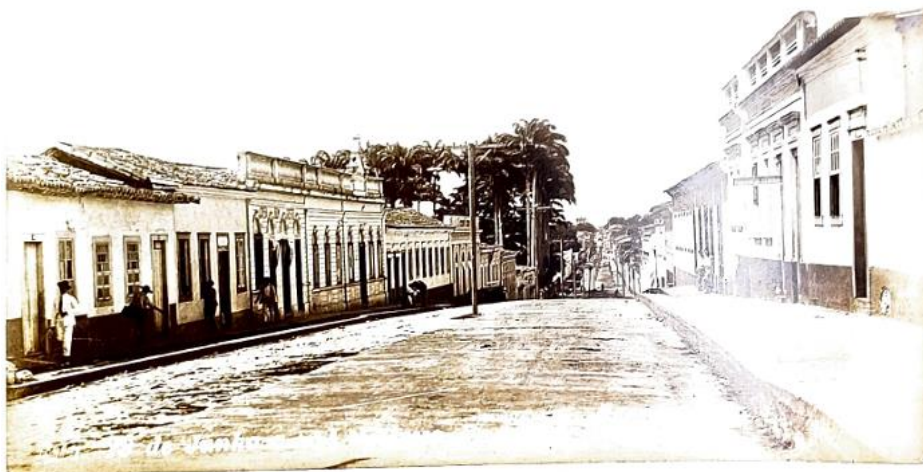
funções compatíveis com seu caráter específico” (Recomendação de Nairobi, 1976, p.08).

Assim:

Um cuidado especial deveria ser adotado na regulamentação e no controle das novas construções para assegurar que sua arquitetura se enquadre harmoniosamente nas estruturas espaciais e na ambiência dos conjuntos históricos. Para isso, uma análise do contexto urbano deveria preceder qualquer construção nova, não só para definir o caráter geral do conjunto, como para analisar suas dominantes: harmonia das alturas, cores, materiais e formas, elementos construtivos do agenciamento das fachadas e dos telhados, relações dos volumes construídos e dos espaços, assim como suas proporções médias e a implantação dos edifícios. Uma atenção especial deveria ser prestada à dimensão dos lotes, pois qualquer modificação poderia resultar em um efeito de massa, prejudicial à harmonia do conjunto (Recomendação de Nairobi, 1976, p.09).

Ao pensar essas dominantes associadas ao que apresenta a IN/94 para intervenções na área de entorno no Centro de Cuiabá e rebatê-las à leitura fragmentada feita a partir da análise morfológica da Rua 13 de Junho, cabe averiguar, ao menos fisicamente, o que contribui (ou não) para a harmonização da área. Outro ponto crucial está nesses efeitos de massa como a passagem aponta para as dimensões dos lotes. Reis Filho (1970) observa que mudanças expressivas no traçado levam mais tempo do que aquelas apreendidas por meio da arquitetura, justamente porque alterações vultuosas no lote urbano provocam todo um rearranjo estrutural. Na Rua 13 de Junho ainda é possível visualizar certo padrão na dimensão desses terrenos, salvo as variações de implantação, como já exposto anteriormente, possivelmente como resultado de intervenções ao longo do tempo. Desse modo, acredita-se que o aspecto da rua no período que antecedeu as obras modernizantes (década de 1950), ainda conseguia manter, por meio dessas dominantes, a leitura de unidade do caminho (Figura 54).

Figura 54 – Rua 13 de Junho na década de 1920.



Fonte: Freitas, Maria Auxiliadora de., 2011, p.136. Acervo: Ademar Poppi/C&C. Foto: Wessel.

No geral, ainda são perceptíveis as estreitas testadas em relação ao seu comprimento mais alongado, ainda que se perceba a existência de alguns lotes mais largos em relação a outros, sua profundidade ainda prevalece. Todavia, esses efeitos de massa de que trata a recomendação, para o caso do objeto em questão, são impulsionados por modificações de outra ordem, que não sejam propriamente no lote. Observa-se que a soma de todas aquelas dominantes elencadas (volume, cores, proporções dos edifícios) quando se apresentam desfiguradas, repetidamente em vários trechos da rua, têm o potencial de enfraquecer a leitura de continuidade que poderia se realizar. Essa leitura não visa um resgate do que já não existe, até porque tal finalidade seria utópica, mas antes de mais nada, vê-se esse enfraquecimento como um descompromisso com a própria ambiência.

Desse modo, ao pensar tais elementos associados à ambiência e ao uso que se tem dado a esse recorte do Centro, percebe-se que as intervenções identificadas ao longo do tempo no entorno do conjunto tombado também têm, na origem, influências diretas a partir da leitura que é feita da Instrução Normativa (IN/94). O estabelecimento de diretrizes que pontuam a taxa de ocupação máxima admissível para os setores de entorno equiparada à da área tombada, a obrigatoriedade do uso da telha de barro colonial, bem como a proporção das aberturas nas fachadas constituem parâmetros rasos de harmonização da área, os quais são justificados pela conservação da ambiência, conforme o 8º e o 9º artigo desse documento.

A problemática em torno das modificações na área de transição, no que concerne a tais atribuições, é reforçada por meio de intervenções que, no cumprimento da referência à tipologia colonial – evidenciada, principalmente, nos dois últimos critérios – provocam, forçadamente, um falseamento da idade do objeto, principalmente em trechos que se consolidaram de modo heterogêneo, compondo manifestações arquitetônicas de diferentes períodos. Sabe-se, no entanto, que a simples utilização de um material largamente empregado na arquitetura colonial ou a releitura do padrão de aberturas, sensibilizando-se ao ritmo e à relação entre cheios e vazios na composição de fachada, não atestam pastiche por si mesmos, desde que haja um trabalho especializado e comprometido com uma análise honesta sobre as características do espaço a intervir⁵⁸.

A falta de homogeneidade tipológica, identificada em determinados trechos, caracteriza o processo e o sentido da construção histórica da área central, o que também torna cada setor requerente de diretrizes adequadas às suas especificidades. O Setor 13 de Junho, por exemplo, apresenta padrões arquitetônicos que modificam a relação entre edifício e lote urbano e, como o uso residencial perdeu espaço para o comércio, atividade que qualifica a área, a arquitetura

⁵⁸ Essa preocupação pela referência distanciada de uma mera reprodução, pode ser notada desde os trabalhos dos modernistas no contexto da Semana de 1922 e alargada após 1930, quando a semelhança com a arquitetura colonial se assentaria muito mais por meio de elementos estruturais treliçados e os cobogós, anos depois, do que na aparência do edifício em si.

também sofreu modificações para adequar-se à nova função, o que, conseqüentemente, provocou mudanças no padrão de aberturas e na adição de elementos sobrepostos às fachadas. Com o intuito de conseguir grandes vãos para possibilitar a inserção de vitrines nos comércios, esses edifícios certamente sofreram intervenções grosseiras com comprometimento, muitas vezes, irreversíveis à sua qualidade formal. Logo, o apelo pela tipologia colonial das aberturas se torna irrelevante nesse caso, urgindo outras medidas mais adequadas a uma área originalmente heterogênea e que, junto a esse aspecto, também já passou por expressivas alterações.

Para além dessas nuances, vale destacar alguns edifícios isolados que carregam uma “excepcionalidade” como é o caso do antigo Real Trem de Guerra, atual SESC Arsenal de arquitetura neoclássica. A IN/94, no 10º artigo, faz recomendações para o trato de edificações especiais semelhantes às que são designadas às da área tombada, com a obrigatoriedade de preservá-las em sua integridade. Acredita-se que esse ponto possa gerar certa confusão ao mesclar critérios estabelecidos para um recorte do qual o bem não se encontra, como Guimarães já observou (2023). Impasses dessa natureza evidenciam as modificações desde 1994 e sinalizam a necessidade de revisão do documento, bem como uma maior sensibilização sobre o contexto que o bem em questão se encontra, no caso de edifícios ou sua inserção no conjunto.

Com o passar de vinte anos desde a publicação da IN/94 somado ao mau uso de seu texto, tanto a parte tombada como seu entorno, colecionam obras que alteraram características essenciais de edifícios como volume e leitura de conjunto. Para Azevedo e Guedes (2017, p.07) a aplicação da Normativa encontra uma fragilidade na “concepção” ou ainda na “etapa de análise técnica, acompanhamento e fiscalização” dessas obras. A partir de experiências a campo e de diagnósticos/levantamentos já apresentados, também, na bibliografia utilizada na pesquisa, verifica-se a recorrência de casos que levaram à alteração da proporção do imóvel como meio de ganhar mais espaço e/ou elevar o pé direito. A utilização descompromissada de pintura nas fachadas é outro fator percebido em alguns desses casos, que provocam a segmentação do edifício, decorrentes de usos distintos, só tornando possível a identificação do conjunto pela continuidade de seus elementos de platibanda e telhado. Esse último aspecto é muito usual na Rua 13 de Junho.

Interessa, nesse sentido, identificar tais tendências no entorno, mais precisamente na Rua 13 de Junho, e a intensidade dessas ocorrências, como a mudança de volume do edifício. Em algumas construções ao longo da via, esse aspecto constitui apenas uma falsa sensação de aumento de volume (usualmente pela elevação do pé-direito), mas que, nos casos observados, o que ocorre é apenas o prolongamento da parede de fachada/ou platibanda, a fim de ganhar área para a inserção de elementos publicitários sobre a alvenaria (levantamento 1). A segmentação de fachada pela pintura (levantamento 2), bem como a mudança no padrão de

aberturas (levantamento 3), também são condições observadas. Ainda que a aplicação da telha de barro de que trata a exigência da IN/94 para a manutenção da ambiência caracterize uma questão a ser averiguada, quando não há um conhecimento anterior da área, é de difícil identificação imediata ou até mesmo da comprovação de sua inadequação ao contexto aplicado. Já a aplicação da pintura com diferentes cores e a relação entre cheios e vazios dos edifícios são intervenções extremamente evidentes, dado um conhecimento geral da idade da rua e de características elementares dos tipos arquitetônicos mais recorrentes.

Levantamento 1: Alteração de proporção do edifício com o prolongamento de alvenaria.

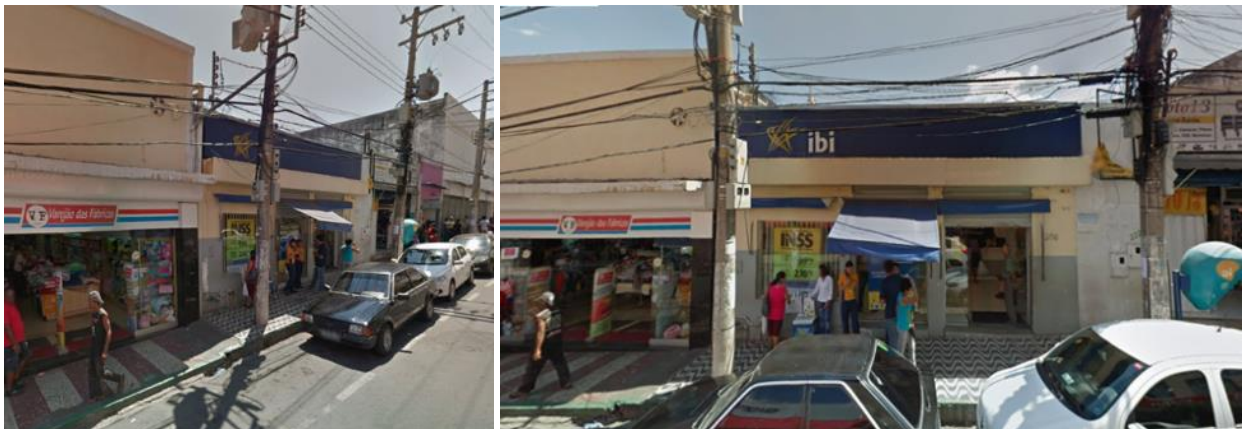
Figuras 55 e 56 – Edifício na parte inicial e predominantemente comercial da Rua 13 de Junho.

Atualmente funciona a loja “China Bazar”, em frente à Galeria GG.



Fonte: Google Maps, imagem do Street View, 2024.

Figuras 57 e 58 – O mesmo edifício, no ano de 2011. É evidente uma distinção grosseira na dimensão e altura da fachada em relação à sua forma em 2024, quando a mudança na linha de coroamento⁵⁹ é reforçada pela manutenção da altura dos edifícios vizinhos.



Fonte: Google Maps, imagem do Street View, 2011.

⁵⁹ Por definição, a linha de coroamento delimita a silhueta na parte superior, compondo figuras planas em contraste com o fundo. Em Kohlsdorf (1996), classifica-se na categoria conjuntos de planos verticais que compreende o corte, a fachada e a silhueta. Esta última, então, é analisada pelas linhas de coroamento, sistema de pontuações e linhas de força.

Levantamento 2: Segmentação de fachada por pintura e usos distintos.

Figura 59 – Edifício na esquina da Rua 13 de Junho com a Av. Generoso Ponce, em frente à Praça Ipiranga.



Fonte: Google Maps, imagem do Street View, 2024.

Figura 60 – Edifício na esquina da Rua 13 de Junho com a Rua Ten. Thogo da Silva Pereira em frente ao Hospital Geral.



Fonte: Google Maps, imagem do Street View, 2024.

Levantamento 3: Alteração no padrão de aberturas

Figura 61 – Descaracterização comum na Rua 13 de Junho, dado o forte perfil comercial, com a alteração da dimensão das aberturas. Edifício comercial na esquina da Rua 13 de Junho com a Travessa João Dias, primeira quadra (sentido Centro-Porto), em frente aos Correios.



Fonte: Google Maps, imagem do Street View, 2024.

Figura 62 – Edifício comercial ao longo da Rua 13 de Junho, segunda quadra (sentido Centro-Porto).



Fonte: Google Maps, imagem do Street View, 2024.

As figuras acima retratam uma típica situação que se repete ao longo da via. Por meio do elemento de platibanda balaustrada (Figura 62) e com outros desenhos (Figuras 59, 60 e 61), os

edifícios de uso comercial revelam ser exemplares relativamente antigos, além dos aspectos reforçados em sua inserção enquanto conjunto ao seguir o alinhamento da via pública, comum nesse trecho inicial. No entanto, apresentam uma descaracterização no padrão de aberturas que tomam praticamente toda a fachada, condição presente nos três levantamentos, muito embora tal aspecto seja enfatizado no último (Levantamento 3).

A forma urbana passa por diferentes momentos históricos e manifesta, por meio de acréscimos ou substituições, avanços técnicos construtivos, lógicas de apropriação e mudanças de atividades desenvolvidas⁶⁰. Logo, rompimentos com caráter definitivo dessa massa anterior, em alguma medida, é inevitável. Isso também indica o rumo da história. Como área sob proteção o que deveria, então, ser tolerado? Qual é o termômetro do entendimento de continuidade e descontinuidade na rua?

Para não se ater somente à explanação teórico-conceitual da dimensão simbólica que envolve o nome dado ao Conjunto (Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico), é importante assumir o compromisso de observar cuidadosamente os elementos que “mascaram” o seu sentido de continuidade histórica, como feito no levantamento acima, o caminho percorrido está na leitura dessas dominantes. No entanto, o processo histórico do qual se constata haver alguma perda, não reside apenas na observação da variação de conjuntos distintos ao longo do caminho, conforme estudo iniciado no capítulo anterior. O caráter heterogêneo também tem algo a dizer sobre o processo de consolidação da rua. É essencial ter esse cuidado. Resta saber se, no interior desse aspecto (de heterogeneidade), os fenômenos que prevalecem, geram um efeito de massa prejudicial à ambiência ou atestam o caráter constitutivo e parte inerente da área. Seria, então, descaracterizante ou caracterizante?

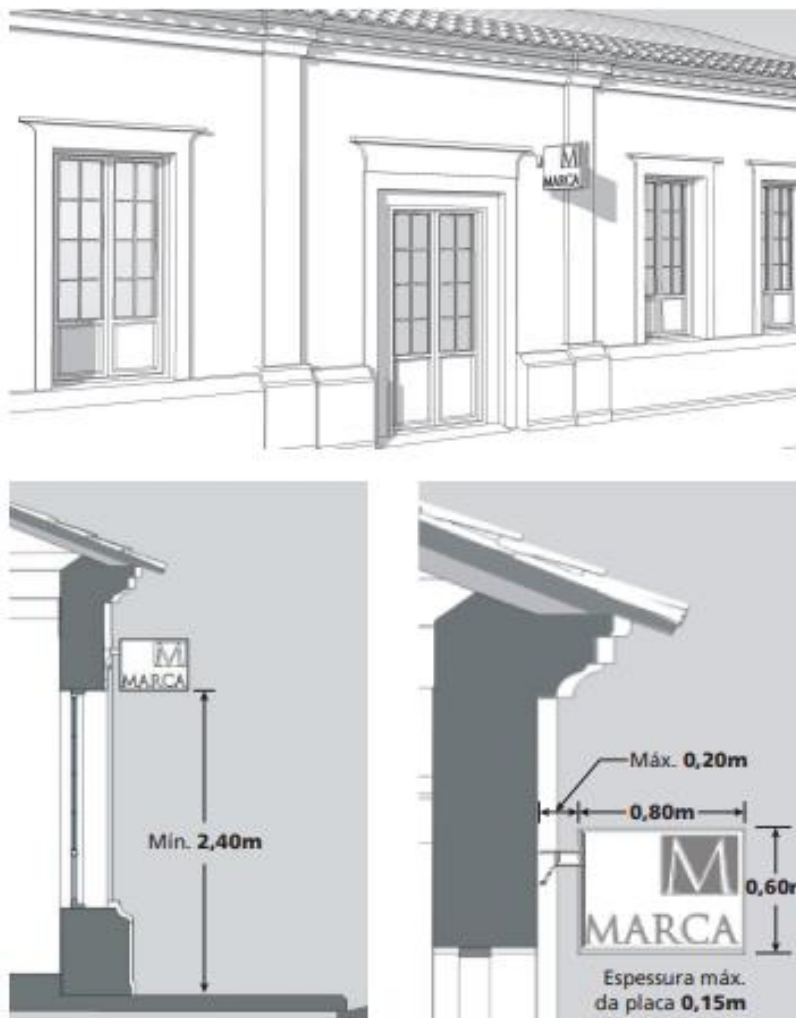
Complementar a essa reflexão, foram analisadas algumas intervenções de desfiguração como a aparição excessiva de cabos elétricos ou telefônicos, painéis publicitários que poluem a linguagem das fachadas, apagando-as ou resumindo sua aparência a essa confusão e mistura de informação. Isso também envolve questões referentes ao uso inconsequente da pintura e a modificação no padrão de aberturas, o que ocasiona um desequilíbrio na composição dessas fachadas. Todos esses aspectos descrevem um trecho muito específico da rua: sua porção predominantemente comercial.

Valendo-se de uma crítica à poluição visual no Centro antigo da cidade, a IN/94 especifica ocorrências dessa natureza e aponta recomendações para saná-las/evitá-las em vista que, diferentes apropriações podem existir e marcar trechos com dinâmicas divergentes ao longo da via; todavia adverte que a problemática reside, sobretudo, na sua não compatibilização. Para isso a Normativa coloca critérios para anúncios perpendiculares à fachada e suas dimensões

⁶⁰ No interior dessa observação cabe um diálogo com as relações de trabalho levantadas por Santos (1996).

(Croqui 4), na alvenaria (Croqui 5) e o uso de toldos com dimensão de extensão pré-definida e com a possibilidade de recolhimento junto à fachada, de modo a gerar o menor volume e impacto possível (Croqui 6).

Croqui 4 – Anúncio perpendicular à fachada.



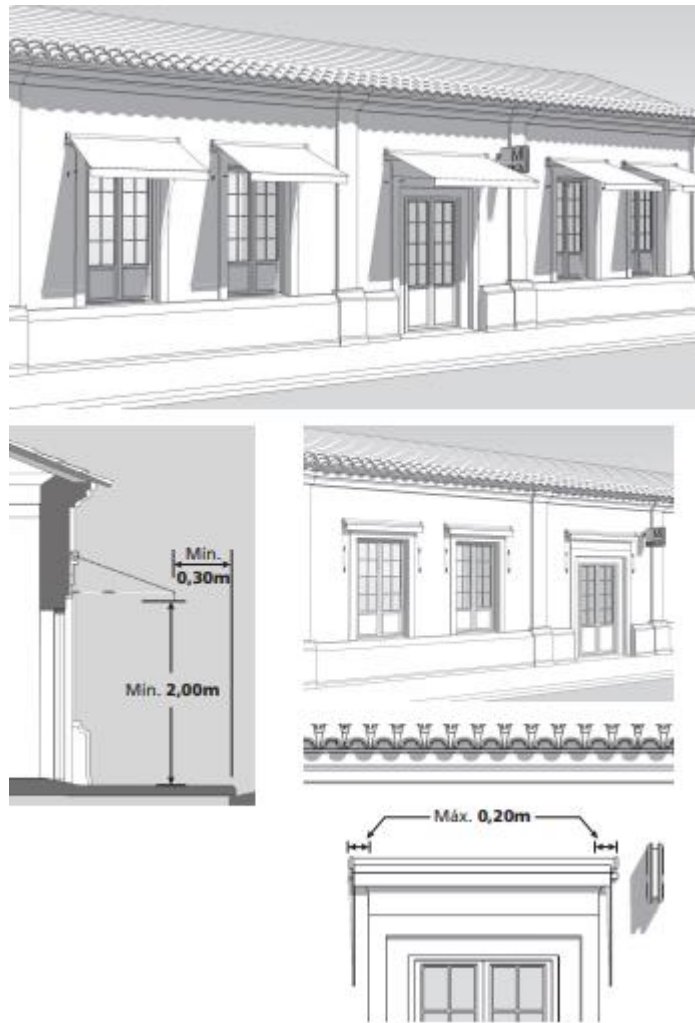
Fonte: Anexo 4 da Instrução Normativa do Iphan, 1994.

Croqui 5 – Anúncio sobre a alvenaria da fachada.



Fonte: Anexo 4 da Instrução Normativa do Iphan, 1994.

Croqui 6 – Modelo permitido para toldos, com largura que acompanhe o vão da abertura.



Fonte: Anexo 4 da Instrução Normativa do Iphan, 1994.

A perspectiva que o Iphan coloca na década de 1990 após o tombamento vem de um reflexo anterior desde os estudos preservacionistas para o objeto “Centro Antigo”, por volta de 1985. E é nesse cenário que a ambiência dessa parte da cidade ganha definições/entendimentos mais ampliados, seja ao relembrar o trato do patrimônio no texto da Constituição Cidadã (1988), seja o que remonta tais protocolos para salvaguarda de conjuntos históricos e tradicionais, como esses bairros antigos. Na Carta de Washington (1986) são explicitados os valores da preservação que caminham ao encontro de um discurso fortalecido em Cuiabá no período.

Esse aparato permite aprofundar o debate sobre o termômetro envolvente entre continuidades e discontinuidades do entorno. Para além do que foi visto sobre os elementos prejudiciais na apreensão do conjunto e as recomendações de intervenção/limpeza na arquitetura intuindo sanar essas questões, há outros pontos de interesse e reflexão. A ambiência como meio de proporcionar fluidez na transição da parte antiga em relação à parte nova da cidade – considerando também a relação da cidade com seu entorno natural e/ou construído, conforme elenca a Carta –, bem como a forma urbana enquanto elemento de preservação de

sua historicidade, apreendida por meio do traçado e do parcelamento, reúnem condições basilares para salvaguardar o caráter documental do Centro.

Ao dar maior fôlego para essas características, percebe-se ainda que a forma, a partir do aspecto do edifício (considerando a estrutura, estilo, volume, escala, materiais, cor e decoração) delinea diferentes trechos e modos de apropriação. As informações morfológicas da área de estudo, então, estruturam as relações desse entorno imediato à área tombada e a própria vocação do Setor 13 de Junho – e da rua em sua totalidade – adquirida ao longo do tempo. Acredita-se, que esses pontos reúnem fatores para pensar o seu caráter histórico, documental e o potencial – prático, como os relacionados ao uso e simbólico, expresso por meio do valor de rememoração atribuído – ainda presentes. Por outro lado, o objeto estudado aponta as fragilidades causadas pelos materiais utilizados sem qualquer compromisso com a pré-existência, quando as novas cores que surgem a partir das obras de manutenção/reparo, indicam um novo gosto decorativo.

A carta relata que:

A circulação de veículos deve ser estritamente regulamentada no interior das cidades e dos bairros históricos; as áreas de estacionamento deverão ser planejadas de maneira que não degradem seu aspecto nem o do seu entorno (Carta de Washington, 1986, p.03).

Essa questão, já levantada em outro momento da pesquisa, também recebe destaque neste documento, dado o impacto que a falta de planejamento e o controle sobre a regulamentação dos veículos provocam no bairro antigo e no seu entorno. Essa é uma condição muito corriqueira ao longo de toda a rua, seja no espaço público de circulação como também em lotes privados para uso exclusivo dessa finalidade. Como uma questão já constatada de influência para a fragmentação do caminho e tema abordado em um documento tão antigo – e atual – como a Carta de Washington (1986), não seria oportuno que constitua um ponto que deveria ser atualizado com maior destaque na própria normativa? Evidente que sim e, embora se tenha apontado algumas fragilidades na sua redação, o que já influi negativamente na prática, por outro lado também foi visto um cuidado rigoroso em relação aos anúncios dessa porção comercial, os quais também não surtem efeitos práticos, ao observar diferentes situações desrespeitosas ao que a norma orienta. Ora, se nem o que está consistente neste documento técnico é seguido, para onde estamos caminhando?

Considerações finais

Essa pesquisa, dada a diversificação das funções e formas observadas, se realiza com um caráter provocativo, sem filiar-se às respostas fechadas para um valor da rua, tampouco teve essa intenção. Pelo contrário, possivelmente seja essencial falar sobre valores ao pensar o objeto como um lugar de pluralidades de elementos espaciais, capazes de testemunhar o crescimento do núcleo a partir da sua forma em diferentes momentos, ainda que o foco resida em entendê-lo hoje.

Todo o aparato investigativo de leituras históricas, bem como de avaliações dessa materialidade, ofereceu subsídios para analisar o que a rua nos oferece na contemporaneidade, para além das definições e do seu entendimento enquanto entorno. O recorte envolve instâncias de tombamento, das quais a esfera municipal assume um papel bem menos evidente do que poderia ser considerado ideal⁶¹. Parte da rua abarca setores de entorno da área protegida pela federação (esfera que já possui um debate maior), tema que oferece uma discussão profícua de patrimônio e sobre a identificação das partes antigas da cidade. O que foge à normatização também é curioso para a pesquisa, uma vez que a via, em toda a sua extensão, realiza essa ligação entre núcleos fundantes que engloba setores de entorno, no entanto, com um longo trecho visto atualmente como um caminho, a princípio, banal. Logo, entender a sua existência histórica para o contexto do Centro agregou um leque investigativo mais abrangente, do que limitar-se unicamente aos polos iniciais, por exemplo.

Muitas vezes o estudo sobre um apagamento já realizado seja melhor apreendido por ser um acontecimento completo. Analisar a Rua 13 de Junho com problemáticas que a coloca como parte de um processo de silenciamento faz emergir diferentes hipóteses, inclusive sobre o peso da responsabilidade por ainda ser possível freá-lo. Em termos de documentação, a sua significação é compreendida, mas, na prática, esse processo tem provocado perdas irreparáveis.

Ainda que sejam identificadas algumas questões no que concerne à leitura da sua materialidade, há alguma reminiscência em contraponto às novas intervenções. Por essa razão o debate dado em peso no **primeiro capítulo**, gira em torno de uma abordagem mais historicizada e que caminha por perfis dessa cidade marcada por fases, as quais comportam perdas de referenciais, mas que também recebe acréscimos ao longo do tempo.

⁶¹ No Quadro 1 dessa pesquisa foram levantados marcos fundamentais da política de preservação e do planejamento urbano, que mostrou o espaço de atuação da esfera federal, e em alguma medida, de contribuições pontuais da instância estadual sobre a preservação do sítio antigo e de edifícios isolados, restando ao poder municipal praticamente nenhuma articulação de proteção do patrimônio edificado. Essa carência se torna mais explícita quando, o texto da legislação e do PD acabam tratando a gestão do espaço urbano de modo muito genérico e distante das demandas atuais frente a sua existência histórica.

A abordagem dos pontos essenciais dentro desse processo histórico – que também contém inflexões e modificações de rupturas – indica que a linha de bonde que existiu na rua (1891) simbolizou a importância do caminho que aqui foi destrinchado. Ao seguir uma narrativa que, no primeiro momento, parece mais linear, ao menos até aonde se trata de processos concluídos, tem-se alguns casos, como as mudanças que marcaram a segunda metade do século XX: a abertura da Av. Getúlio Vargas (ainda na década de 1940), perpendicular à Rua 13 de Junho; a emblemática reconstrução do Palácio Alencastro (1959) e da Matriz (1968), destacando esse rompimento com o tecido antigo; assim como a demolição do Hotel Centro América (na década de 1990), antigo marco visual da rua.

A sucessão dessas ocorrências apontou a urgência, em meados da década de 1980, por uma revisão do ideal preservacionista na cidade, o que impulsionou a reunião de um grupo de intelectuais preocupados com o legado cultural cuiabano para sua rememoração futura, além da atuação do Iphan, ainda tímida, na capital. Coube avaliar o avanço do discurso preservacionista na esfera nacional, bem como sua interseção no cenário local para se alcançar resultados práticos sobre o patrimônio edificado de Cuiabá. Da regulamentação do órgão em 1937 até o alargamento dos critérios de valoração por volta dos anos 1980, observou-se que a noção do patrimônio inserido na esfera urbanística, além de uma conquista do campo teórico, também influenciou sobremaneira na legitimação da vertente documental quando, em 1985, foi solicitado o tombamento de seu sítio histórico.

Após um longo processo, o tombamento homologado em 1992, contou com a delimitação dos dez setores de entorno para compor a leitura e transição entre cidade antiga e a cidade nova. Para além disso, a noção de vizinhança foi decisiva para entender a própria rua, o planejamento dessa cidade e o que coube ou não conservar ao longo do tempo sob os critérios de valor considerados. Todavia, a descontinuidade identificada, mormente no recorte em questão, exigiu um olhar que ultrapassasse um conhecimento histórico, e tornasse também atento ao que os marcos e atuações das políticas urbanas provocaram, direta ou indiretamente, na espacialidade.

Desse modo, o **segundo momento da pesquisa** buscou dar visibilidade à perspectiva da repercussão política de regulamentação e ordenamento do território, também instigou questionamentos sobre como a preservação poderia ser pensada de modo integrado. Foi visto que as diretrizes ainda são muito voltadas para o turismo em detrimento do próprio legado cultural. Somado a isso, notou-se que a redação da IN/94 gera algumas incongruências, o que aponta a necessidade de revisão, de modo que seja repensado o que tem sido atribuído a essa área envolvente, quando a natureza de algumas manutenções tem maior sentido e peso formal na área tombada.

Dentro dessa dinâmica, fez-se preciso debater o caráter comercial da Rua 13 de Junho, quando no texto da IN/94, é identificada como a rua do comércio e com pouca possibilidade

estrutural de crescimento vertical. Essa observação está atrelada não só aos limites físicos e à sua sobrecarga com o fluxo intenso de pedestres e veículos, mas à sua identificação e localização no contexto do Centro Histórico. Giovannoni (1873-1947) pontuou que não há problema que áreas antigas permaneçam como bairros modestos, na verdade, é preferível que o seja. No entanto, o ímpeto da modernização, conforme apresentado ao longo desse trabalho, viabilizou ações que resultaram em práticas questionáveis.

Ao reunir alguns croquis do IPDU (1997), observou-se a apresentação de propostas para intervir nessa rua, sempre destacando a sua característica de comércio varejista e a carência de condições que estimulassem o passeio e permanência. Embora, formalmente, tais propostas mereçam uma maior profundidade para avaliar sua compatibilidade com a pré-existência, a consciência sobre a qualidade da rua a partir da visão do pedestre mostra um caminho profícuo de projetos de cidade mais democráticos, com incentivo às vivências coletivas, além de oferecer maior visibilidade ao comércio local, com possibilidade de diversificação da porção antiga.

Dito isso, ao pensar em reminiscências e o que elas comunicam, constatou-se uma expressiva massa de demolições, como foi apresentada no Quadro 2 dessa pesquisa. A projeção de edifícios nas imagens aéreas acusou alterações significativas nos últimos 20 anos. Esse fator evidencia a necessidade de questionar o real espaço que o patrimônio tem nas ferramentas políticas, na medida em que a revisão recente do PD abre espaço para refletir o que se tem absorvido nos últimos anos, desde a versão anterior até seu encaminhamento futuro.

As rugosidades, bem como as novas intervenções e a vida que as anima, contribuem para a dinâmica e estruturação da área, mas também, em algum grau, são responsáveis por descaracterizações, ou ao menos por contrastes. Tudo isso somam elementos que a cidade comunica. O auxílio do aporte teórico dado por Santos (1988, 1996), subsidia esse aprofundamento e o vislumbre de aspectos que marcam/delimitam conjuntos dentro do caminho: a mudança funcional apreendida com a análise comparativa do trecho inicial da rua em dias/horários distintos definem um conjunto de caráter majoritariamente comercial; assim como o meio da via, uma mudança estrutural é vista através da adaptação de velhas formas para comportar outras atividades as quais não lhe foram dadas na origem. No último conjunto – quadras finais da via até a Orla do Porto – é característico, curiosamente, um envelhecimento da forma, onde se vê alguma permanência funcional e estrutural, mas que está obsoleta do ponto de vista físico e social.

Assim como o estudo sobre a relação entre forma e função ofereceu subsídios para compreender algumas nuances, tais como de camadas históricas e de rugosidades, logo, pensar a significação da rua pelo viés da delimitação dos setores, envolve um prisma complementar – **findando a análise** – na identificação de outros aspectos para a atribuição de valor. Foi visto que, para além do que é normatizado sobre o entorno, os Setores República, 13 de Junho e

Ipiranga comportam uma estrutura que dá sentido à porção comercial da rua, com a significação dos espaços públicos para o tecido urbano e as conexões vistas com as vias paralelas. Todos esses são fatores que indicam a dinâmica desse Centro, sua visibilidade e, por que não, a memória que se constrói dele.

Por essa razão que a reflexão sobre a ambiência é essencial para destrinchar as causas de sua descontinuidade com maior aprofundamento dos efeitos de massa negativos para a harmonia do conjunto, a partir da alteração de diversas dominantes (volumes, cores, aberturas) em prol de uma adaptação forçada a determinado uso. A conformação dessas apropriações, no entanto, pode ser de caráter predatório, como o caso dos estacionamentos, ou reintegrativos, diante da opção do incentivo de reabilitação de edifícios antigos para habitação, como medida sustentável e em benefício de uma diversificação na área central. De todo modo, pensar o trato do patrimônio hoje requer entender também o cenário vivido durante o período em que houve as primeiras iniciativas como reconhecimento do seu valor. É nesse sentido que refletir sobre as indicações manifestas na Carta de Washington (1986), a visão de patrimônio na Constituição Federal (1988), a homologação do tombamento federal (1992) e a publicação da Instrução Normativa (1994) reúnem um pensamento integrativo para entender a forma urbana e a vocação desse bairro transformado ao longo do tempo.

Assim, essa pesquisa constitui, sobretudo, uma provocação sobre o caminho que ficou esquecido. O incômodo desse esquecimento não reside apenas na falta de um planejamento atrelado à uma política de preservação que englobasse Centro de tombamento federal (Centro Norte) e estadual (área do Porto), mas a significação do espaço entre ambos e o que esse trajeto comunica hoje a partir da sua forma aparente. Acredita-se que uma prática acadêmica mais consciente se faz com uma maior focalização em questionamentos sobre o que é visto agora e de que modo isso é produto de todo um conhecimento de camadas passadas.

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Aníbal. Rua 13 de Junho. In: SIQUEIRA, Elisabeth [et al.] (Org.). **Cuiabá: de vila a metrópole nascente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2006, p. 134-143.

AMEDI, Nathália da Costa. **A invenção da capital eterna: discursos sensíveis sobre a modernização de Cuiabá no período pós-divisão do Estado de Mato Grosso (1977-1985)**. 2014. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937.

CABRAL; Renata C.; ANDRADE, Carlos Roberto M. O “Velhas Cidades” de Gustavo Giovannoni: Algumas Notas. In: KUHL, Beatriz Mugayar (Org.). **Gustavo Giovannoni: textos escolhidos**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013, p.53-61.

CARSALADE, Flávio L. Dualidades patrimoniais, **Oculum ensaios**, Campinas, 14(2), 203-216, Maio-Agosto 2017, Dossiê.

Cartas Patrimoniais, Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Conservação e valores: pressupostos teóricos das políticas para o patrimônio. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; CORRÊA, Elyane Lins (Orgs.). **Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2011, p.49-66.

CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna). **Carta de Atenas**. 1933.

COELHO, Gustavo Neiva. A Ocupação Territorial Brasileira. In: COELHO, Gustavo Neiva. **O Espaço Urbano em Vila Boa Goiânia**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2001.

CONGRESSO NACIONAL PARA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1, 2017, Cuiabá. **A quantas andam nossas políticas públicas de (des)valorização do patrimônio cultural material em Cuiabá/MT?**. Cuiabá, 03 a 07 de out. de 2017.

CONTE, Claudio Quoos; FREIRE, Marcus Vinícius de Lamônica. **Centro Histórico de Cuiabá: Patrimônio do Brasil**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

CUIABÁ. Lei Complementar 150 de 29 de janeiro de 2007. Dispõe sobre o plano diretor de desenvolvimento estratégico de Cuiabá e dá outras providências.

_____. Lei complementar nº 389 de 03 de novembro de 2015. Disciplina o uso e ocupação do solo no município de Cuiabá.

_____. Minuta de Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Cuiabá (PDDU), de novembro de 2023. Síntese da Lei do Plano Diretor. **Prefeitura Municipal de Cuiabá**, Cuiabá, nov. 2023.

_____. Nota técnica, de 6 de outubro de 2023. Apoio técnico para acompanhamento das discussões voltadas à revisão do Plano Diretor do Município de Cuiabá. **Ministério Público do Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, 6 out. 2023.

DIOZ, Renê. Bondinho já foi usado como transporte coletivo em Cuiabá por quase 30 anos. **Baixada Cuiabana**, Cuiabá, 05 mar. 2019, Curiosidades. Disponível em: <https://cuiabamt300.com.br/voce-sabia-bondinho-ja-foi-usado-como-transporte-coletivo-em-cuiaba/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ENANPUR, 18, 2019, Natal. **Como (não) garantir o direito à cidade: políticas públicas e vazios urbanos em Cuiabá/MT**. Anais. Natal: EDUFRN, 2019.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Lobato; HIRATA, Amélia. Entre práticas e reflexões: uma leitura sobre o Centro Histórico de Cuiabá a partir de políticas de preservação. **Revista Eletrônica Documento Monumento**. Cuiabá, v.25, n.1, p.149-165, abr. 2019.

FREIRE, Júlio de Lamônica. **Por uma poética popular da arquitetura**. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

FREITAS, Maria Auxiliadora. **Cuiabá imagens da cidade: Dos primeiros registros à década de 1960**. Cuiabá, Editora Entrelinhas, 2011.

GIOVANNONI, Gustavo. **Gustavo Giovannoni: textos escolhidos**. KUHL, Beatriz Mugayar (Org.). Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Preservação e urbanismo: encontros, desencontros e muitos desafios. In: Gomes, Marco Aurélio A. de Filgueiras; CORRÊA, Elyane Lins (Org.). **Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2011, p.129-144.

GUIMARÃES, Maria Bárbara Thame. **A saga da preservação do patrimônio urbano de Cuiabá/MT: políticas públicas nas tensões entre progresso e preservação**. 2023. 229 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2023.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF**, 2007. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531>. Acesso: 18 de abr. 2024.

IBGE e IPHAN/ Arquivo Noronha Santos. Monumentos e Espaços Públicos Tombados - Cuiabá (MT). **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN**. Cuiabá, s/data.

Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1475/>. Acesso em: 13 abr. 2021.

ICOMOS. **Carta Internacional para a salvaguarda das Cidades Históricas** (Carta de Washington). Washington: ICOMOS, 1986.

ICOMOS. **Carta Internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios** (Carta de Veneza). Veneza: ICOMOS, 1964.

IPDU – Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. **Diretoria de Projetos Especiais**. Cuiabá, 1996.

IPHAN. Centro Histórico de Cuiabá (MT) recebe obras de requalificação urbana. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN**. Cuiabá, 25 mar. 2019. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5016>. Acesso em: 13 abr. 2021.

IPHAN. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Carta Internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios**, 1964.

IPHAN. 9ª CR Antônio Luiz Dias de Andrade. Of. nº103/97-9ªCR/IPHAN/SP. História do Iphan, legislação que rege o órgão e sua organização, definição de patrimônio arquitetônico. São Paulo, 1997.

IPHAN. Instrução normativa do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade de Cuiabá. Cuiabá, 1994. Arquivo Iphan/MT.

IPHAN. Processo de tombamento nº 1180-T-85. Conjunto Arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade de Cuiabá, Mato Grosso. Arquivo central do Iphan, seção Rio de Janeiro.

IPHAN, Programa de Especialização do. **Cronologia e Bibliografia das Práticas de Preservação do Patrimônio Cultural**, 2007.

IPHAN, Programa de Especialização do. **Entornos de Bens Tombados**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A Apreensão da Forma da Cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996. 253p.

KLÜPPEL, Griselda Pinheiro; SANTANA, Mariely Cabral de. **Manual de conservação preventiva para edificações**. Brasília: Programa Monumenta, 2000.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. 2ª. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. 217 p.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. **Ambiente, Espaço, Paisagem**. Paisagem Ambiente: ensaios - n. 21 - São Paulo - p. 237 - 244 - 2006.

MENDONÇA, Rubens de. **Roteiro histórico e sentimental da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá**. Cuiabá, Edições Igreja, 1975.

MENDONÇA, Rubens. **Ruas de Cuiabá**. Goiânia: Ed. Cinco de Março, 1969.

Mídia News. Passado e presente se encontram nas ruas e avenidas de Cuiabá. **Mídia News**, Cuiabá, 05 abr. 2019. Disponível em: <https://www.midianews.com.br/amp/cotidiano/348025>. Acesso em: 20 jul. 2023.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**: Assessoria de Comunicação Social da Fundação Nacional Pró-Memória, v. 22, p. 108-122, 1987.

MOTTA, Lia. O patrimônio cultural urbano à luz do diálogo entre história e arquitetura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**: História e Patrimônio, Brasília, v. 34, p. 249-279, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf. Acesso em: 24 mar. 2024.

REIS FILHO, Nestor G. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP, 2000.

REIS FILHO, Nestor G. **Quadro da arquitetura no Brasil**. Editora perspectiva, 1970, 200 p.

REIS, Nestor Goulart. Patrimônio cultural e problemas urbanos. In: Gomes, Marco Aurélio A. de Filgueiras; CORRÊA, Elyane Lins (Orgs.). **Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2011, p.117-127.

REZZIERI, Raphaela. A constituição Política do Imaginário Cuiabano (1970-1990). **Revista Eletrônica Documento Monumento**. Cuiabá, v.25, n.1, p.269-281, abr. 2019.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**: a sua essência e a sua origem. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROMANCINI, Sônia Regina. Igrejas e sobrados na paisagem vislumbrada pelo historiador Rubens de Mendonça. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**. Cuiabá, n.75, p.76- 92, 2015.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. Gustavo Giovannoni e o Restauro Urbano. In: KUHL, Beatriz Mugayar (Org.). **Gustavo Giovannoni: textos escolhidos**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013, p. 63-88.

SANDEVILLE JR., Euler. Um roteiro para estudo da paisagem intra-urbana. **Paisagem e Ambiente**. São Paulo, set. 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. 232p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas: Conclusões Gerais e Deliberações da Sociedade das Nações, do Escritório Internacional dos Museus**. Outubro de 1931.

SOUSA, Melissa de A.; CAIXETA, Eline M. M. P.; RIBEIRO, Ana Amélia de P. M. **A rua em fragmentos: sobreposições temporais como narrativas históricas espacializadas em Cuiabá (MT) Brasil**. Revista Jatobá, Goiânia, v. 6, 2024. DOI: 10.5216/revjat.v6.78934. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revjat/article/view/78934>. Acesso em: 25 abr. 2025.

TEIXEIRA, Manuel C. Os modelos urbanos portugueses da cidade brasileira. In: TEIXEIRA, Manuel C (org.). **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

UNEP. **Declaração de Nairóbi**. Quênia, 1982.

UNESCO. **Recomendação de Nairóbi**. Quênia: UNESCO, 1976.

